



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ALLAN FREIRE DO NASCIMENTO

A PRESENÇA DO INVISÍVEL: um olhar sobre o neoliberalismo em discursos presidenciais
de Fernando Collor a Dilma Rousseff

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Ribeiro Dias

Rio de Janeiro

2022

N Nascimento, Allan Freire do
A PRESENÇA DO INVISÍVEL: um olhar sobre o
neoliberalismo em discursos presidenciais de
Fernando Collor a Dilma Rousseff / Allan Freire do
Nascimento. -- Rio de Janeiro, 2022.
150

Orientadora: Marcia Ribeiro Dias.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política, 2022.

1. Ideologias políticas. 2. Neoliberalismo. 3.
Discursos presidenciais. 4. Política brasileira. I.
Dias, Marcia Ribeiro, orient. II. Título.

ALLAN FREIRE DO NASCIMENTO

A PRESENÇA DO INVISÍVEL: um olhar sobre o neoliberalismo em discursos presidenciais de Fernando Collor a Dilma Rousseff

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

Aprovado em: ____ / ____ / 2022

Banca examinadora

Profa. Dra. Marcia Ribeiro Dias (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

Profa. Dra. Luciana Fernandes Veiga
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

Profa. Dra. Céli Regina Jardim Pinto
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

À família. Apesar de alguns ausentes, o amor decerto faz todos presentes.

À Paulinha. Amiga, amada, amante e revisora.

AGRADECIMENTOS

Aos que transferem o que sabem e aprendem o que ensinam. Assim, colaboraram para que este momento, há tempos desejado, se concluísse em aprimoramento pessoal e profissional. Aos mestres da Unirio.

Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes.

NASCIMENTO, Allan Freire do. **A presença do invisível:** um olhar sobre o neoliberalismo em discursos presidenciais de Fernando Collor a Dilma Rousseff. 2022, 146 f. Trabalho de Qualificação de Curso (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

RESUMO

Entre os séculos XVII e XX houve a teorização e aplicação do chamado liberalismo clássico (sobreposições do individual sobre o coletivo e do mercado sobre o Estado). A partir da ressignificação de seus pressupostos formulou-se a versão conhecida por neoliberalismo. Tal ideologia, tendo se expandido sobretudo após o fim da Guerra Fria, teve seus reflexos no Brasil pós-ditadura militar e, desta forma, suscita o problema de pesquisa deste trabalho: onde estariam marcadores ideológicos do neoliberalismo em discursos oficiais de presidentes da recente democracia brasileira? Para esclarecer a questão, foram considerados – sob o entendimento neoliberal – conceitos como individualidade, liberdade, razão, justiça e tolerância, de forma que se apresentam como pressupostos que servem de lente teórica para a interpretação dos dados analisados. Como metodologia, esta dissertação se vale da análise de conteúdo, por considerar ser o adequado para lidar com as fontes utilizadas (discursos de presidentes eleitos entre 1990 e 2016), de maneira a identificar eventuais sinalizadores neoliberais em diferentes falas de caráter oficial em diferentes momentos paradigmáticos e públicos (tanto internos, à população brasileira; quanto externos, ao mercado e à comunidade internacional). Passado o capítulo teórico (com revisão histórica sobre o liberalismo e escopo sobre marcadores ideológicos), integram este trabalho um capítulo de análise das fontes sobre presidentes da década de 90 (Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso) e um capítulo de estudo das falas dos dois presidentes seguintes (Lula e Dilma Rousseff). Ademais, a conclusão apresenta análise que relaciona principais aspectos entre os políticos estudados (na ênfase do encontrado entre maiores e menores ocorrências de marcadores neoliberais de discurso em cada um) e lança reflexões sobre um país recente, bem como otimistas expectativas em um Brasil no porvir.

Palavras-chaves: Ideologias políticas. Neoliberalismo. Discursos presidenciais. Política brasileira.

NASCIMENTO, Allan Freire do. **The presence of the invisible:** a look at neoliberalism in presidential speeches from Fernando Collor to Dilma Rousseff. 2022, 146 f. Trabalho de Qualificação de Curso (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

ABSTRACT

Between the 17th and 20th centuries there was the theorization and application of the so-called classical liberalism (overlays of the individual over the collective and the market over the State). From the resignification of its assumptions, the version known as neoliberalism was formulated. This ideology, having expanded especially after the end of the Cold War, had its reflexes in post-military dictatorship Brazil and, in this way, raises the research problem of this work: where would be ideological markers of neoliberalism in official speeches of presidents of recent democracy Brazilian? To clarify the issue, concepts such as individuality, freedom, reason, justice and tolerance were considered – under the neoliberal understanding, so that they are presented as assumptions that serve as a theoretical lens for the interpretation of the analyzed data. As a methodology, this dissertation makes use of content analysis, as it considers it adequate to deal with the sources used (speeches by elected presidents between 1990 and 2016), in order to identify eventual neoliberal signals in different official speeches at different times. paradigmatic and public (both internal, to the Brazilian population; and external, to the market and the international community). After the theoretical chapter (with a historical review on liberalism and scope on ideological markers), this work includes a chapter analyzing the sources on presidents of the 90s (Fernando Collor and Fernando Henrique Cardoso) and a chapter studying the speeches of the two subsequent presidents (Lula and Dilma Rousseff). In addition, the conclusion presents an analysis that relates the main aspects among the studied politicians (in the emphasis found between greater and lesser occurrences of neoliberal discourse markers in each one) and launches reflections on a recent country, as well as optimistic expectations in a Brazil in the for coming.

Keywords: Political ideologies. Neoliberalism. Presidential speeches. Brazilian politics.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	LIBERALISMO EM RETROSPECTIVA	17
2.1	Deixai fazer, deixai passar, deixai caminhar o mundo por si mesmo	19
2.2	Quando a agricultura prospera, todas as outras artes florescem com ela	20
2.3	Investigando as causas da riqueza	23
2.4	Contradições no nascedouro	27
2.5	Globalistas e a nova ordem mundial	31
2.6	Laboratório e implementação	35
2.7	Brasil à sombra do Consenso de Washington	38
3	A ERA DOS FERNANDOS: Collor e FHC	45
3.1	Com Collor à democracia: tempos de luz (!)	49
3.1.1	Discursos, as palavras que revelam	50
3.1.2	<i>A este Congresso renovado</i>	54
3.1.3	<i>Trago-lhes o entendimento do povo</i>	56
3.1.4	Análise de nuvem	61
3.1.5	Um balanço da presidência Collor	64
3.2	O inconsútil projeto neoliberal de FHC	66
3.2.1	<i>Eu os convoco para mudar o Brasil</i>	69
3.2.2	<i>Há, muitas vezes, vencedores e perdedores</i>	74
3.2.3	Mais a economia que o social	80
3.3	Fernandos em retrospectiva	83
4	COMO NUNCA ANTES NA HISTÓRIA DESSE PAÍS: Lula e Dilma	86
4.1	A ascensão do lulismo	90
4.1.1	<i>Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações</i>	92
4.1.2	<i>... numa mesa de negociação, banqueiros e bancários</i>	97
4.1.3	<i>Brasil, desenvolvimento, mundo e outros</i>	108
4.1.4	PT em transição	112
4.2	Dilma: Fazer face às intempéries	113
4.2.1	<i>Pagamos o preço da nossa ousadia</i>	116
4.2.2	A pátria de chuteiras no jogo do mercado internacional	120
4.2.3	Palavras finais	130
5	CONCLUSÃO	135
	REFERÊNCIAS	141

1 INTRODUÇÃO

*Se eu quisesse balançar essa árvore com as duas mãos, não conseguiria.
Mas o vento, que nós não vemos, pode atormentá-la e dobrá-la como
quiser. É por mãos invisíveis que somos atormentados e dobrados da pior
maneira.*

Friedrich Nietzsche¹

Entre os séculos XVII e XVIII iniciou-se a formação de pensamentos que vieram a se conjugar no que passou a ser conhecido como liberalismo, mais especificamente como liberalismo clássico, tendo em vista que esta ideologia passou por transformações que vieram a fundamentar uma nova roupagem para o século XX: o neoliberalismo.

A iniciar, portanto, de um primeiro momento como o citado (liberalismo clássico), houve um repensar acerca de seus pressupostos, de maneira que a partir do século XX houve um processo de ressignificação de valores daquela ideologia, surgindo a versão conhecida por neoliberal. Assim, tendo bebido das fontes clássicas e surgida num contexto de Guerra Fria, este neoliberalismo passou a apresentar intentos que iriam para muito além do indivíduo e de fronteiras nacionais. Sua postura globalista ganhou grande terreno com a crise do socialismo real nas duas últimas décadas do século XX.

Em meio ao contexto acima, foi visto um Brasil saído de uma ditadura civil-militar de vinte anos, portanto, em um processo de redemocratização que almejava desenvolvimento econômico e social, mas sem uma robusta confiança popular nas políticas de esquerda para solução dos problemas nacionais. Reflexo disto, foram principalmente os presidentes eleitos nestes primeiros pleitos de volta da democracia e de gestões com grande tônica neoliberal (Fernando Collor e Fernando Henrique). Contudo, mesmo a posterior chegada de um partido de esquerda ao poder (com as gestões de Lula e de Dilma Rousseff, sob o Partido dos Trabalhadores) pode não ter representado um total avesso a medidas liberais.

Ainda que esta dissertação não seja tão somente tratar sobre uma revisão histórica do liberalismo, não deixa de se fazer necessária a apresentação de um panorama histórico mais aprofundado desta ideologia até sua versão mais atual que, portanto, é de onde saem os fundamentos para a formação de uma visão de mundo para atuação de seus proponentes.

¹ Citação retirada da obra *Assim falou Zaratustra*. (NIETZSCHE, 2011, p.39)

Trata-se, portanto, desta *mão* de pressupostos do mercado, ainda que invisível, porém muito presente nas políticas estrangeira e nacional.

E estabelecido um entendimento sobre o neoliberalismo em meio a tantas produções acerca do tema, assim, é procurado não discorrer sobre esta ideia tal qual algo que *se perde na multidão*. Ao contrário, aspectos centrais que compõem a ideologia em tela, são identificados mediante o que se filtrou na literatura acadêmica e que colabora para fundamentação neste trabalho. Na sequência, já com um lastro teórico formado, serão feitos estudos em conteúdo de discursos oficiais (de posse e demais eventos) de chefes do executivo federal brasileiro entre o primeiro presidente eleito após o regime civil-militar (pleito de fins da década de 80) e a presidência que marcou o fim da gestão PT, em 2016. E tal ano, relembre-se, marcado pela articulação judiciária e parlamentar que culminou no impedimento da única mulher eleita presidenta da república até hoje no Brasil.

O período estudado (de 1990 a 2016), portanto, denota os presidentes que serão analisados em suas falas: Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. E cabe destacar que a seleção se deu por aqueles que encabeçaram as chapas eleitorais em cada presidência eleita e, portanto, se marcaram como os personagens mais visíveis de cada campanha e, assim, mais emblemáticos nas considerações pelo eleitorado durante as votações. Desta feita, não constarão estudos aprofundados de gestões dos vices que assumiram em momentos atípicos da política brasileira, como Itamar Franco e Michel Temer, ainda que eventualmente sejam mencionados no trabalho.

Com intuito de colaborar para a produção de um conhecimento acerca da análise de conteúdo de discursos que apresente aspectos de uma ideologia em diferentes gestões da política brasileira recente, há a proposta de trazer à tona um comparativismo entre falas de governantes. Estas, em diferentes medidas, tiveram coerência nas propostas de diferentes ações de beneficiamento popular ou de maior alinhamento com o capital (nacional ou internacional).

Após a dissolução da União Soviética, em 1991², a esquerda mundial entrou em período de crise, onde o neoliberalismo se viu alavancado. Tal contexto não deixou de ter seus reflexos na história e na política brasileiras. Desta forma, fica a principal questão: entre os presidentes diretamente eleitos após o regime civil-militar e que tiveram suas gestões

² Ápice da crise do socialismo real em um processo de estagnação que já havia se denotado por anteriores eventos contundentes, como as políticas implementadas com a *Glasnost* e *Perestroika* (respectivamente, reformas política e econômica frustradas no intento de modificar a estrutura burocrática soviética sem abrir mão do socialismo), bem como com a queda do muro de Berlim.

finalizadas até antes do último pleito (de 2018, ainda em curso), onde estaria o neoliberalismo em seus discursos? Como se apresentariam?

Importante destacar que para além da fragmentação do bloco socialista europeu, ainda havia os intentos estabelecidos pelo Consenso de Washington que se mostraram como as diretrizes para um expansionismo neoliberal pelo globo. Desta forma, no grande impacto e sinergismo destes eventos, a hipótese é que o neoliberalismo no Brasil se viu presente nos governos dos anos 90, bem como nas décadas seguintes, inclusive em governos identificados no espectro político como sendo mais à esquerda, admitindo-se eventuais variações entre cada uma das gestões analisadas. Portanto, a proposta é, entre os presidentes eleitos no período em comento, buscar elementos (marcadores) da ideologia citada por meio da pesquisa de suas falas em diferentes pronunciamentos, tanto de âmbito nacional quanto internacional.

A despeito de ser fundada em valorização de conceitos tais como liberdade, igualdade e justiça; na prática, o neoliberalismo tem se denotado pela dificuldade em considerar desigualdades sociais imanentes à realidade. Ou talvez, justamente, conte com a desconsideração pelo fato da existência de diferentes recursos entre indivíduos e nações para competirem num mercado global, o que acaba por gerar concentração de renda mundial, embalada pela promoção de Estados cada vez menores e com cada vez maior abertura à iniciativa privada (nacional e estrangeira) para gerir assuntos públicos. Neste escopo, têm-se que autonomias nacionais são refreadas e que o desenvolvimento econômico ocorre de maneira profundamente diferente entre grupos, classes sociais e países, como bem ilustra a seguinte passagem de Wendy Brown:

Em outras palavras, liberar o capital para caçar mão de obra barata, recursos e paraísos fiscais em todo o mundo inevitavelmente gerou padrões de vida mais baixos para as populações da classe trabalhadora e da classe média do Norte global, exploração contínua e limitações à soberania, acompanhadas por um desenvolvimento (desigual) no Sul global. (BROWN, 2019, p.30)

Na passagem dos anos 80 para os 90, com os eventos que afetaram a esquerda mundial, governos alinhados com práticas neoliberais ascenderam ao poder no Brasil da década seguinte, após uma ditadura de 20 anos. Na sequência, em chegada dos anos 2000, houve a ascensão à presidência no que se considerou a chegada da esquerda ao poder com as vitórias eleitorais dos candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT), primeiro Luís Inácio Lula da Silva e depois Dilma Rousseff, em uma gestão contínua do mesmo partido durante pouco mais de 13 anos (de 2002 a 2016). Ainda que com a expectativa gerada na esquerda brasileira em geral com aquele momento paradigmático, de uma alternativa vitoriosa

comparada a governantes direitistas anteriores, não foi um projeto revolucionário de ruptura a se destacar. O que ocorreu foi uma coalizção/conciliação entre capital e trabalho marcada por discursos (como na *Carta ao povo brasileiro*) e práticas (com destaque para a chapa eleitoral para a campanha de 2002 em coligação para a vice-presidência de José Alencar, representante do Partido Liberal, PL, grande empresário do setor têxtil).

Já em 2003, primeiro ano do governo PT, percebeu-se uma grande base de apoio gerada à nova gestão, marcando uma grande diversidade ideológica e partidárias nos que compunham a base parlamentar, como demonstra seguinte passagem:

A base governista começou a ser formada antes mesmo da campanha presidencial, durante as negociações das alianças eleitorais do PT. Cresceu após o primeiro turno, com a incorporação de legendas derrotadas. Com a vitória de Lula e a posterior formação do ministério, voltou a aumentar. A última adesão foi o PMDB, segunda maior bancada da Casa, atrás do PT.

Dos 15 partidos representados na Câmara, 11 apoiam o governo. Esse grupo reúne 376 deputados, ou cerca de 73% da Casa. São eles: PT (90 deputados, já considerada a recente expulsão dos três radicais), PMDB (77), PTB (52), PP (49), PL (43) PPS (21), PSB (20), PC do B (10 deputados), PSC (7), PV (6) e PSL (1).

Apenas quatro legendas estão fora da base: PFL (68 deputados), PSDB (50), PDT (13) e Prona (2). Somadas, essas bancadas reúnem 133 deputados, cerca de 26% dos integrantes da Câmara. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003)

A despeito de uma esquerda não revolucionária que chegava ao poder, importante destacar que a gestão PT se denotou pela implementação de diversas políticas de beneficiamento popular (ProUni, Minha Casa Minha Vida, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Bolsa-Família, entre outros). Assim, percebe-se que mesmo um governo que não demarcava uma total ausência de marcadores liberais, se destacava por medidas de balanceamento em uma gestão progressista.

A apresentação de um panorama político do Brasil recente, portanto, nos leva de volta à questão central de onde se encontra a ideologia neoliberal em análise de falas nos diferentes governantes das últimas décadas (e considerando suas diferentes posições no espectro político). Desta forma, sob a abordagem da análise de conteúdo, é montado um plano de ação que, lastreado pela fundamentação teórica do segundo capítulo, servirá como método para analisar as fontes documentais citadas. Assim, no estudo de contexto tanto dos personagens quanto de momentos dos quais estes se originaram, ao longo dos capítulos posteriores se verá respondida a principal questão levantada.

Embasado no que se entende pela nova roupagem do liberalismo para os séculos XX e XXI, sua versão neoliberal, bem como pelos pressupostos pontuados pelo citado Consenso de Washington, o segundo capítulo se marca como o capítulo teórico deste trabalho. Desta

maneira, fornecerá o entendimento acerca de marcadores de discurso a serem buscados nas fontes utilizadas na presente dissertação e que, assim, servirão de ferramenta para esclarecer sobre a questão-problema.

Para analisar esta presença da *mão invisível*, um aspecto se percebeu frutífero para análise: discursos oficiais. Desta forma, o método da análise de conteúdo se apresentou profícuo como ferramenta para esta dissertação, na medida em que com a produção sobre o assunto, muito há no que se escorar teoricamente. Assim, foi possível desenvolver um estudo das falas oficiais nos eventos de posse e discursos proferidos em assembleias internacionais de notoriedade (como Fórum Econômico Mundial em Davos e Organização das Nações Unidas, mais especificamente nas sessões ordinárias que abrem as sessões anuais da assembleia geral da ONU)³. E tais falas se denotaram por representar, respectivamente, discursos internos direcionados à população brasileira e externos ao mercado e comunidade internacionais.

No que tange, portanto, à análise de conteúdo, é de fundamental referência a escola estadunidense de análise de discurso que, durante a primeira metade do século XX, se destacou pelas primeiras sistematizações que denotaram um rigor científico na análise de conteúdo, a princípio, em textos essencialmente jornalísticos. Desta forma, com palavras que saíam na imprensa dos Estados Unidos, foram feitos diferentes estudos que acabaram por promover outros interesses e, assim, gerando aprofundamento daquele método como pertinente método de pesquisa:

É feito um inventário das rubricas, segue-se a evolução de um órgão de imprensa, mede-se o grau de "sensacionalismo" dos seus artigos, comparam-se os periódicos rurais e os diários citadinos. Desencadeia-se um fascínio pela contagem e pela medida (superfície dos artigos, tamanho dos títulos, localização na página). Por outro lado, a Primeira Guerra Mundial deu lugar a um tipo de análise que se amplifica quando da Segunda: o estudo da propaganda. (BARDIN, 2011, p.21)

O desenvolvimento da análise de conteúdo acabou por aproximá-lo da área de linguística e, assim, de outra metodologia: a análise de discurso. E considerando que para ambos o objeto de estudo é o mesmo (discurso), não surpreendeu o encontro daqueles métodos investigativos que, no entanto, seguiram caminhos diferentes. Desta forma, enquanto a análise de discurso que – naquele momento de primeiras décadas do século XX –, se

³ Destaque para as fontes fornecidas pelo portal eletrônico do governo federal *Biblioteca da Presidência da República*, com documentos referentes a diversas falas oficiais de ex-presidentes, tais como discursos, entrevistas, mensagens presidenciais, entre outros. Como consta no próprio, é disponibilizado o conteúdo produzido pelos ex-presidentes da República durante o mandato presidencial, além de fornecer informações bibliográficas e publicações oficiais. (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, [S.d.])

atentava a analisar estruturas textuais (ainda que tenha se modificado posteriormente para análise crítica do discurso com a escola francesa de Michel Foucault e Michel Pêcheux), a análise de conteúdo se enviesou pela investigação política.

Considerando o interesse gerado para muito além de textos jornalísticos, se percebeu que o princípio de investigação quantitativa e/ou qualitativa proporcionado pela análise de conteúdo permitia sua aplicação (bem como o recebimento de colaborações) em outras áreas, como psicologia, história e ciência política. Assim, chega a décadas mais recentes rejuvenescida pelas contribuições feitas pela tecnologia que auxilia nas análises de comunicações:

A análise de conteúdo, se multiplica as aplicações, marca um pouco o passo, ao concentrar-se na transposição tecnológica, em matéria de inovação metodológica. Mas observa com interesse as tentativas que se fazem no campo alargado da análise de comunicações: lexicometria, enunciação linguística, análise da conversação, documentação e bases de dados etc. (BARDIN, 2011, p. 31)

O método utilizado neste trabalho relaciona de maneira necessária a mensagem, em diferentes formatos, com o contexto de quem o emitiu. E aqui se expressa nas fontes investigadas (discursos oficiais) por pessoas em um dado momento (presidentes eleitos) que expressam o poder de suas falas nas análises sobre acontecimentos passados e expectativas geradas em promessas. De maneira sintética sobre a relação entre objeto de pesquisa e respectivos produtores, é emblemático:

O ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. Necessariamente, ela expressa um significado e um sentido. Sentido que não pode ser considerado um ato isolado.

(...)

Além disso, torna-se indispensável considerar que a relação que vincula a emissão das mensagens (que podem ser uma palavra, um texto, um enunciado ou até mesmo um discurso) estão, necessariamente, vinculadas às condições textuais de seus produtores. (FRANCO, 2005, p. 13)

Portanto, mediante a análise de conteúdo efetuar uma ligação bem recebida e necessária no campo das ciências sociais, aqui no caso mais especificamente entre a ciência política e a história. Desta forma, ressalta-se que *a interdisciplinaridade e o abandono dos modelos rígidos devem contribuir para uma maior possibilidade de apreensão por parte do cientista social, da complexidade histórica* (PINTO, 1989, p.15).

Analisar o neoliberalismo sob a perspectiva do discurso é, portanto, abordar um aspecto notório de todo o governante, não por acaso. A fala, proferida e/ou escrita, tem por finalidade expressar uma carga sensorial a uma população de forma mais abrangente possível, com intuito de causar temores ou angariar apoios. O discurso, além de uma composição

estrutural de palavras, também tem o seu contexto social e econômico demarcado e a ser analisado tanto sobre quem fala quanto a quem se dirige, de maneira a colaborar para a desmistificação de intentos de prosperidade coletiva. Estas, podem se materializar em aprofundamentos de desigualdades sociais e manutenção de elites; ou uma convergência de interesses profundamente díspares, que denotem uma coalizão insustentável no médio e no longo prazo. Tudo isto, sobretudo por parte de classes dominantes sempre categóricas por demarcar um ambiente exclusivo, elitista e, portanto, não coexistente com melhorias significativas para classes médias e baixas. De outra forma, é identificar ideologias, de maneira repensada tal como efetivamente se mostram na realidade pela ótica do discurso, afinal, *ideologia e discurso são, sem dúvida, dois conceitos que muito têm a contribuir um com o outro, exatamente porque suas presenças em um mesmo modelo provoca uma tensão, onde o conceito de ideologia pede sua redefinição* (PINTO, 1989, p.15).

Passada uma primeira parte, de introdução e apresentação geral desta pesquisa, destaca-se que partindo da fonte em que liberais clássicos beberam (a fisiocracia) até nomes como Friedrich Hayek e Milton Friedman, o segundo capítulo, de caráter mais teórico, terá por objetivo apresentar uma trajetória histórica do liberalismo. Através de autores que colaborem para a definição de alguns elementos principais, se perceberá como esta ideologia se modificou ao ponto de reconhecermos suas características em tempos atuais. Desta forma, fundamentado no que se entende como neoliberalismo em meio a tanto do que já se produziu a respeito, serão buscados marcadores nas fontes utilizadas.

O terceiro capítulo tratará sobre os presidentes Fernando Collor e FHC, daí se destacando que esta *Era dos Fernandos* se notabilizou por ser o imediato período seguinte – no plano nacional – ao fim da ditadura civil-militar e início da redemocratização, bem como – no contexto internacional - se encontrar nos últimos suspiros do bloco socialista europeu e a guinada para economias de mercado. O reflexo destes ocorridos nos remete à consideração de um Brasil que ansiava por liberdade e participação política, porém sem ter um grande referencial no socialismo revolucionário como caminho neste albor da nova república.

Para o quarto capítulo serão tratados os discursos de Lula e Dilma, já sob um contexto de mais de uma década após o fim da Guerra Fria, bem como a inserção deste período na chamada *onda rosa* latino-americana, quando diversos partidos de esquerda e progressistas alcançaram o poder em seus países. Contudo, a despeito de uma chegada da esquerda ao poder, como no caso do PT no Brasil, importante refletir sobre que condições os representantes deste partido chegaram à presidência, quer dizer, analisar os conteúdos de

discursos dos chefes do executivo deste período. Isto, sem abandonar a comparação com o fato de um partido que apresentou muitas modificações em sua trajetória de mais de 20 anos entre a fundação, em 1980, até a primeira posse presidencial, em 2002.

Importante destacar que a despeito de um mesmo partido ter feito a sigla dos presidentes de 2002 a 2016, isto não representa o fato de que não houve peculiaridades em cada gestão dos diferentes presidentes e em seus diferentes mandatos, o que também não representa a ausência de intentos de conciliação que marcassem pontos de contato com a ideologia liberal.⁴ Portanto, pode-se falar de algo um tanto inusitado, na medida em que *como nunca antes na história desse país* um partido de esquerda havia chegado ao poder da presidência, ainda menos com graus de conciliação dos seus representantes com o mesmo mercado que criticavam mais ferrenhamente quando na oposição.

A conclusão tratará de uma visão retrospectiva acerca de todo o raciocínio desenvolvido ao longo das páginas do trabalho e, portanto, integrará o conjunto de análises sobre os discursos verificados. E ao fim, relacionando as falas e os perfis dos presidentes estudados, ajudará a elucidar sobre marcadores neoliberais de discurso: presentes? Onde? Muitos ou poucos em cada um dos políticos? Bem evidentes ou mesclados a pautas sociais? A forma em que se apresentaram: apenas do tipo necessariamente neoliberal ou talvez em outra configuração do liberalismo? Portanto, questões acerca do tempo passado de uma democracia brasileira recente e que servem de reflexões para um futuro que está sempre a se descortinar.

⁴ Ilustrativo deste parágrafo, é a matéria do portal *Valor Econômico* onde destaca-se:

Lula defendeu a realização de uma política de alianças ampla, para garantir a governabilidade e disse ser um político “pragmático” e “realista”.

“Dilma é muito mais esquerda do que eu. Sou liberal. Sou um cidadão na política um pouco pragmático e muito realista entre o que eu sonho e o que é a política real”, disse na entrevista, realizada em seu instituto, em São Paulo. Segundo Lula, Dilma tem uma formação ideológica “mais consolidada”.

O ex-presidente disse que o ideal seria que o PT ganhasse as eleições sozinho, mas afirmou que no país é preciso fazer aliança. “Não sou esquerdista, sou de esquerda, mas precisava conquistar a governabilidade”, comentou. (VALOR ECONÔMICO, 2016)

2 LIBERALISMO EM RETROSPECTIVA

O presente capítulo tem por objetivo apresentar um panorama histórico da ideologia liberal, de maneira a que o leitor possa primeiramente conhecer esta ideologia através de sua trajetória no tempo. Assim, é o processo que visa promover o interesse pelo assunto através da identificação e definição do tema em questão.

De igual maneira, tendo este capítulo uma proposta de discussão mais teórica, igualmente será tratado sobre o referencial que serviu de embasamento para o método adotado para lidar com as fontes dos capítulos seguintes. Assim, primeiramente, é discutida a trajetória do liberalismo, com a menção de autores das épocas tratadas, bem como estudiosos contemporâneos que tratam acerca do assunto. E com igual princípio, se discorrerá ao final sobre principais autores expoente da análise de discurso, de maneira que nem no panorama sobre o liberalismo no tempo, nem sobre os estudos de discursos, se tem a pretensão de esgotar e citar tudo que há sobre os temas, mas tão somente ilustrar com trabalhos de robustez que, assim, possam fundamentar e explicar de maneira clara o dissertado, em uma visão geral e histórica acerca do liberalismo.

O escrito a respeito da trajetória do liberalismo clássico até o neoliberalismo é um intento de *conversar* com o estado da arte sobre o tema e apresentar ideias de autores clássicos e contemporâneos. Com isto, pretende-se escorar as explicações apresentadas como uma categorização que reflita da forma mais didática e clara possível o que se entende da filosofia liberal em sua versão moderna/neoclássica e será a base, o lastro teórico, para os próximos capítulos.

Serão, portanto, expostos os fundamentos básicos da filosofia política em questão na sua versão clássica até a sua nova roupagem, ou melhor, até sua retomada por antigos pressupostos acrescido de características que o materializaram como conjunto de políticas públicas notoriamente implementados por governos de direita, em especial a partir dos anos 60 e 70 do século XX. Mais especificamente, este embasamento político e ideológico ganhou destaque com os governos de Ronald Reagan e Margareth Thatcher que, antes deles próprios, já tinham como referencial o caso chileno. Este se deu tal qual um laboratório de políticas

neoliberais iniciado de forma sangrenta em uma ditadura civil-militar na sequência de um governo anterior em oposição no espectro político.⁵

Entende-se que o termo *liberal* é polissêmico, na medida em que teve diferentes entendimentos por diversos autores ao longo do tempo. Assim, prossegue levantando conjecturações a seu respeito, tanto em termos filosóficos quanto em termos de análises sobre políticas públicas. Desta forma, o neoliberalismo também não escapa desta herança de polêmica sobre o fato de dado discurso, pensamento ou ação ser ou não liberal.

Importante destacar que esta dissertação tem por finalidade analisar discursos de posse e demais pronunciamentos oficiais de governantes, de maneira que – após a explanação sobre a trajetória histórica da ideologia liberal e, em especial, de sua forma neoliberal – se tenham definido parâmetros mínimos para identificação de marcadores neoliberais nas falas estudadas. Tudo isto, não necessariamente com intuito de ser um trabalho definitivo sobre o que é uma fala ou personagem categoricamente neoliberal, mas para encontrar elementos desta ideologia, mesmo que para comparar entre os políticos em questão (governantes brasileiros da redemocratização pós-ditadura civil-militar).

Portanto, não é o liberalismo um termo com ausência de entendimento definido e nem algo que deve sua existência a todo momento tomar emprestado o que representa de outros significantes. Contudo, como o presente capítulo tem por proposta demonstrar, há um cabedal teórico (clássico e contemporâneo) que viabiliza um entendimento do que é o liberalismo, seus fundamentos e pensadores, e de como este vai se transformando ao longo do tempo até chegar o momento que se torna o embasamento teórico para a elaboração e implementação de políticas públicas nos séculos XX e XXI, em especial após a crise do mundo socialista com a queda do muro de Berlim e desintegração da União Soviética.

⁵ Referência aqui ao governo de Salvador Allende, presidente eleito pelo Partido Socialista chileno que com sua política de *via chilena para o socialismo* propunha a passagem do sistema capitalista para o socialista em seu país através da *ascensão do proletariado na nova sociedade que se construiria, o rompimento com as velhas instituições, a edificação de novas forças produtivas, as novas formas de democracia, etc.* (BORGES, 2005, p.16)

2.1 Deixai fazer, deixai passar, deixai caminhar o mundo por si mesmo⁶

A frase que dá título a esta seção é um notório epíteto que se liga e ilustra o surgimento do liberalismo, bem como seus valores, ao menos um deles: a total liberdade, num sentido de desregulação para diferentes atividades no mundo. Aqui no caso, trata-se em especial de atividades comerciais. Contudo, a liberdade associada ao individualismo, se apresentam como pilares do liberalismo que marcam a preponderância do indivíduo frente à coletividade.

Em outras palavras, frente a um poder estatal (que sob o aspecto de um regime democrático prima pelo atendimento de uma maioria, dado que nem todo Estado é democrático) e sob uma égide liberal, um governo teria grandes limitações em suas pretensões de lançar normas que de alguma maneira interferissem na vida de seus cidadãos. Em outros termos de um amplo espectro, tratam-se de liberdades negativas, vale dizer, o direito de não interferência do Estado em diferentes aspectos da vida de seus governados, tais como questões comerciais e tributárias.

Sendo este um trabalho que *bebe* da fonte de análise e revisão sobre ideologias, é impossível não fazer comparativos com outras lentes ideológicas. Estas, podem gerar confusão, dados alguns elementos similares que os compõem, mas podem também muito explicar sobre um dado conjunto de ideias.

Vale destacar que em estudos sobre as características das ideologias, tratando acerca de desregulação do Estado sobre o indivíduo, é comum nos remetermos ao perfil do anarquismo, afinal:

A ideologia anarquista baseia-se no princípio de que a autoridade política é nociva e desnecessária em todas as suas formas, em especial na forma de Estado. Os anarquistas, portanto, aspiram a criação de uma sociedade sem a presença dele, por meio da abolição da lei e do governo. Eles consideram o Estado nocivo porque, como repositório da autoridade soberana, compulsória e coerciva, ele é uma ofensa aos princípios de liberdade e igualdade. Dessa forma, o valor fundamental do anarquismo é autonomia pessoal irrestrita. Também consideram o estado desnecessário porque acreditam na possibilidade de a ordem e a harmonia social surgirem natural e espontaneamente, não tendo de ser impostas “de cima para baixo” pelo governo. Isso chama atenção para o caráter utópico do pensamento anarquista, que se reflete sobretudo em pressuposições extremamente otimistas acerca da natureza humana

⁶ Tradução nossa. Há polêmica sobre a origem do termo. Sempre entre personagens da França de fins do século XVII, alguns atribuem a Jean Baptiste Colbert, outros a Rene de Voyer, outros a Vincent de Gournay. Não tirando o mérito de interesse promovido pela investigação histórica, é importante destacar para este trabalho de ciência política que a frase se originou no seio do fisiocracismo, ideologia que muito colaborou para a origem do liberalismo. O original da frase em francês: *Laissez faire, laissez aller, laissez passer Le Monde vá de lui même.*

O anarquismo baseia-se em duas tradições ideológicas bem diferente: o liberalismo e o socialismo, e tal fato resultou em duas formas antagônicas de anarquismo o individualista e o coletivista. (HEYWOOD, 2010, p.179)

Porém, há de se considerar um ponto essencial na diferenciação entre anarquismo e liberalismo. O primeiro critica profundamente o sistema de acumulação capitalista como ferramenta para obtenção da liberdade. Já o liberalismo surge e se fortalece justamente na ideia de que é a partir da acumulação de propriedade que se obtém o reconhecimento social e a liberdade do indivíduo, resultados de sua merecida e individualizada proatividade em não se deixar abater pelos percalços da existência para se destacar, em especial materialmente⁷.

Frente ao exposto, é compreensível como o anarquismo costuma se assemelhar muito mais ao comunismo em termos de crítica ao capitalismo e fim do Estado, do que com o liberalismo, que também critica o Estado. Porém, não tão em demasia que totalmente desdenhe de sua existência para exatamente poder garantir os valores liberais. Neste sentido, e colocado o panorama comparativo com o anarquismo, muito mais devedor de Quesnay do que de Proudhon ou Bakunin é o liberalismo, ou seja, são os fisiocratas os que lançaram as bases para os fundadores do liberalismo. Assim, cabe uma breve explanação sobre esta teoria econômica antes de retomarmos o liberalismo.

2.2 Quando a agricultura prospera, todas as outras artes florescem com ela

A afirmação acima foi proferida por Sócrates e está presente na abertura da obra *Quadro econômico dos fisiocratas*, de François Quesnay (PETTY e QUESNAY, 1996). E a escolha pela citação parece ter sido bem apropriada, pois reflete e resume bem a fisiocracia: a propriedade da terra como medida para o trabalho e a riqueza.

Considerada a primeira escola de economia científica, tal teoria colaborou para a formação da ideologia liberal, mas a despeito desta colaboração, sua importância só teve um destaque e reabilitação no sentido de reconhecimento de importância na contribuição teórica

⁷ Importante destacar que há mais de uma versão do anarquismo, entre elas a do anarco-comunismo (mais ligada às origens do anarquismo e que serviu de ponto de contato e lutas conjuntas com comunistas em fins do século XIX, tratando sobre ausência de Estado e organização social por meio de pequenas comunidades autônomas) e, posteriormente, a do anarco-capitalismo (que versa pela total ausência de Estado e regulação da sociedade por iniciativas privadas). Como se trata neste trecho do trabalho acerca de origem e da associação mais notória da ideologia, o entendimento acerca do anarquismo se dá embasado pela primeira versão.

por parte de Karl Marx, em uma de suas obras, portanto mais de cem anos depois do fisiocratismo, no século XIX:

A doutrina fisiocrática do Dr. Quesnay constitui a transição do sistema mercantilista para Adam Smith. A *fisiocracia* é, de modo imediato, a dissolução nacional-econômica da propriedade feudal, mas, precisamente por isso, é, de modo imediato, a transformação nacional-econômica, a recomposição (*Wiederherstellung*) da mesma, agora com uma linguagem que se torna econômica, e não mais feudal. Toda a riqueza é resolvida na terra e no cultivo da terra; (agricultura) a terra não é ainda capital, ela é ainda um modo particular de existência do mesmo, que deve valer em sua e pela sua particularidade natural; mas a terra é, contudo, um elemento universal-natural, ao passo que o sistema mercantilista somente conhece como existência da riqueza o metal nobre. O objeto da riqueza, sua matéria, recebeu logo, portanto, a mais alta universalidade no interior da fronteira natural – enquanto que com a natureza é, imediatamente, riqueza objetiva. E a terra só é para o homem mediante o trabalho, a agricultura. Desta forma, a essência subjetiva da riqueza já é transferida para o trabalho. A agricultura é, porém, ao mesmo tempo, o trabalho unicamente produtivo. Assim, o trabalho não é ainda apreendido em sua universalidade e abstração, ainda está ligado a um elemento natural particular como [sendo] sua matéria, portanto ele também ainda é reconhecido apenas num modo de existência particular determinado pela natureza. (MARX, 2010, p. 101)

Esta obra de Marx se trata de uma compilação de textos em cadernos que tinham como principal análise a economia, principalmente em Adam Smith. Desta forma, o pensador alemão em dada passagem reconhecia o valor da fisiocracia como uma doutrina que explicava a transição entre o mercantilismo e a ideologia liberal a partir de Adam Smith. E mais, em sua análise marca a passagem do modo de produção feudal para o início do modo de produção capitalista.

Em sua crítica, Marx destaca que era a busca da riqueza o que já movia o sistema econômico antes do liberalismo. Contudo, sendo a terra a fonte da prosperidade para fornecer insumos para a sociedade, bem como a referência do que acumular para se tornar rico, havia limitações demarcadas pelas próprias características naturais em não acumular indefinidamente o solo. Onde não houvesse, ou fosse mínima, a possibilidade de agricultura numa terra, por mais extensa que fosse, certamente não seria interessante seu cultivo. Portanto, é explicitado que o conceito de trabalho, ainda que trazido à tona pelos fisiocratas, era limitado pelo que entendiam unicamente ligado à produção agrícola e não em sentido mais amplo, como de toda e qualquer atividade laboriosa vendida com vistas a produzir um produto ou serviço que seria revendido com fim de adquirir lucro no processo. E como alternativa ao trabalho agrícola, se destacava pelo século XVI, a atividade comercial, sendo o dinheiro a nova referência de riqueza, e com um grande diferencial em relação à terra, a falta de limites para sua acumulação. Um processo de geração de valor bem explicitada da seguinte forma,

quando Marx em poucos parágrafos expõe características do mercantilismo, início do capitalismo (comercial) e seu desenvolvimento para o capitalismo industrial:

O valor se torna, assim, valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital. Ele sai da circulação, volta a entrar nela, conserva-se e multiplica-se em seu percurso, sai da circulação aumentado e começa o mesmo ciclo novamente. D-D, dinheiro que cria dinheiro – *money which begets money* – é a descrição do capital na boca de seus primeiros intérpretes, os mercantilistas.

Comprar para vender, ou, mais acuradamente, comprar para vender mais caro, D-M-D, parece ser apenas um tipo de capital, a forma própria do capital comercial. Mas também o capital industrial é dinheiro que se transforma em mercadoria e, por meio da venda da mercadoria, retransforma-se em mais dinheiro. Eventos que ocorram entre a compra e a venda, fora da esfera da circulação, não alteram em nada essa forma de movimento. Por fim, no capital a juros, a circulação D-M-D aparece abreviada, de modo que seu resultado se apresenta sem a mediação ou, dito em estilo lapidar, como D-D, dinheiro que é igual a mais dinheiro, ou valor que é maior do que ele mesmo. (MARX, 2011, p. 298-299)

A teoria de valor, portanto, não foi consistentemente formulada na fisiocracia. No entanto, isto não significa que não tenha lançado questões teóricas de reflexão para o liberalismo. Pois, se por um lado, a fisiocracia argumentava a respeito de uma economia formada tendo por centro a natureza – em especial a terra agrícola - como fonte da riqueza; o liberalismo a partir de Adam Smith, já destacaria o indivíduo, sua iniciativa e uma nova noção de acumulação, o capital, como mobilizadores da economia e da sociedade.

Para a fisiocracia havia a consideração a respeito da divisão em três classes que comporiam aquela sociedade, tal qual afirmou o próprio Quesnay: *A nação se reduz a três classes de cidadãos: a classe produtiva, a classe dos proprietários e a classe estéril.* (PETTY e QUESNAY, 1996, p. 211). Assim, ainda que esta fosse uma divisão a ser considerada apenas dentro de um ambiente agrícola para geração de riqueza, Smith elabora sua análise para uma situação mais ampla. Era uma relação não entre classes, mas para duas categorias de indivíduos, empregador e trabalhador, em uma relação do que seria estabelecido como pagamento (salário) a ser pago ao trabalhador.

Ademais, não por acaso, o termo *laissez-faire*, nasce no seio da fisiocracia, pois já defendia um Estado mínimo, porém não menos no que fosse necessário para a promoção da atividade agrícola e da defesa da propriedade daquele que possuísse o principal meio de produção (o solo) E tais características já remetiam ao que o liberalismo expressaria, defender e desenvolver a proteção da propriedade privada em geral e da acumulação sem limites correspondente ao que as propriedades permitissem negociar, portanto, agora não mais limitado à terra como referência, dado que seria a era do capital em seu nascedouro.

2.3 Investigando as causas da riqueza

Um ponto curioso a destacar na relação entre as produções de François Quesnay e Adam Smith é que ambos foram contemporâneos. Suas obras-primas, *Quadro Econômico* e *A Riqueza das Nações*⁸, se separam entre um período de apenas 17 anos (respectivamente, 1759 e 1776). Inclusive, ambos os pensadores travaram contato pessoal em 1764, rendendo troca de pensamentos que colaboraram para as reflexões de Smith em sua obra de 12 anos depois.⁹

O contato com fisiocratas e iluministas franceses, ajuda a entender como a teoria econômica elaborada com Smith fez com que a ideologia liberal nascida na época de seus escritos tivesse a dever não apenas aos fisiocratas, como também ao iluminismo. Afinal, tanto em um pensamento quanto no outro, se encontra como grande ponto de interseção o valor à liberdade e ação do indivíduo, sendo ilustrativo deste valor o que dizia Kant em um de seus textos justamente de título *Resposta à pergunta: O que é o iluminismo?*

Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria, se a sua causa não residir na carência de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo, sem a guia de outrem. Sapere aude! Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo. (KANT, 1784, p. 5)

Não a coletividade (de maior valor para o socialismo, de tempos posteriores ao que estamos tratando aqui e ponto de grande embate contra liberais), mas a iniciativa individual é utilizada como métrica para a superação de obstáculos e destaque na sociedade. E tal iniciativa tem a recompensa do sucesso mediante o quanto de acúmulo de capital (proveniente da terra fisiocrata ou do capital comercial dos século XVIII) se poderia obter e gradativamente incrementar com a passagem do tempo, mesmo que pautado pela aceitação de que muitos homens poderiam não se ver envolvida por esta proatividade, pelo menos não ao ponto de levá-la aos louros da fortuna (tanto do ponto de vista social quanto pecuniário, na verdade, uma relação necessária sob o ponto de vista liberal). E mesmo na retomada dos valores clássicos do século XVIII, a versão neoliberal, mais de duzentos anos depois, terá

⁸ Tradução nossa. Originalmente, as obras citadas de Quesnay e Smith têm, respectivamente, os seguintes títulos: *Tableau Économique* e *The Wealth of Nations*.

⁹ O tradutor Norberto de Paulo Lima relata este evento na introdução ao livro traduzido de Adam Smith, quando discorre brevemente sobre uma viagem de Smith à Toulouse, na França, passando pela Suíça no caminho: *Nesta viagem, não só teve contato com Voltaire, na Suíça, como com os fisiocratas franceses, os primeiros teóricos reais da economia, e os primeiros a se denominarem Économistes. Já estava familiarizado com as suas teses, e Hume abriu-lhe as portas dos círculos letrados, praticando com o próprio Quesnay, Necker, d'Alembert, Helvetius, Marmontel, e mesmo Turgot.* (SMITH, 2017, p. 7)

entre outros elementos a liberdade individual como um de seus grandes fatores, sendo ilustrativo para tanto, que esta liberdade juntamente com a dignidade, *são por si mesmos profundamente valiosos e comovedores. Foram esses ideais que conferiram vigor aos movimentos dissidentes do leste europeu e da União Soviética antes do final da Guerra Fria.* (HARVEY, 2005, p. 15).

Se a individualidade, assim como a liberdade são primordiais para o liberalismo, contudo, não são os únicos elementos fundamentais para sua versão clássica. Desta feita, embasado sob o didatismo de Andrew Heywood em suas explicações sobre características de ideologias clássicas (HEYWOOD, 2010) também podemos adicionar a este *hall* de pressupostos a razão, a justiça e a tolerância.

Em aprofundamento sobre os conceitos supracitados que comporiam o quinteto de categorizações próprias do liberalismo clássico, importante destacar que há uma forte relação da individualidade com o entendimento de meritocracia. Isto ocorre na medida em que justamente o indivíduo ganha destaque sob diferentes aspectos (sobretudo financeiro e de reconhecimento social) mediante o sucesso de ações que embasam seu mérito. Contudo, importante destacar que a meritocracia em especial foi um termo cunhado no século XX¹⁰ e serviu muito mais à retomada dos valores clássicos no neoliberalismo do que em uso categórico nos séculos XVIII e XIX (o que não impede uma análise sobre a ideologia liberal, em que ganha primazia o individual sobre o social).

E certamente a apologia do indivíduo como centro de todas as coisas deve gozar da liberdade para seus intentos. No caso em questão, trata-se da liberdade em relação com a propriedade, ou seja, ser livre para acumular posses sem estar limitado por diretrizes religiosas ou governamentais, que de forma alguma representa a inexistência de um Estado. Ao contrário, se demarca a presença estatal desde que em suas leis não seja afetada a vontade do indivíduo em seguir o próprio caminho, assim como a de manter suas posses.

Frente ao acima exposto, são ilustrativas as passagens da obra do final do século XVII de John Locke:

...ou seja, uma liberdade para cada um fazer o que lhe aprouver, viver como lhe agradar e não estar submetido a lei alguma. Mas a liberdade dos homens sob um governo consiste em viver segundo uma regra permanente, comum a todos nessa sociedade e elaborada pelo poder legislativo nela erigido: liberdade de seguir minha própria vontade em tudo quanto escapa à prescrição da regra e de não estar sujeito à

¹⁰ A origem do termo se deve ao sociólogo inglês Michael Young em sua obra *The Rise of Meritocracy*, publicado em 1958.

vontade de outro homem. Assim como a liberdade da natureza consiste em não estar sujeito a restrição alguma, senão à da lei da natureza.

[...]

Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma "propriedade" em sua própria "pessoa"; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. Podemos dizer que o "trabalho" do seu corpo e a "obra" das suas mãos são propriamente seus. Seja o que for que ele retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturado ao próprio trabalho, juntando-se-lhe algo que lhe pertence e, por isso mesmo, tornando-o propriedade dele. Retirando-o do estado comum em que a natureza o colocou, anexou-lhe por esse trabalho algo que o exclui do direito comum de outros homens. Desde que esse "trabalho" é propriedade indiscutível do trabalhador, nenhum outro homem pode ter direito ao que foi por ele incorporado, pelo menos quando houver bastante e igualmente de boa qualidade em comum para terceiros. (LOCKE, 1998p. 402)

Assim como Locke, outro autor que ilustra bem a conceituação de liberdade foi Stuart Mill ao afirmar que o *único propósito de exercer poder legítimo sobre os membros de qualquer comunidade civilizada, contra a vontade deles, é evitar danos a outros* (MILL, 2017, p. 63). Quer dizer, no *hall* de autores clássicos do liberalismo entre os séculos XVIII e XIX havia a aceitação da ideia de um poder estatal que, no entanto, deveria ser bem restrito a – em uma avaliação mais reguladora de Mill – não permitir que qualquer liberdade fosse tão extensa que de alguma maneira afetasse a liberdade de outrem.

Há de se considerar que as cinco categorizações acerca do liberalismo formam um conjunto de elementos interseccionais. Assim, têm uma relação de mescla onde a importância e significado de cada elemento só ganha corpo na relação com as demais. A partir disto, é compreensível como tanto a individualidade como a liberdade se relacionam, bem como entre estes fatores e o da razão.

O liberalismo é uma ideologia que provem dos ideais do iluminismo, sendo desta um ponto muito marcante o seu grande apreço pela aversão ao obscurantismo. É ser contrário a explicações metafísicas, em especial de caráter religioso, que se propusessem a dar explicações para eventos naturais e sociais sem experimentalismo, ou seja, sem fundamentos científicos que fundamentassem uma explicação lógica para suas ocorrências.

Se é todo homem livre e merecedor da liberdade para desenvolver diferentes habilidades dentro do tanto quanto for capaz, este homem naturalmente vai procurar se destacar dentre os demais. E se busca prosperidade material, deve antes entender que esta será um reflexo, ou seja, consequência do aguçamento de sua capacidade racional em poder argumentar. Desta forma, o homem se põe a identificar problemas, propor soluções e resolvê-

los, admitindo a ocorrência de erros ou mais, esperando que eles aconteçam como eventos não esperados, mas importantes para aprendizagem e aprimoramento intelectual e moral.

Tal qual foi discutido sobre a individualidade, é a categoria da justiça um elemento do liberalismo clássico que também remete aos pressupostos da meritocracia, na medida em que resumidamente, procurar dar a cada indivíduo o que lhe é devido como recompensa de seu esforço. Trata-se de um entendimento de justiça que também reflete o entendimento acerca de igualdade sob o referencial liberal, onde admitem-se igualdades jurídicas, políticas e de oportunidades em que:

A primeira enfatiza a “igualdade perante a lei” e afirma que todos os fatores não jurídicos são totalmente irrelevantes ao processo de decisão jurídica. A segunda é expressa na ideia de “uma pessoa, um voto; um voto, um valor”, e sustenta o compromisso liberal com a democracia. Em terceiro lugar, os liberais endossam a crença na igualdade de oportunidades. Cada indivíduo deve ter as mesmas chances de ascender na escala social. (HEYWOOD, 2010, p. 46)

A igualdade social não é algo considerado, pois, dentre as diferentes predisposições que liberais admitem existir para cada pessoa, há as predisposições para o trabalho e habilidades naturais. Assim, a igualdade reside não no fato de que todos teriam capacidades e desenvolvimentos idênticas, mas todos teriam talentos *naturais* que apenas demandariam oportunidades para florescerem.

E como último tópico das categorizações, está a tolerância como elemento também ligado às demais. Trata-se de uma síntese dos elementos anteriores, na medida em que a tolerância representa um pressuposto para a liberdade pretendida, que se constrói da argumentação, do debate. E, naturalmente, não há debate se não houver a consideração pelo contraditório, pela provável situação em que se encontrarão interlocutores na troca e eventual divergência de ideias.

Importante relembrar a razão (forte elemento que remete às raízes iluministas) entre os pressupostos do liberalismo clássico que, justamente, se pauta pela investigação e argumentação científicas que só se molda pela experimentação. Quer dizer, trata-se do constante processo de tentativa e erro, não apenas sob uma ótica de ações laboratoriais, mas também pela crítica que se coloca na exposição de pensamentos e resultados perante outros homens. Tudo isto com intuito de buscar a oportunidade de se autoafirmar na certeza do método aplicado ou na consideração de melhores entendimentos outrora não vistos.

2.4 Contradições no nascedouro

Tendo definido as categorias próprias do liberalismo clássico que permeiam seus principais pensadores, é relevante considerarmos que desde o surgimento destas concepções que formam o conjunto do início da ideologia já se apresentava a ocorrência de contradições. Estas ocorreram, senão dentro da própria teoria, ao menos no comparativo com a realidade correspondente.

Para corroborar o acima exposto, são ilustrativas as palavras do economista australiano John Quiggin. Sobre a obra e a vida de John Locke, Quiggin ressalta em sua análise as contradições de Locke no que se refere a dois pilares intelectuais do liberalismo, a tolerância e a liberdade:

... em suas tão celebradas *Cartas sobre a Tolerância*, ele conseguiu encontrar razões para excluir católicos e ateus, de modo que os únicos beneficiários da tolerância proposta eram protestantes dissidentes como ele.

Locke é muito americano em outro aspecto crucial. Seus escritos foram amplamente ignorados na Inglaterra e ganharam proeminência quase que inteiramente por causa de sua influência sobre os fundadores dos Estados Unidos.

Mais precisamente, os princípios de Locke se adequavam perfeitamente aos Federalistas Sulistas que dominaram os primeiros anos dos Estados Unidos. Por um lado, justificavam a rebelião contra a Coroa Britânica; por outro lado, rejeitavam qualquer interferência nos direitos de propriedade, incluindo a posse de escravos.(QUIGGIN, 2020)

Em consonância com uma análise crítica de Locke, Domenico Losurdo levanta a seguinte reflexão: *por que deveríamos continuar atribuindo a dignidade de pai do liberalismo a John Locke? (...) Locke é o último grande filósofo que procura justificar a escravidão absoluta e perpétua.* (LOSURDO, 2005, p. 15). E na sequência o pensador italiano traça um comparativo com palavras do próprio Locke, em *Dois Tratados sobre o governo*, enfático contra a escravidão.

Ao explicar acerca de aspectos da economia e sistema político dos Estados Unidos do século XIX, Alexis de Tocqueville produziu obra que o colocou entre os clássicos da filosofia liberal quando em *Da Democracia na América* faz apologia de elementos tais como a livre iniciativa e descentralização dos poderes, enfim, seu entendimento sobre a democracia. Contudo, tais posicionamentos não escapam a contradições de uma análise crítica, nisto novamente recorrendo a Losurdo:

O fato é que Tocqueville nunca pensa a democracia em termos realmente universais. Só assim se explica o paradoxo pelo qual, por uma parte, descreve com lucidez e sem indulgência o tratamento desumano imposto a peles-vermelhas e a negros e, por outra, insiste no fato de que os Estados Unidos constituem o único verdadeiro modelo de democracia. [...] Tal preconceito exclui o negro, mesmo aquele teoricamente livre, do gozo não só dos direitos políticos, mas também dos civis, dado que a sociedade o entrega efetivamente desarmado à violência racista: "Oprimido, pode lamentar-se, mas só encontra brancos entre seus juizes"¹¹. No entanto, isto não impede que Tocqueville celebre a América como o único país no mundo em que a democracia vigora. (LOSURDO, 2004, p. 30)

Tais exposições acerca do que autores já fizeram em crítica retrospectiva à vida e obra de autores clássicos do liberalismo como John Locke e Alexis de Tocqueville, não esgotam as análises feitas, por exemplo, sobre Stuart Mill, Benjamin Constant, entre outros. Afinal, não é proposta fazer uma trajetória destas críticas, mas tão somente ilustrar o pensamento de que – a despeito de toda a ênfase de elementos do liberalismo clássico sobre a liberdade, tolerância, justiça, igualdade e razão – não raramente as contradições já acompanhavam estes homens. E tais constatações ajudam na compreensão de que os dissensos contemporâneos aos próprios pais fundadores do liberalismo, acabaram por extrapolar para os tempos futuros. Isto se deu quando herdeiros das ideias e práticas liberais, atuaram de formas, no mínimo, contraditórias ao que apregoavam em seus discursos de evolução humana e promoção da prosperidade.

Todo um pensamento enfático sobre a prosperidade humana individual por meio da acumulação de capital não se restringiria a apenas iniciativas isoladas de alguns homens na sociedade em comparativo a outros com menos proatividade. O liberalismo – se não de forma declarada, mas com pelo menos boa parte de seus elementos presentes, – foi a filosofia que orientou a política de governos de países europeus e dos Estados Unidos desde o nascedouro da ideologia, entre os séculos XVIII e XIX.

Com a revolução industrial do século XVIII passou-se a desenvolver a indústria como nova frente para acumulação capitalista e liberal, passando a se mesclar com o capitalismo comercial. Tal desenvolvimento foi a tônica de países desenvolvidos economicamente e que acabaram por gerar um sistema desigual em termos de injusta balança comercial internacional, como a praticada com a América Latina em termos de compra de matérias-primas de americanos¹² e oferta de produtos industrializados e maquinário industrial,

¹¹ Entre aspas, passagem de *Da Democracia na América* da qual Losurdo se vale.

¹² Destacando que para este trabalho, termo *americano* é utilizado em seu sentido amplo, portanto, de todo aquele pertencente ao continente americano. Para o caso específico de cidadão dos Estados Unidos da América, dá-se preferência pelo termo “estadunidense”.

portanto, a compra de materiais a preços bem menores do que os oferecidos pelo processamento industrial.¹³

Esta prática de acumulação, impulsionada pelo desenvolvimento industrial por parte de um pequeno grupo de países, promoveu no século XIX também uma segunda onda pela busca por mercados consumidores.¹⁴ Algo muito maior tomava a cena. Muito mais que a luta individual para buscar muitos para quem vender em termos locais ou mesmo de abrangência nacional, se tornava, embalado pelos mesmos princípios liberais, uma iniciativa de governo para dominar política, econômica e também militarmente, diversas regiões do planeta. O empenho passou a ser pela formação de monopólios globais, como bem resume didaticamente Lênin:

Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1. Décadas de 1860 e 1870, o grau superior culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis; 2. Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro; 3. Ascenso do final do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo. (LENIN, 2010, p. 23)

O período deste liberalismo clássico se desenvolveu de maneira forte até, pelo menos, fins do século XIX quando teorias socialistas eram elaboradas e cada vez mais ganhavam terreno político entre a população proletária e intelectuais. E tal foi o impacto das ideias apregoadas que, desde o início de uma das vertentes do socialismo, o marxismo, logo receberam críticas de seus opositores de direita.¹⁵

Com o crescimento desenfreado das nações europeias - desenvolvidas industrialmente na busca por mercados consumidores pelo planeta -, não tardaram tensões entre estes países sobre direitos dos quais se autoproclamavam detentores a respeito de regiões nos continentes africano e asiático. Assim, se o findar do século XIX e início do seguinte ainda não tiveram o início de um embate direto, já se mostrava uma escalada nos

¹³ Interessante passagem do livro do historiador Eric Hobsbawm destaca um relevante interesse de investimentos na América Latina em fins do século XIX: *O investimento estrangeiro na América Latina atingiu níveis assombrosos nos anos 1880, quando a extensão da rede ferroviária argentina foi quintuplicada, e tanto a Argentina como o Brasil atraíram até 200 mil integrantes por ano.* (HOBSBAWM, 2005, p. 59)

¹⁴ Em termos de uma primeira onda, referência ao expansionismo marítimo-comercial dos séculos XV e XVI, quando uma Europa em crise demandou a busca por novos territórios no além-mar, de maneira a suprir o continente do velho mundo com metais preciosos e produtos que servissem ao comércio e desenvolvimento econômico do mercado europeu, bem como aos luxos de suas monarquias.

¹⁵ *Desde o aparecimento do Marxismo como uma força intelectual, dificilmente um ano – no mundo anglo-saxônico, dificilmente uma semana – tem passado sem alguma tentativa de refutá-lo.* (HOBSBAWM, 2000, p. 281)

intentos armamentistas oriunda das capacidades industriais e armamentistas destes países. O ápice desta *paz armada*, foi justamente já não ser a diplomacia como saída pacífica para resolução de divergências e, assim, a I Guerra Mundial foi o sangrento resultado deste imperialismo, por sua vez, cria do liberalismo.

Esfacelada pela guerra que arrasava territórios e populações de civis e militares, paradigmas também eram desafiados e quebrados. Assim, se outrora um curto período na comuna de Paris de 1871 tinha sido o referencial prático de maior relevância para aplicação dos ideais socialistas no século XIX, no século seguinte a revolução bolchevique de 1917 trazia para o mundo a primeira de diversas outras nações que se categorizariam como socialistas, apresentando ao mundo uma alternativa como que a um velho mundo capitalista e liberal:

Parecia óbvio que o velho mundo estava condenado. A velha sociedade, a velha economia, os velhos sistemas políticos tinham, como diz o provérbio chinês, “perdido o mandato do céu”. A humanidade estava à espera de uma alternativa. Essa alternativa era conhecida em 1914. Os partidos socialistas, com o apoio das classes trabalhadoras em expansão de seus países, e inspirados pela crença na inevitabilidade histórica de sua vitória, representavam essa alternativa na maioria dos Estados da Europa. Aparentemente, só era preciso um sinal para os povos se levantarem, substituírem o capitalismo pelo socialismo, e com isso transformarem os sofrimentos sem sentido da guerra mundial em alguma coisa mais positiva: as sangrentas dores e convulsões do parto de um novo mundo. A Revolução Russa, ou, mais precisamente, a Revolução Bolchevique de outubro de 1917, pretendeu dar ao mundo esse sinal. Tornou-se, portanto, tão fundamental para a história deste século quanto a Revolução Francesa de 1789 para o século XIX. (HOBSBAWM, 1995, p. 50-51)

Não bastando o forte impacto de múltiplos aspectos (militar, político, econômico e também de paradigmas) ocasionado pela I Guerra Mundial, ainda houve sua continuação com a II Guerra Mundial, conflitos estes entremeados pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929, uma crise de superprodução. Curioso caso em que algumas das características de uma economia liberal – produção em massa, consumismo e especulação financeira – foram justamente os causadores da maior recessão financeira da história do mundo e dos Estados Unidos, acabando por afetar em alguma medida todo o mundo capitalista daquele momento. Portanto, outro grande ponto contra o liberalismo de então e um fortalecimento para alternativas, como o socialismo e as nações advindas que viriam a formar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

No entanto, a despeito da empolgação com os movimentos e nações declaradas socialistas que surgiam em inícios do século XX, estas representavam uma forte oposição (agora não apenas mais de cunho teórico) ao que se poderia considerar, contudo, morto e

velho. Afinal, esta ideologia, a filosofia liberal, teve seus alicerces afetados pelos conflitos e instabilidades financeiras da primeira metade do século em questão, não como um processo de enfraquecimento, tal qual uma morte por inanição. Ao contrário, seus princípios voltariam a ser repensados para uma nova roupagem que os permitissem ser aplicado para ainda além do que se viu entre os séculos XVIII e XIX. A ideia seria uma nova ordem mundial.

2.5 Globalistas e a nova ordem mundial

Dois momentos foram cruciais para a formação do que passamos a entender como *neoliberalismo*, o colóquio Walter Lippmann e a formação da sociedade de Mont Pelerin. Assim, um breve panorama sobre estes eventos se mostra importante para entendermos o conceito deste desenvolvimento do liberalismo clássico.

De igual maneira que o socialismo se mostrava uma alternativa para o povo trabalhador em contraposição ao mundo liberal, pela extrema-direita o fascismo também avançava, sobretudo em países como a Itália e a Alemanha das décadas de 20 e 30. Desta forma, corrobora-se o fato de que os fundamentos do que se apregoava acerca do liberalismo clássico dos séculos XVIII e XIX encontrava-se em profunda crise por parte de diferentes lados políticos. Neste contexto, ocorreu o chamado colóquio Walter Lippmann na cidade de Paris, em 1938, em homenagem ao jornalista de mesmo nome que, com a publicação de sua obra (*La cité Libre*), influenciou para o surgimento de reflexões acerca do liberalismo clássico e do que se iria propor a partir da aquele momento, um contexto global de crise da democracia e do liberalismo:

La cité Libre possuía o grande mérito, em sua opinião, de lembrar que o regime liberal é resultado de uma ordem legal que pressupõe um intervencionismo jurídico do Estado.

[...]

Essa é a expressão da linha dominante do colóquio, que será objeto de ressalva, ou até mesmo de contestação, por parte de alguns convidados, em particular dos “neoaustriacos” Von Mises e, decerto, Hayek, que, embora não se manifeste durante as discussões, concorda com aquele que considera seu mestre. Mas todos os participantes compartilham incontestavelmente da rejeição dos “neoaustriacos” ao coletivismo, ao planismo e ao totalitarismo, em suas formas comunista e fascista. Há também uma rejeição amplamente compartilhada às reformas de esquerda que visam à redistribuição de renda e à proteção social (...). Mas o que fazer para combater essas tendências? Reatualizar o liberalismo dentro de um novo contexto ou revisá-lo profundamente? Essa alternativa está estreitamente ligada ao diagnóstico da “grande crise” e suas causas. (LAVAL e DARDOT, 2016, p. 75-76)

Contando com a participação de 26 pensadores, o colóquio se marcou como um evento de intelectuais de diferentes áreas mas que se denotava como *um grupo organizado de indivíduos trocando ideias dentro de uma estrutura comum* (SLOBODIAN, 2018, p. 4)¹⁶. No caso, um esforço envidado para repensar os fundamentos do liberalismo para uma nova época em contraposição ao que consideravam extremismos de esquerda (socialismo real estalinista) e de direita (fascismo).

Podemos dizer que se tratava de um intento no sentido refletir algum tipo de terceira via que, contudo, tinha muito mais a dever ao capitalismo do que a qualquer proximidade com valores típicos de esquerda, como justiça social e críticas a acumulação exacerbada e forte influência de instituições financeiras¹⁷. Em verdade, no máximo de crítica ao *laissez-faire* que estes pensadores possuíam, encontrava-se no limite de serem favoráveis ao estabelecimento de um estatuto legal (portanto com ação em amparo do Estado) para garantir a implementação dos novos valores liberais.

No citado evento, se destacaram nomes como o de Ludwig Von Mises e Frederick Hayek que estiveram também presentes em outro evento de importância para o repensar liberal, a formação da sociedade de Mont Pelerin, em 1947. Desta forma, se no momento anterior se estava a pensar em como elaborar uma ideologia que entremeasse extremismos políticos, ao fim da segunda guerra, a derrota do fascismo havia moldado bem a definição de inimigo e de que lado se colocariam enfim os pensadores de Walter Lippmann. A Guerra Fria iniciava opondo de maneira clara e direta duas ideologias e modelos econômicos que lutavam pela hegemonia mundial: capitalismo e socialismo. Contudo, importante destacar que mesmo o polo do capitalismo mundial (Estados Unidos) desde os anos 30 havia aderido a um maior intervencionismo estatal como maneira de superar a crise gerada pelo *crack* da bolsa de Nova Iorque e reaquecer a economia. Juntamente à entrada e vitória dos estadunidenses no novo conflito mundial, um novo modo de governar embasava o crescimento econômico daquele país e assim se sustentaria pelas décadas seguintes. É o que Andrew Heywood intitula de

¹⁶ Tradução do autor. No original consta: *an organized group of individuals exchanging ideas within a common intellectual framework*.

¹⁷ Neste sentido, importante a passagem de obra de Von Mises acerca de críticas ao socialismo soviético e ao fascismo, contudo, admitindo similaridades deste último com o liberalismo e relativizando ações do fascismo: *Muitas pessoas aprovam os métodos fascistas, muito embora seu programa econômico seja totalmente antiliberal e a política econômica totalmente intervencionista, porque está longe de praticar o vandalismo que tem caracterizado os comunistas como os arqui-inimigos da civilização. Ainda outros, completamente conscientes do mal que a política econômica fascista encerra, consideram o fascismo, em comparação com o bolchevismo e o soviétismo, pelo menos, um mal menor. Para a maioria de seus defensores públicos e secretos e de admiradores, entretanto, seu poder de atração consiste, precisamente, na violência de seus métodos. Ora, não se pode negar que o único modo pelo qual alguém possa oferecer resistência efetiva contra assaltos violentos seja por meio da violência. Contra as armas dos bolcheviques, devem-se utilizar, em represália, as mesmas armas, e seria um erro mostrar fraqueza ante os assassinos.* (MISES, 2010, p. 75)

liberalismo moderno ou, também conhecido como keynesianismo, oriundo das propostas do economista John Maynard Keynes que:

...afirmava que os índices de emprego e de crescimento são determinados em grande medida pelo nível de “procura agregada” na economia, e que o governo pode regular a procura, primordialmente por meio de ajustes na política fiscal, a fim de proporcionar pleno emprego. (HEYWOOD, 2010, p. 70)

Já sendo o keynesianismo uma modalidade que se distinguia de pressupostos do liberalismo clássico, ainda que não fosse a tônica do que viria a ser definido como neoliberalismo, contudo, dava um sinal de um elemento presente nas elocubrações a respeito dos homens de Walter Lippman e que na formação de Mont Pelerin ganharia corpo: a legitimação do Estado.

O surgimento de um Estado proativo por uma democracia liberal, certamente em concepção avessa do representado por um governo popular socialista, não se confunde com um Estado categoricamente intervencionista como que a postos para intervir em diferentes aspectos da vida dos cidadãos. Mais especificamente, trata-se aqui de um Estado neoliberal que se marca pela necessidade de se firmar dentro uma determinada ordem, daí também ser conhecido como *ordoliberal*, que demanda instituições legais-estatais para justamente garantir o capitalismo e, portanto, para fazer mover e garantir as políticas de mercado.

Desse último ponto de vista, “existe na verdade apenas um capitalismo, já que existe apenas uma lógica do capital”; mas do ponto de vista ordoliberal, que já era o de Rougier, “a história do capitalismo somente pode ser uma história econômico-institucional”, e não da figura que dita a lógica da acumulação do capital. A implicação política dessa consideração é manifesta: longe de o impasse dessa figura do capitalismo ser o impasse do “capitalismo tout court”, abre-se todo um campo de possibilidades diante dela, desde que trabalhe em favor de certas transformações econômicas e políticas.

Obra da vontade, e não produto de uma evolução cega, a ordem de mercado é pois, parte de um conjunto coerente de instituições conformes com a moral. Os ordoliberais não são os únicos na época a romper com a perspectiva naturalista do velho free trade, mas caracterizam-se por ter sistematizado teoricamente esse rompimento. (LAVAL e DARDOT, 2016, p. 105)

As reflexões dos eventos de Walter Lippman e de Mont Pelerin levaram à formação de uma *internacional liberal*. Aqui trata-se do sentido de justamente pensar na forma de uma ordem liberal global, pensada sobre os pressupostos clássicos dos séculos XVIII e XIX. Porém, não se limitavam em apenas recuperar e reaplicar aqueles pressupostos, mas indo além, criticava-se ferozmente a maior nênese, o socialismo, bem como os pressupostos de um liberalismo moderno keynesiano, que entravaria, afinal, um dos fundamentos do liberalismo

em quaisquer de suas versões, a liberdade. No caso, uma liberdade em consonância com o que vimos no tratado sobre justiça. Quer dizer, sob a ótica neoliberal, a prerrogativa e dever de um Estado atuar de maneira regulada constitucionalmente para garantir um governo favorável às flutuações do mercado e suas influências na sociedade, a despeito de desigualdades geradas. E, em verdade, as próprias fronteiras nacionais não devem ser limitadoras de qualquer integração liberal, muito pelo contrário.

Uma autoridade internacional que limite de modo efetivo o poder do Estado sobre o indivíduo será uma das melhores salvaguardas da paz. O Estado de Direito internacional deve tornar-se uma proteção tanto contra a tirania do estado sobre o indivíduo, como contra a tirania do novo superestado sobre as comunidades nacionais. Nossa meta não deve ser nem um superestado onipotente, nem uma frouxa associação indefinida de “nações livres”, mas uma comunidade de nações formadas de homens livres. Durante muito tempo, afirmamos que se tornara impossível adotar aos negócios internacionais uma linha de ação que nos parecia aconselhável, porque os outros recusavam entrar no jogo. O acordo a ser estabelecido constituirá uma oportunidade de mostrarmos que fomos sinceros e que estamos prontos a aceitar as mesmas restrições à nossa liberdade de ação que, no interesse comum, achamos necessário impor aos outros. (HAYEK, 2010, p. 218)

A despeito de que intentos nacionais tenham se efetivado com políticas governamentais de nações do século XIX, não se pode afirmar que se tratava ali de um plano internacional organizado com intuito de fazer valer as regras de um liberalismo global. E a própria ocorrência de um evento para dirimir tensões¹⁸ já marcava esse desalinhamento, que ficou mais do que esclarecido com a ocorrência das duas guerras mundiais no século seguinte, quer dizer, grandes conflitos militares entre nações de grandes potenciais econômicos.

Da mesma forma que houve discordâncias em encontro de final do século XIX para inutilmente tentar resolver conflitos, os liberais do século XX também tiveram suas divergências. Contudo, não prescindiam do envidamento de esforços intelectuais favoráveis a um ideal comum: globalizar o princípio ordoliberal.

Esse grupo teve suas cisões internas, como mostram os trabalhos citados. Além da política monetária e da economia do desenvolvimento, porém, a questão da governança internacional e global foi surpreendentemente negligenciada nessas histórias. Embora houvesse diferenças entre esses pensadores, meu argumento é que podemos discernir os traços gerais de uma prescrição coerente para o mundo ordem em seus escritos e ações. Globalizando o princípio ordoliberal de "pensar em ordens", seu projeto de pensar em ordens mundiais ofereceu um conjunto de propostas destinadas a defender a economia mundial de uma democracia que se tornou global apenas no século XX - produzindo um estado de coisas e um conjunto

¹⁸ Referência à Conferência de Berlim, de 1885, com intuito de reunir representantes de governos europeus, mais o Império Otomano (futura Turquia) e Estados Unidos, sob a alegação oficial de tratar sobre liberdade comercial na África, porém, tendo se notabilizado por uma verdadeira partilha do continente africano em áreas de influência e dominação por parte de nações do velho mundo.

de desafios que seus predecessores, os liberais clássicos, jamais poderiam ter previsto¹⁹. (SLOBODIAN, 2018, p. 4)

2.6 Laboratório e implementação

Com os fundamentos teóricos estabelecidos do que se passou a ser intitulado como modelo neoliberal ou neoclássico, a demanda agora seguia no sentido de implementação dos fundamentos do agrupamento de Hayek, Mises e Friedman. Neste sentido, ganharam destaques os governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Contudo, antes mesmo destes governantes e suas medidas, o primeiro grande laboratório para os desígnios neoliberais coube ao Chile e aos pensadores neoliberais formados na Universidade de Chicago.

Tendo sido democraticamente eleito em 1970 pela coalizão de partidos de esquerda *Unidade Popular*, Salvador Allende alcançou a presidência do Chile. E tinha como propostas, reforma agrária e nacionalização de indústrias num escopo de governança que se intitulou como *via chilena para o socialismo*.

Aquele era um período de alta tensão caracterizada como a luta hegemônica global marcada pela Guerra Fria. E no contexto latino-americano dos anos setenta já com mostras de resistência e movimentos armados em prol de alternativas ao capitalismo (sendo exemplo a vitória da revolução cubana, em 1959), ter no Chile mais um governante de esquerda, era uma nova ameaça ao *status quo* da direita, com destaque para os Estados Unidos. E uma característica a mais reforçava os temores pelo novo governo chileno: tendo sido eleito, o novo governante chegou ao poder legitimado pela escolha do povo nas urnas. Desta forma, não haveria de imediato cabimento para críticas a um governo eventualmente desacreditado se fosse o caso de ter se formado pela ação de grupos armados. Assim, se tratando de personagem escolhido pelo povo chileno, a estratégia para a derrubada teria de ser feita por outros meios.

¹⁹ Tradução do autor. No original consta: *This group was not without its internal rifts, as the works cited have shown. Apart from monetary policy and development economics, though, the question of international and global governance has been surprisingly neglected in these histories. Although there were differences among these thinkers, my contention is that we can discern the broad strokes of a coherent prescription for world order in their writings and actions. Globalizing the ordoliberal principle of “thinking in orders,” their project of thinking in world orders offered a set of proposals designed to defend the world economy from a democracy that became global only in the twentieth century— producing a state of affairs and a set of challenges that their predecessors, the classical liberals, could never have predicted.*

Ademais, vale ressaltar uma característica muito comum com o caso da instauração da ditadura militar brasileira conjuntamente com o que se viu no Chile anos depois, em ambos os casos é pertinente marcar que não foram golpes de Estado unicamente tramados durante todo o processo por membros da caserna. Trataram-se de ditaduras civis-militares, dados os apoios diretos, de financiadores e também da opinião pública que formaram grupos civis (religiosos, empresariais e de parte da classe média) nacionais e estrangeiros em ações brutais contra agrupamentos representativos da sociedade, como bem ilustra a seguinte passagem:

O golpe contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende foi patrocinado por elites de negócios chilenas ameaçadas pela tendência de Allende para o socialismo. Foi apoiado por corporações dos Estados Unidos, pela CIA e pelo secretário de Estado Henry Kissinger. Reprimiu com violência todos os movimentos sociais e organizações de esquerda e desmontou todas as formas de organização popular (como os centros comunitários dos bairros mais pobres). O mercado de trabalho foi "liberado" de restrições regulatórias ou institucionais (o poder sindical, por exemplo). (HARVEY, 2005, p. 17)

O Chile, na visão dos que impetraram o golpe de 1973, foi *salvo* de intentos socialistas em uma ação armada com intuito de realinhá-lo ao *mundo livre*. E neste processo, logo surgiram os questionamentos de como proceder para iniciar as ações que objetivavam um crescimento econômico alinhado a fundamentos liberais. Neste sentido, era a oportunidade que se abria para a implementação de medidas de pensadores estrangeiros (economistas) da escola de Chicago. Estes, com discursos privatistas, se instalaram e predominaram em uma instituição privada chilena se estabelecendo como *think tanks* que ajudariam a formar outros locais.

Um grupo de economistas conhecidos como "the Chicago boys", por causa de sua adesão às teorias neoliberais de Milton Friedman, então professor da Universidade de Chicago, foi chamado para ajudar a reconstruir a economia chilena. É interessante a história de como eles foram escolhidos. Os Estados Unidos tinham financiado o treinamento de economistas chilenos na Universidade de Chicago desde os anos 1950 como parte de um programa da Guerra Fria destinado a neutralizar tendências esquerdistas na América Latina. Os economistas treinados em Chicago vieram a obter o predomínio na Universidade Católica, entidade privada, de Santiago. No começo dos anos 1970, as elites dos negócios organizaram sua oposição a Allende através de um grupo chamado "Clube de Segunda-Feira" e desenvolveram uma relação de trabalho com esses economistas, financiando seu trabalho através de institutos de pesquisa. Depois de o general Gustavo Leigh, rival de Pinochet para ocupar o poder, e keynesiano, ser afastado em 1975, Pinochet levou esses economistas para o governo, onde seu primeiro trabalho foi negociar empréstimos com o Fundo Monetário Internacional. Trabalhando em parceria com o FMI, reestruturaram a economia de acordo com suas teorias. Reverteram as nacionalizações e privatizaram os ativos públicos, liberaram os recursos naturais (pesca, extração de madeira etc.) à exploração privada e não-regulada (em muitos casos reprimindo brutalmente as reivindicações das populações indígenas), privatizaram a seguridade social e facilitaram os investimentos estrangeiros diretos e o comércio mais livre. (HARVEY, 2005, p. 18)

De *via chilena para o socialismo*, passou-se a *laboratório chileno para o neoliberalismo*. Assim, tal qual se viu que grandes contradições existiram já no liberalismo clássico dos séculos XVIII e XIX, este neoclassicismo liberal não se imiscuia de lançar mão da violência física. E também se marcava por desrespeito a direitos humanos básicos e concentração de renda para se estabelecer em medidas de governo e de Estado, ou seja, a ideia era chegar para se manter, um projeto portanto estrutural.²⁰

Ainda que a instauração chilena tenha sido o precursor, na segunda metade do século XX, do neoliberalismo pensado décadas antes, uma lição tinha sido aprendida: a busca pela instauração dos pressupostos neoliberais pela democracia representativa, quer dizer, a chegada ao poder legitimada pelas urnas²¹. A partir desta consideração, destacam-se ícones de governos neoliberais no mundo ocidental, Inglaterra e Estados Unidos, representados pelas respectivas gestões de Margareth Thatcher (1979 a 1990) e Ronald Reagan (1981 a 1989).

Não sendo proposta deste trabalho efetuar uma revisão histórica dos modelos inglês e estadunidense de neoliberalismo dos anos 80 e 90, contudo, se faz premente um resumo bem ilustrativo das atuações daqueles governantes que os notabilizaram como referências da ideologia neoliberal. Neste sentido, muito colaboram as palavras de Perry Anderson:

O que fizeram, na prática, os governos neoliberais deste período? O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.

A variante norte-americana era bem distinta. Nos Estados Unidos, onde quase não existia um Estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia. Deve-se ressaltar que, na política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão. Mas, decididamente, não respeitou a disciplina orçamentária; ao contrário, lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes, envolvendo gastos militares enormes, que criaram um déficit público muito maior do que qualquer outro presidente da

²⁰ Cabe destacar que no momento em que estas palavras são escritas (junho de 2021), o Chile passa por conturbações políticas oriundas de grande insatisfação popular com a carestia em sua sociedade, em boa parte devida a heranças legais de uma constituição da época ditatorial e que sobreviveu a várias décadas e diferentes governos (tanto de matizes mais à direita, quanto mais à esquerda) e que só agora coloca em pauta com vistas à efetivação de uma nova constituição a ganhar a luz do dia, mediante a formação de uma assembleia constituinte.

²¹ Mas a revolução neoliberal que se costuma atribuir a Thatcher e Reagan a partir de 1979 tinha de ser instaurada por meios democráticos. A ocorrência de uma mudança de tamanha magnitude exigia que se construísse antes o consentimento político num espectro suficientemente amplo da população para que se ganhassem eleições. (HARVEY, 2005, p. 49)

história norte-americana. Mas esse recurso a um keynesianismo militar disfarçado, decisivo para uma recuperação das economias capitalistas da Europa ocidental e da América do Norte, não foi imitado. Somente os Estados Unidos, por causa de seu peso na economia mundial, podiam dar-se ao luxo do déficit massivo na balança de pagamentos que resultou de tal política. (ANDERSON, Perry. In: SADER e GENTILI, 1995, p.3)

2.7 Brasil à sombra do Consenso de Washington

O ápice da convergência de pensamentos de Thatcher e Reagan se deu em 1989 com o chamado Consenso de Washington. Neste evento ocorrido na capital dos Estados Unidos foram apresentadas propostas globais do que se pode chamar de *receita de bolo* para a implementação do neoliberalismo mundial.

Impulsionados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, que almejavam a formulação de um receituário que esclarecesse requisitos para concessão de empréstimos e colaboração econômica a nações em situação de precariedade nas suas contas, o evento da capital dos EUA justamente veio como a oportunidade ideal. Afinal, representava o estabelecimento de diretrizes uniformes acerca do que países deveriam efetuar para, assim, apresentar garantias e capacidade de honrar pagamento de dívidas.

Nas palavras de um dos idealizadores do evento, aquela reunião tinha por fim *acelerar o desenvolvimento sem piorar a distribuição de renda*. E isto deveria ser feito pelas premissas estabelecidas, tais como:

- Controle fiscal: cortar gastos, reduzir despesas e enxugar quantitativo de funcionários;
- Reformas: em especial para garantir menos tributação para empresas;
- Privatização de estatais: em diferentes setores, com intuito de impulsionar de maneira relevante a iniciativa privada;
- Revisão do protecionismo: com intuito de maior abertura a investimentos estrangeiros;

- Flexibilização de leis trabalhistas: promovendo desregulamentação estatal das relações entre capital e trabalho, sendo cada vez mais relegada a acordos sindicais e/ou mesmo direto de cada empregado com seu contratante²².

Importante destacar que o ano de ocorrência do evento em questão marcava os últimos momentos de uma hegemonia global bipolar. A queda do Muro de Berlim (1989) e a própria dissolução da União Soviética (1991) marcaram o fim da Guerra Fria e o retrocesso do socialismo real, que perdia seu maior referencial e, assim, ficava relegada a um pequeno grupo de nações declaradamente socialistas. Se não representava o *fim da história* – termo notabilizado por Fukuyama (FUKUYAMA, 1992)²³ – ou a constatação categórica de que para o neoliberalismo, nas palavras de Margareth Thatcher *não havia alternativa*, ao menos significava um forte retrocesso em termos de oposição ao capitalismo. Ademais, representava a chegada de um momento há muito esperado e planejado desde o Colóquio Walter Lippmann. Mesmo para representações mais moderadas e reformistas da esquerda o golpe foi grande para se impedir a onda neoliberal que, ainda que tivesse que combater resistências localizadas em movimentos sociais e partidos políticos oposicionistas, não teria mais um opositor global do porte soviético naquela transição entre as décadas de 80 e 90. Acerca do exposto são ilustrativas as palavras de Boaventura de Sousa Santos:

Os últimos anos mostraram que, com a queda do Muro de Berlim, não colapsou apenas o socialismo, colapsou também a social-democracia. Tornou-se claro que os ganhos das classes trabalhadoras das décadas anteriores tinham sido possíveis porque a URSS e a alternativa ao capitalismo existiam. Constituíam uma profunda ameaça ao capitalismo e este, por instinto de sobrevivência, fizera as concessões

²² Ademais às proposições do Consenso de Washington, importante citar a seguinte passagem: “Os modelos norte-americano e inglês de neoliberalismo foram ali definidos como a solução para os problemas globais. Fizeram-se fortes pressões inclusive sobre o Japão e a Europa (para não falar do resto do mundo) a seguir a rota neoliberal. A formação da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi o ponto alto desse ímpeto institucional (embora a criação do NAFTA — Tratado Norte-Americano de Livre Comércio — e os acordos de Maastrich firmados antes na Europa também tenham sido importantes arranjos institucionais regionais). Em termos programáticos, a OMC estabeleceu padrões e normas neoliberais de interação na economia global. Sua meta primordial, contudo, era abrir ao máximo o mundo ao livre fluxo de capital (ainda que sempre com a cláusula de proteção de "interesses nacionais" essenciais), pois esse era o fundamento da capacidade do poder financeiro norte-americano, bem como europeu e japonês, de extrair tributos do resto do mundo”. (HARVEY, 2005, p. 102)

²³ Funcionário do Departamento de Estado Norte-Americano, Francis Fukuyama publicou, em 1989, polêmica obra onde avalia que a humanidade teria chegado a um máximo de sua evolução histórica com o triunfo da democracia liberal e a queda do comunismo soviético. Quer dizer, o reformismo soviético que teve como resultado a implosão do socialismo real europeu representou imenso terreno aberto para o consumismo global, marca do Ocidente capitalista.

Em uma visão neoconservadora excessivamente otimista, a obra de Fukuyama apregoava o esgotamento de quaisquer alternativas para o capitalismo. Disto, contrapontos surgiram, onde se destacou a obra de Perry Anderson (ANDERSON, 1996) que esmiúça a obra do nipo-estadunidense ao ponto de identificar que o próprio *fim da história* admitia que uma economia de mercado bem-sucedida não era uma garantidora necessária de democracia política.

necessárias (tributação, regulação social) para poder garantir a sua reprodução. Quando a alternativa colapsou e, com ela, a ameaça, o capitalismo deixou de temer inimigos e voltou à sua vertigem predadora, concentradora de riqueza, armadilhado na sua pulsão para, em momentos sucessivos, criar imensa riqueza e destruir imensa riqueza, nomeadamente humana. (SANTOS, Boaventura De Sousa, 2017, p. 24)

E a despeito de que não se pode falar que foi um golpe na ideologia, mas tão somente em um grande representante desta ideia, em verdade, não se deixava de associar que o esfacelamento do bloco soviético foi uma oportunidade muito bem aproveitada para um forte avanço do neoliberalismo pelo mundo. No esteio desta consideração, o Brasil não ficava de fora das reverberações desta atribulada conjuntura internacional dos anos 80 e 90.

Por aqui, uma ditadura civil-militar de 20 anos chegava ao fim, deixando como legado um país estagnado economicamente, com uma inflação galopante e condições sociais precárias e profundas a serem resolvidas pelos governos da chamada redemocratização. Assim, importante lembrar que este trabalho trata de governos eleitos diretamente após o período ditatorial de 64. E neste escopo de redemocratização com referências a uma bipolaridade política, é representativa a campanha presidencial de 1989 (a primeira após a promulgação da nova carta magna brasileira). Neste evento se colocaram em disputa no segundo turno os candidatos Luís Inácio Lula da Silva (pelo PT) e Fernando Collor de Mello (pelo Partido da Reconstrução Nacional, PRN), e teve deste último o seguinte trecho de fala (palavras finais no debate) transmitido pela rede televisiva bandeirantes:

Mas ao final dessa minha participação, minha gente, eu gostaria de transmitir a vocês a minha enorme confiança de que continuaremos juntos no próximo dia dezessete. Sim. No dia dezessete nós daremos um não definitivo à bagunça, à baderna, ao caos, à intolerância, à intransigência, ao totalitarismo...à bandeira vermelha! Vamos dar sim à nossa bandeira, essa que está aqui, a bandeira do Brasil, a bandeira verde, amarela, azul e branca. Vamos cantar o nosso hino nacional e não a internacional socialista. (BAND JORNALISMO, 1989)

Ainda que haja no imaginário brasileiro as privatizações do governo de Fernando Henrique Cardoso²⁴, importante lembrar que Collor foi o primeiro a implementar medidas neoliberalizantes no Brasil que só viriam a se aprofundar com a gestão FHC. À sombra do Consenso de Washington, as medidas globais neoliberalizantes encontravam seus candidatos na política brasileira, com intuito de abertura para o mercado estrangeiro e revisão das políticas públicas, como afirma artigo de Wellington Nunes:

²⁴ Algo promovido pelo fato de ter sido o primeiro governo a se manter duas gestões seguidas e, assim, ter tido um tempo razoável de presidência para implementar diversas medidas e permear a memória de muitos brasileiros dos anos 80 e início dos 90.

... a partir do início dos anos 1990, além do aumento dos fluxos financeiros e da disponibilidade de capitais, em um contexto externo, teria se afirmado, internamente, a “supremacia do neoliberalismo”. Tal supremacia poderia ser observada em um “ponto de inflexão” caracterizado pela “estruturação de um movimento em torno da necessidade de se romper com a ordem antiga” com vistas à “implantação de um modelo econômico centrado no mercado”. A referida ruptura teria ocorrido durante o governo Collor (1990-1992), com uma “drástica redefinição da agenda pública”, e se aprofundado no primeiro governo Cardoso (1995-1998). (NUNES, 2016, p. 69)

E entre os governos eleitos pós-ditadura, ocorre o período que Ricardo Antunes chama de desertificação neoliberal no Brasil (ANTUNES, 2005). Nisto se pode perceber que, a despeito das fortes evidências de políticas neoliberalizantes por parte de Collor e FHC, a chegada da esquerda ao poder nas eleições de 2002, não necessariamente representou totalmente um rompimento com as diretrizes do Consenso de Washington.

Ainda que se possa falar de um abrandamento de intentos neoliberais com o governo petista, importante destacar que houve diferenças de momentos e gestões. Afinal, os mais de 13 anos de gestão do PT na presidência foram de dois personagens (Lula e Dilma Rousseff) em quase duas gestões completas, não fossem as articulações judiciárias e parlamentares que culminaram no impedimento da primeira mulher eleita na história política brasileira.

Sobre a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência e seus tempos de oposição à ordem neoliberal (com flexibilizações das relações de trabalho e concentração no mercado como via para o desenvolvimento), é tecido o seguinte pensamento:

O PT sofreu essa tempestade, oscilando entre a resistência ao desmonte e a assunção da moderação. Ao mesmo tempo em que ainda lutava contra o receituário e a pragmática neoliberais, aumentava sua imersão e mesmo sujeição aos calendários eleitorais, atuando no leito da institucionalidade e deixando de se calibrar pelo termômetro social. De partido de esquerda contra a ordem foi, pouco a pouco, metamorfoseando-se em partido dentro da ordem. As derrotas eleitorais de 1994 e 1998 intensificaram seu transformismo, enquanto o país também se modificava.

[...]

Quando, finalmente, Lula venceu as eleições em 2002, o país estava de cabeça para baixo. Ao contrário da potência criadora das lutas sociais da década de 1980, o cenário era de estancamento das forças sociais do trabalho, embaralhadas em meio a tanta desertificação social. A eleição que levou Lula ao poder foi, por isso, uma vitória política tardia. Nem o PT, nem o país eram mais os mesmos. O segundo estava desertificado enquanto o primeiro havia se desvertebrado. (ANTUNES, 2005, p. 165)

Um partido de esquerda na presidência, portanto, não teria representado para Antunes uma ruptura que pudesse estar na expectativa de alguns setores da esquerda ou mesmo um afastamento tão relevante de pressupostos neoliberais, dada a tônica de conciliação/coalizão que foi sinalizada ainda em período de campanha, no ano de 2002. Neste

sentido, são ilustrativos os pensamentos de André Singer quando, de forma direta, levanta questões como *O Partido dos Trabalhadores: ainda um partido de esquerda?* (SINGER, 2012, p. 12) e aprofunda ao teorizar sobre o que chama de *segunda alma*²⁵ do Partido dos Trabalhadores numa análise sobre a campanha de 2002, afirmando:

A alma do Anhembi, expressa no programa “Lula 2002”, compromete-se com a estabilidade e atira as propostas de mudança radical ao esquecimento. Enquanto a alma do Sion, poucos meses antes, insistia na necessidade de “operar uma efetiva ruptura global com o modelo existente”, a do Anhembi toma como suas as “conquistas” do período neoliberal: “a estabilidade e o controle das contas públicas e da inflação são, como sempre foram, aspiração de todos os brasileiros” (SINGER, 2012, p. 68)

Na sua análise crítica sobre a gestão PT, Singer afirma em suas obras que o que entende por lulismo (moderação e coalizão entre classes capitaneada por um partido de esquerda) se estendeu por todo o período de gestão petista na presidência. Isto ainda que deixe transparecer, no referente a Dilma, que tivesse havido um maior contraponto ao *status quo* do capital: *Dilma fez escolhas antiliberais, o que lhe custou caro.* (SINGER e LOUREIRO, 2016, p. 17)²⁶

Em resumo, tratou-se até aqui que a partir de falas oficiais dos governantes eleitos no período da redemocratização será feita uma leitura crítica do Brasil, com intuito de encontrar em discursos presidenciais, eventuais marcadores de um neoliberalismo. Este sob o entendimento de que, mesmo tendo demonstrado destaque com o Consenso de Washington em 1989, desde a aquela época ainda apresenta seus ecos. E comparando versões do liberalismo (elementos clássicos, que ainda reverberam, e novos, ressignificados), é apresentado um quadro para melhor esclarecer sobre marcadores teóricos buscados nas fontes analisadas.

²⁵ André Singer apresenta *duas almas* em contraponto. Por um lado, a *alma* a do Sion, se referindo ao Colégio Sion, onde foi fundado o Partido dos Trabalhadores em 1980 com propostas que, de acordo com o autor, foram mais radicais, de crítica aos modelos político e econômico vigentes no Brasil de então, além de apregoar maior liberdade sindical e maior dimensionamento da igualdade baseado em pressupostos da teologia da libertação. Por outro lado, explana sobre a *alma* do Anhembi, se referindo a reunião do Diretório Nacional do PT no centro de convenções do Anhembi (São Paulo), quando em 2002 reafirmou a mensagem da *Carta ao Povo Brasileiro*, preparada em 2001 que, em essência, preconizava a conciliação entre capital e trabalho como valores para um futuro governo petista.

²⁶ Basicamente, Singer afirma ter havido um maior intervencionismo estatal por parte de Dilma do que pela parte de Lula, lembrado em seu perfil moderador: *Enquanto Lula foi conciliador, Dilma decide entrar em combate com frações de classe poderosas e resistentes. Ao reduzir os juros e forçar os spreads para baixo, Dilma tensionou o pacto estabelecido com o setor financeiro. Uma barreira foi rompida.* (SINGER e LOUREIRO, 2016, p. 20)

Pressupostos do liberalismo	
Clássico (séculos XVII ao XX)	Neoliberalismo (séculos XX e XXI)
<u>Individualidade</u>	
Essencialmente um valor para desenvolvimento pessoal, sem necessariamente extrapolar para políticas de Estado, ao menos até o século XIX, quando a partir de então o desenvolvimento econômico era atrelado a exacerbado nacionalismo.	Visão globalista, ou seja, valorização do aprimoramento pessoal em conjunto com outros desenvolvimentos individuais com intuito de formar uma comunidade mundial e competitiva entre empresas, não necessariamente representando disputa entre nações.
<u>Liberdade</u>	
Elemento primordial das diferentes versões do liberalismo, apregoa ser um direito natural que demarca a essência da humanidade. Em consonância com a individualidade, promove as aptidões de cada um escorado por um Estado de direito que se vê necessário para justamente codificar e garantir esta liberdade.	O mercado é visto como superior ao governo. E ainda que se admita que deve existir para garantir valores liberais, o Estado deve ser essencialmente mínimo na oferta de serviços e interferência em negócios particulares, deixando à sociedade um equilíbrio privado entre oferta e procura. Visão construída em contraponto, num contexto de Guerra Fria, à planificação de economias socialistas.
<u>Razão</u>	
Contraposto a uma sociedade estamental (com interpretações teológicas da natureza e imobilidade social), o racionalismo liberal surge no esteio do iluminismo, criticando a infalibilidade de autoridades e preconizando o desenvolvimento intelectual para sistematizar, buscar e satisfazer interesses pessoais.	Corolário da individualidade e liberdade, a razão marca o desenvolvimento de diferentes habilidades em um sinergismo de saberes a serem buscados em consonância com o empreendedorismo, quer dizer, conhecimento acumulado e aplicado para se destacar em um mercado competitivo onde a desigualdade material apenas marcaria <i>naturais</i> desigualdades de potenciais entre as pessoas.
<u>Justiça</u>	
A cada um o que lhe é devido na medida de suas potencialidades, esforços e destaque na sociedade. Assim, importante destacar que há um entendimento de igualdade fundacional para liberais, quer dizer, entende-se que todos nascem iguais, tendo liberdade em desenvolver capacidades, que vão se mostrando diferentes com o passar da vida e, então, cada um sendo recompensado pelo que efetivar e aprimorar.	Formulam-se termos para justificar a desigualdade entre os seres humanos: meritocracia e resiliência. Desta forma, ainda há o entendimento de que cada um é recompensado conforme habilidades desenvolvidas, em desconsideração de métricas materiais diferentes para cada um, se refletindo em naturalização da desigualdade e glamourização na superação de dificuldades e resistência a arbitrariedades.
<u>Tolerância</u>	
Valor representativo da ética social do liberalismo, marca uma postura necessária do indivíduo para justamente poder viver em harmonia social. Destacado pela valorização da vida, liberdade e propriedade, a tolerância liberal apregoa a diversidade e convivência de opiniões até mesmo no sentido de atenuar tensões, como as de classe por exemplo, em um entendimento de que padrões e empregados necessitam um do outro.	Sob o epíteto da diversidade, o neoliberalismo desenvolve o que se conhece por capitalismo identitário, na medida em que <i>absorve pautas identitárias e converte lutas antiopressivas (especialmente machismo e racismo) em algo lucrativo</i> (POLESE, 2020). Ou seja, retomando os pressupostos clássicos, subverte ações afirmativas de gênero, de cor, bem como de sexualidade e mesmo de classe para transformá-los em elementos de identificação não para a crítica social, mas para incremento do consumismo.

Fonte: produção do autor

Os pressupostos do neoliberalismo, portanto, nos servem como marcadores ideológicos identificáveis nas últimas décadas da política brasileira. E isto se dá mesmo no que se apresentou como momentos de inflexão em que a ordem neoliberal parecia estar à beira de ser colocada, se não em xeque, ao menos sob uma grande pressão para recuo de seus ditames em prol de uma governança mais questionadora às estruturas liberalizantes no país. Neste escopo, ficou o destaque para a chegada do PT ao poder e a oportunidade de que, pela primeira vez na presidência da república, um partido de esquerda alimentou as esperanças de que, compondo uma onda progressista na América Latina, representaria um momento da construção de um caminho avesso à alternativa neoliberal no país. Contudo, o intento por uma presidência de coalizão marcou a tônica desde antes mesmo da vitória de Lula.²⁷

Por fim, importante realçar que o presente trabalho é um estudo das elites por analisar um determinado aspecto (discursos) a partir de governantes eleitos. Assim, igualmente trata-se de uma pesquisa que fala sobre a população brasileira, pois como nos é bem lembrado a respeito dos pensamentos de Thomas Hobbes e da representação política:

Neste sentido, o representante não é alguém que age por si mesmo: suas ações e palavras pertencem a outra pessoa, à pessoa que o autorizou a agir. Esta é a própria concepção de *pessoa artificial*, que Hobbes constrói e contrasta com a noção de *pessoa natural*, cujas palavras e atos são considerados como autenticamente seus. O representante, portanto, é uma *pessoa artificial*, cuja ação se torna válida partir do consentimento de que, originalmente, possui o direito de agir. (DIAS, 2002, p. 65)

Desta forma, a presente dissertação é um intento para melhor compreender um Brasil atual resultante de muito mais que poucos e recentes eventos. Ademais, trata-se de resposta a um processo político e histórico que, em diferentes momentos, contou com maior ou menor endosso da população a medidas governamentais. Estas, mais ou menos progressistas/desenvolvimentistas (dependendo da gestão), sem deixar de marcar temperança quanto a ações mais populares e sem prescindir de alguma condescendência quanto a medidas de favorecimento ao capital (reformas, flexibilização de direitos e privatizações).

As diferentes medidas e formas de ocorrências de marcadores neoliberais, portanto, se apresentarão nos estudos de conteúdo das falas oficiais dos políticos em tela. E a análise dará resposta à questão: onde está o neoliberalismo nos discursos presidenciais da democracia brasileira recente?

²⁷ Referência aqui ao documento assinado pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva quando da divulgação do documento intitulado *Carta ao povo brasileiro*, de junho de 2002, onde se notabilizou pelo compromisso de aliar capital e trabalho, empresariado e trabalhadores, num projeto de convergência sustentável (a despeito de divergências ideológicas) em benefício de um programa progressista para o país. Trata-se do que Ricardo Antunes denominou do *mito da conciliação de classes*. (ANTUNES, 2016, p. 1)

3 A ERA DOS FERNANDOS: Collor e FHC

Há de se considerar que um olhar retrospectivo é sempre pertinente, na medida em que ao observarmos o passado nos apercebemos de que as explicações para o momento de interesse está para além de si. Quer dizer, é premente conhecermos o processo e, ainda que brevemente, revisar momentos anteriores para melhor esclarecer sobre nosso objeto de análise.

Não se pode falar em *Era PT* deixando passar em branco qualquer menção a gestões anteriores que integraram o processo – correlações de forças políticas e momentos paradigmáticos (sofridos e gerados; internos e alheios) dos governos passados – que criaram as condições objetivas para a chegada de Lula à presidência em 2002. E de igual maneira, não se pode tratar sobre Collor e Fernando Henrique sem nos determos na revisão sobre o passado recente àquele período...mesmo que este passado seja uma rememoração de uma mancha indelével, medonha e sem todas as contas acertadas com a história, a justiça e a democracia.

No comparativo a uma espécie de *ouroboros*²⁸político, percebe-se na história republicana brasileira movimentos pendulares, alternâncias entre ditaduras e democracias. Nesse escopo, o início e fim da ditadura de 64 não deixou a dever, na medida em que se gestou durante um momento de tensão na democracia àquele momento, em um governo presidido por João Goulart. E, ainda que surgido sob a sustentação de diferentes categorias (militares, empresários, religiosos e integrantes da classe média), também teve sua trajetória marcada pelo ímpeto de um golpe, a manutenção por meio de arbitrariedades, mas que não suportou os ventos da história. Estes, trouxeram ares desejosos por mais participação política personificados numa população que lidava com a carestia e governos surdos aos apelos das ruas...talvez porque assuntos do povo (que clamavam por uma existência melhor) não fossem de traquejo dos militares, homens da caserna, entendidos de armas, portanto, especialistas em tirar vidas, não em melhorá-las.

Se, portanto, ao final do regime civil-militar retornávamos a uma estabilidade democrática ao estilo neoliberal (em uma onda de avanço desta ideologia impulsionada

²⁸ Figura mística representada por uma serpente ou dragão que, em formato circular, se apresenta devorando a própria cauda. Trata-se de simbologia que ganha sentido no entendimento da mensagem de que a vida é um processo de constantes mudanças, de recorrentes momentos de fecundação e destruição. Ou seja, é sempre renovação.

sobretudo pela crise do socialismo real devido à implosão da União Soviética), que tipo de democracia havia antes do governo dos militares?

Iniciada por Getúlio Vargas, o governo de João Goulart seguia uma linha política categorizada pelo historiador argentino Osvaldo Coggiola como *democracia populista* e, nisto, se caracterizou basicamente como uma gestão marcada fortemente pelo discurso nacionalista, mas que em termos práticos tinha claras limitações.

Em que pesem os periódicos surtos nacionalistas, os regimes mais identificados, na história do Brasil, com o nacionalismo econômico, Vargas e Goulart, não tocaram a estrutura agrária latifundiária, e adotaram medidas de cunho limitado (criação tardia da Petrobras, o primeiro; lei de repatriação de lucros, o segundo), inclusive se comparadas com as de outros governos nacionalistas latino-americanos. (COGGIOLA, 2019, p. 25)

Em associação com governos que, por si só, não afetavam profundamente/radicalmente interesses dos donos do capital, ainda se percebeu que pelos idos da década de 1950 se iniciou um processo de investimento privado internacional direto. Isto se deu graças à criação de mercados nacionais que promoviam a industrialização e, desta forma, consolidavam um processo de transnacionalização que resultou em mercado financeiro privado internacional e endividamento externo.

Dados econômicos demonstram a situação de crise na qual se encontrava o Brasil da primeira metade dos anos 60. Ademais, corroboram o fato de que houve um movimento centrípeto em direção ao governo federal que, por sua vez, atuava (já sob a batuta dos militares) no sentido de favorecer o capital, tanto interno quanto estrangeiro.

Entre 1957 e 1962 houve um crescimento real médio de 8,8% anual da economia brasileira. Em 1963, ingressou-se num período de “estagflação”, estagnação da atividade econômica acompanhada de forte incremento da inflação: o PIB brasileiro só cresceu 0,6% em 1963.

A ditadura militar instaurada em 1964 encontrou nessa forte crise sua base de lançamento, e longe de significar um retorno ao regime oligárquico, foi expressão e instrumento das tendências centralizadoras do grande capital nacional e externo para aprofundar a submissão econômica ao capital financeiro, e para aprofundar o disciplinamento dos estados à União. (COGGIOLA, 2019, p. 28)

Atuando como agentes do capital, portanto, os militares durante sua permanência se destacaram em medidas que promoviam arrochos salariais, renovação de mão-de-obra e comprometimento de direitos trabalhistas. Emblemático na junção dos elementos citados, foi a criação, em 1966, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que - em

substituição à estabilidade que o trabalhador poderia obter após dez anos de serviços prestados - a partir deste momento poderia ser demitido a qualquer tempo.²⁹

Em um processo de quebra de um tipo de nacionalismo que se considerasse radical (ou mesmo subversivo, em meio à paranoia ditatorial daqueles tempos de Guerra Fria), o período de exceção no qual o Brasil padeceu entre as décadas de 60 e 80 se marcou pela brutalidade política e ações econômicas no sentido de forçar um incremento do capitalismo no país.

Sendo preocupação desde o início dos chamados *anos de chumbo*, a lógica concorrencial foi tema a ser pensado e implementado entre outras medidas que visaram a fortalecer a economia de mercado por aqui. Coube ao então ministro do planejamento cuidar desta questão.

Havia uma última - e crucial - característica do capitalismo que o governo Castelo Branco tentava fortalecer: a mentalidade empresarial. Toda uma geração de homens de negócios do Brasil fora protegida da concorrência estrangeira por uma proibição quase total de importações competitivas, por empréstimos a taxas de juros negativas, transporte abaixo do custo etc. Depois que os empresários absorveram o impacto da estabilização, Roberto Campos lhes fez ver a necessidade de "uma profunda mudança em sua maneira de pensar. Precisavam parar de pensar em termos de pouca quantidade e preços altos, de contar com empréstimos excessivos através de crédito subsidiado pelo governo, e precisavam também perder o medo mórbido da concorrência". Os empresários foram advertidos de que não podiam mais esperar ganhar dinheiro através de favoritismo; agora isto só seria possível por meio de práticas comerciais regulares. A mensagem governamental foi seguida por uma redução seletiva de tarifas, sob a alegação de que o aumento da concorrência tornaria os produtores brasileiros livres para se tornarem mais eficientes. (SKIDMORE, 1988, p.105)

De maneira geral, foram diversas as tentativas dos generais que se alternaram no poder em mais de 20 anos, em tentar incrementar o capitalismo no Brasil com vistas a desenvolver um sistema robusto e sustentável. Contudo, ao fim, foi gerado um quadro de recessão que se reduziu à principal missão daqueles homens de farda em pensar como fazer para pagar juros da dívida.

Ainda que entremeados por um *milagre brasileiro* que apresentou um pico no desenvolvimento econômico brasileiro³⁰, isto não eximiu o Brasil, bem como outros países da América Latina de se encontrarem em uma crise de pagamentos. Inclusive, os anos do milagre serviram justamente para colocar no enfoque aquele contexto, no mínimo, *nonsense* da

²⁹ A estabilidade decenal continuou sendo optativa aos novos empregados até 1988, quando a nova constituição acabou por manter apenas o regime do FGTS como regulador do valor correspondente ao empregado demitido.

³⁰ Ilustrativo disto foi o salto no PIB de 9,8 a.a. em 1968 para 14% a.a. em 1973 (VELOSO e colab., 2008), bem como a queda nos índices inflacionários, de 25,4% em 1968 para 15,6% em 1973 (MUNHOZ, 1997).

história e da política brasileiras: desenvolvimento econômico em paralelo com repressão política e retrocesso social.³¹

Criado pela retórica de que havia necessidade de *organizar a casa* e defender o país da subversão, os militares iniciaram um período (prometido como breve) que perpassou mais de duas décadas. Ao longo deste tempo, portanto, foi visto um processo de abertura da economia que, em vez da realidade desejada de prosperidade econômica (referenciada pela meca capitalista estadunidense), em verdade, na política perseguiu opositores e na economia implementou medidas que não evitaram um grave e crescente quadro recessivo.

Em comparativo com o panorama internacional, foi visto que o ano de 64 para o país se deu no contexto de ditaduras latino-americanas que se instalavam em um auge da Guerra Fria. E em igual consonância com a política mundial, se deu a queda da caserna na presidência, juntamente com as iniciadas rachaduras do socialismo real europeu, que cada vez mais tirava o sentido da sustentação de ditaduras militares anticomunistas quando a *pátria do socialismo* dava seus últimos suspiros.

Eis o panorama em que se encontrava o Brasil da virada para a última década do século XX: farto de censura, desejoso por voz política, não convencido com as recentes medidas pró-economia de mercado. Contudo, ao mesmo tempo, lidava-se com o fato de que a alternativa socialista (pelo menos em sua visão mais patente, o estilo soviético: burocrático e militarista) já não motivava como outrora.

Nesta fina sintonia entre variáveis que visassem atender ao beneficiamento popular e a economia de mercado, se preparava o primeiro pleito da redemocratização. E o fato de Tancredo Neves – em tanto tempo, o primeiro presidente civil (ainda que escolhido indiretamente pelo congresso nacional) – ter falecido antes de tomar posse; e José Sarney ter implementado medidas econômicas que não atenuaram a crise, só aumentaram as expectativas pelo novo chefe do executivo, agora a ser escolhido diretamente pelo povo.

³¹ Como bem destaca Elio Gaspari: *O Milagre Brasileiro e os Anos de Chumbo foram simultâneos. Ambos reais, coexistiram negando-se. Passados mais de trinta anos, continuam negando-se. Quem acha que houve um, não acredita (ou não gosta de admitir) que houve o outro.* (GASPARI, 2002)

3.1 Com Collor à democracia: tempos de luz (!?)

As tentativas de se usar o governo para corrigir as falhas de mercado quase sempre substituíram a falha de mercado pela falha de governo.

Milton Friedman³²

A tônica vencedora das ideias contrapostas no segundo turno das eleições de 1989 foi colocada pelo então eleito, Fernando Collor de Mello, quando conclamou a população para no dia do voto *cantar o nosso hino nacional e não a internacional socialista*. E, a despeito de apresentar ufanismo (elemento de um perfil histriônico) no conteúdo de seu discurso, o que se viu foram medidas que antagonizavam com reais intentos nacionalistas ou de alguma medida protetiva do mercado interno.

Com uma trajetória longe de caracterizar o político como alguém fora dos meandros do poder³³, apesar disto, não deve passar despercebido o intento da criação de uma figura *outlier*. E tal característica ganha substância, em especial quando se analisam detalhes da criação do partido que o levou ao planalto, o Partido da Renovação Nacional (PRN):

...inventado, fundado e comandado por Collor, foi uma legenda que se constituiu tão-somente a partir da figura do governador de Alagoas, candidato à Presidência da República, e de seu ciclo mais íntimo. Não contava com “bases” e nem possuía enraizamento popular para além da mobilização despertada pela *retórica de confronto* de seu próprio líder. Foi criado em 1989, às portas da eleição com o único objetivo de abrigar a candidatura de Collor. E foi Collor que deu a *substância ao partido*, que sequer se afigurava como uma máquina eleitoral. Era, na melhor das hipóteses, um cartório cuja missão era referendar e legitimar burocraticamente a candidatura. (MELO, 2007, p.34)

Pouco afeto à fidelidade ideológica e partidária, – já que *foi da ARENA-PDS ao PMDB por conveniência regional* (MELLO, 2007, p.34) – o perfil de Collor se apresentava baseado numa tríade que, além do caráter *fora do sistema*, ainda incluía *populismo* e *milenarismo*. E para o quesito populismo, é ilustrativa a análise de um jovem André Singer em um momento de testemunha ocular da recente eleição do primeiro presidente da república pós-ditadura:

³² Citação retirada da obra *Livre para escolher*. (FRIEDMAN, 2015, p. 228)

³³ Foi prefeito de Maceió (1979 – 1982), deputado federal (1982 – 1986) e governador de Alagoas (1987 – 1989).

Se Collor vai cumprir ou não as promessas de resgate da miséria feitas durante a campanha é outra conversa. O fato é que ele se elegeu com base numa retórica de confronto que está na base do fenômeno populista. Além disso, colocou-se fora do sistema partidário, como um novo Jânio Quadros. (SINGER, André. In: LAMOUNIER, 1990)

Já sobre o milenarismo, é pertinente a análise de Carlos Mello quando, inclusive, relembra a figura de Frei Damião com o qual Collor ligou sua imagem:

Além do recurso ao Frei Damião, em inúmeras ocasiões, Collor colocava-se como uma espécie de mártir da moralidade. Chama particular atenção a passagem em que, em campanha pelo interior de Alagoas, sobe a um telhado e do alto oferece seu peito à mira de pistoleiros que teriam sido supostamente contratados para matá-lo. Seus gestos são brutos e seus gritos são ensandecidos; os olhos rutilantes de uma ira santa. Um pretense *cordeiro de Deus* em sacrifício pelo pecado original da corrupção e do patrimonialismo nacionais! (MELLO, 2007, p.35)

Eis, portanto, um panorama geral do perfil daquele que se tornaria o vencedor do pleito de 1989, em que concorreram 22 políticos (a maior quantidade de candidatos à presidência na história da redemocratização até o momento). Assim, em meio a tantas siglas e candidatos consolidados na política nacional (como Brizola, Mário Covas, Ulysses Guimarães e Lula³⁴) ganhou aquele que com discursos e práticas de forte apelo emocional, procurou evidenciar tempos de renovação, fomentado até mesmo por sua própria juventude.³⁵ Contudo, o que traria o desejado novo escolhido em consonância com o que nos mostra o conteúdo de suas palavras oficiais: luzes de um novo tempo para todos ou populismo de nova plumagem para um Brasil sombreado por ditames do mercado?

3.1.1 Discursos, as palavras que revelam

Ao se apresentar no congresso nacional, em 15 de março de 1990, com intuito de discursar por sua posse como presidente da república, Collor já deixava transparecer as tônicas pelas quais regeria seu governo.

Importante destacar que o interessante na análise de conteúdo de discursos, neste caso em especial de governantes, é justamente – tanto de maneira prospectiva quanto

³⁴ É de destaque já em 1989, que Lula alçou o segundo lugar no pleito presidencial (repetindo a colocação nos dois pleitos seguintes, até a eleição em 2002). Desta forma, dado relevante alcance de votos para uma quase vitória, é de suscitar que, ao menos em parte, forças que desejavam um modelo liberal para o país, viam esta possibilidade também em Lula.

³⁵ Nascido em agosto de 1949, à época das eleições em tela, Collor contava com 40 anos de idade.

retrospectiva – fazer comparativos com os desejos na construção de uma realidade e, como de fato, tudo se deu. Estas *mãos dadas* entre a história e a política, via análise de conteúdo, promovem um sinergismo revelador quanto a detalhes que são encontrados e muito dizem a respeito do poder da ideologia (personificada na figura de uma só pessoa ou grupo detentor de altas prerrogativas) sobre a sociedade, sobre a qualidade de vida da pessoa mais comum.

Neste sentido, o discurso de posse pode parecer tão somente um tipo de carta de intenções - que apenas tempos futuros dirão como se dará a adequação entre o real e o imaginário. Contudo, é emblemático enquanto referencial para as crenças do político em questão, quer dizer, trata sobre o guia ideológico de uma gestão. Assim, de imediato percebemos que o próprio título do documento em questão, *O Projeto de Reconstrução Nacional* (MELLO, 1990, p.2), já remete a uma questão curiosa, o pressuposto da necessidade de um reconstruir, termo não menos próximo de *refundar*. E sob este escopo, cabe análise de Igor Fuser, quando em estudo sobre governos progressistas latino-americanos traz interessante conceituação:

O uso do termo “refundação” pelos protagonistas dessas experiências políticas expressa o entendimento de que a república foi incapaz de proporcionar uma verdadeira cidadania à maioria da população e que, portanto, permaneceu incompleta – daí a necessidade de ser simbolicamente recriada, como que a partir do zero. Não por acaso, nos três países que compõem o grupo dos “refundadores” a vitória eleitoral de candidatos presidenciais de esquerda foi antecedida pelo colapso dos projetos econômicos neoliberais e por períodos de crise institucional e forte instabilidade política. (FUSER, 2018, p.5)³⁶

Em seu projeto, Collor esclarece as bases de seu governo, definindo a inflação como maior inimigo, denota a necessidade de reformar o Estado e preocupações ambientais. Em odes à democracia, não deixa de citá-la como contraponto ao socialismo, ao menos, um tipo de socialismo que, em seu entendimento, seria de caráter mais idealista e estaria retrocedendo em prol de um socialismo realmente de características mais humanitárias:

Procurarei cingir-me a tópicos essenciais, para que tenham diante de si, com nitidez, os grandes temas de meu programa, consagrados pelos votos majoritários de novembro e dezembro de 1989. São eles: democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do Estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social; e, finalmente, a posição do Brasil no mundo contemporâneo.

Meu primeiro compromisso inalterável é com a democracia. Ao restaurá-la no Brasil, reatamos com o melhor da nossa tradição de direito, liberdade e justiça. Mas procurando, a partir de agora, não só mantê-la como aprimorá-la, não só honrá-la

³⁶ Verifica-se que Fuser associa a *refundação* com a necessidade que governos de esquerda tiveram em recriar uma república combatida por fracassados projetos neoliberais. Interessante denotar que Collor, por outro lado, ainda que traga a igual necessidade de recriação, o faz de maneira diametralmente oposta à conceituação de Fuser, ou seja, discursa pela necessidade de uma nova república justamente sob auspícios neoliberais.

como enriquecê-la, estaremos colocando o Brasil na vanguarda de um processo histórico de escala inédita. Pois o que estamos vivendo, neste fim do século XX, é uma era de democratização. Um a um, vão ruindo os autoritarismos; em toda parte, vão assomando as liberdades.

[...]

O socialismo como visão utópica bate em retirada, sabiamente substituído pelo socialismo como preocupação ética e humanitária. (MELLO, 1990, p.11)

Ao buscar e identificar marcadores liberais de discurso nos conteúdos de documentos utilizados, no referente ao discurso de posse é emblemático o título da seção *Modernização econômica pela privatização e pela abertura: a esperança de completar a liberdade política com a liberdade econômica* (MELLO, 1990, p.14). Nesta parte do documento é reiterado o principal alvo de atuação do novo governo (*praga inflacionária*) e que para abatê-lo se mostra necessário um ordenamento das contas públicas sob o prisma de enxugamento do Estado, ou seja, *supõe reduzir drasticamente os gastos públicos*. Para tanto, deixa claro estar plenamente aberto à ideia de dar término à concessão de benefícios, independentemente do mérito que pessoas e categorias façam a eles. Neste ponto, um contrassenso, já que vimos que a meritocracia é elemento da ideologia neoliberal que, justamente, faz valer a diferença de ganhos baseada em diferentes esforços individuais que demarquem o quanto uns fazem (ou de alguma forma representem) mais o desenvolvimento econômico e social do que outros.

Se talvez a variável *social* não fique bem explícita como principal referência para alavancamento do país, o aspecto *econômico-financeiro* é bem claro como o ponto a ser tratado para, a partir daí, poder se falar em equidade social. Neste sentido, é definido o tripé da reforma do Estado: *fiscal, patrimonial e administrativa*. A necessidade destas reformas, pelo discurso de Collor, se daria pelo caráter combalido de um Estado que, para além de não ter condições de fomentar investimentos, ainda atuaria como inibidor de quem o quisesse fazer a partir de iniciativas privadas nacionais e estrangeiras.

Dado trecho do discurso é bem ilustrativo na apresentação de diversos elementos apresentados como marcadores do discurso liberal, tal qual expostos no capítulo anterior. Em especial, liberdade, justiça e tolerância podem ser pontos facilmente identificados:

Meu pensamento, neste ponto, é muito simples. Creio que compete primordialmente à livre iniciativa - não ao Estado — criar riqueza e dinamizar a economia. Ao Estado corresponde planejar sem dirigismo o desenvolvimento e assegurar a justiça, no sentido amplo e substantivo do termo. O Estado deve ser apto, permanentemente apto, a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais. Deve prover o acesso à moradia, à alimentação, à saúde, à educação e ao transporte coletivo a quantos deles dependam para alcançar ou manter uma existência digna, num contexto de iguais oportunidades - pois outra coisa não é a justiça, entendida como dinâmica social da liberdade de todos e para todos.

Entendo assim o Estado não como produtor, mas como promotor do bem-estar coletivo. Daí a convicção de que a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado. Daí a certeza de que, no plano internacional, são as economias abertas as mais eficientes e competitivas, além de oferecerem bom nível de vida aos seus cidadãos, com melhor distribuição de renda. Não abrigamos, a propósito, nenhum preconceito colonial ante o capital estrangeiro. Ao contrário: tornaremos o Brasil, uma vez mais, hospitaleiro em relação a ele, embora, é claro, sem privilegiá-lo. Não nos anima a idéia de discriminar nem contra nem a favor dos capitais externos, mas esperamos que não falte seu concurso para a diversificação da indústria, a ampliação do emprego e a transferência de tecnologia em proveito do Brasil.

Em síntese, essa proposta de modernização econômica pela privatização e abertura é a esperança de completar a liberdade política, reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla e efetiva liberdade econômica. (MELLO, 1990, p.15)

A tônica do discurso é bem clara: haveria uma verdadeira superioridade não somente econômica, mas também moral do mercado em relação ao Estado. A liberdade, no sentido de empreender sob o aspecto privado, é bem pontuada sob a ótica de que não deve ser prerrogativa governamental³⁷. Este, tão somente, deve ser o gestor das riquezas promovidas pela livre iniciativa para que se possa garantir o acesso a serviços (transporte, saúde, educação, etc.) e, desta forma, garantir a justiça pela equidade de oportunidades. E se investimentos provém de particulares, como lidar com eventuais polêmicas a respeito de investimentos estrangeiros que possam suscitar aberturas para exigências de contrapartidas? Isto não deve ser impeditivo para aceitá-los, pois o governo de forma neutra (*nem contra nem a favor de capitais externos*) unicamente enfocaria no desenvolvimento industrial, empregatício e tecnológico do país.

Seria o corolário da liberdade política (bem demarcada no tempo, dado o fim de uma ditadura bem recente) em comunhão com a econômica (ações pró-mercado para basear investimentos sociais).

³⁷ Ademais, um ponto interessante do texto é o destaque para a caracterização do Estado, além de ineficiente, ser também corrupto. Neste ponto, é trazida frase de efeito que fecha esta seção do discurso de posse: *o Estado é uma entidade que pune todas as injustiças, exceto as que ele mesmo comete.*

3.1.2 *A este Congresso renovado*

Lembrando que este trabalho, entre os discursos selecionados como fontes, objetiva analisar conteúdos de falas dirigidas tanto ao público interno quanto externo ao país. Assim, para atender ao primeiro público citado, são ilustrativas as palavras proferidas na abertura da 49ª legislatura do congresso nacional, em 1991.

Em tom conciliatório, Collor demarcou um discurso de desejosa harmonia entre executivo e legislativo no novo congresso formado (o segundo pós-ditadura, tendo sido o primeiro em 1986) onde diz: *A este Congresso renovado pelas eleições recentes, dirijo a minha palavra, abro as portas de meu gabinete e estendo a minha mão.* (MELLO, 1991. p.26)

Em ligação direta com o documento analisado anteriormente, Collor rememora seu discurso de posse, de forma a corroborar o intento em promover o desenvolvimento social e econômico do país. Nisto, destaca o tempo passado (um ano) e a ênfase de muito feito em pouco tempo, resultado de uma consciência de patriotismo e aderência à causa pública guiados por uma firmeza do governo de então. Nesta linha retórica, de odes à harmonia com o legislativo e também o judiciário (o que chama de *entendimento nacional*, se referindo a demais poderes, bem como opositores políticos), segue o documento. Assim vai até o instante em que, relembando o maior inimigo do governo (a inflação) destaca feitos já realizados e por fazer, trazendo assim elementos da busca de marcadores ideológicos do liberalismo em discurso. Nisto, voltam os intentos que apontam para enxugamento da máquina pública, com redução de gastos públicos e maior liberalização (desindexação) da economia.

Dado que por maior exposição e prerrogativas o chefe do executivo possua, muito pode ser impedido de ser realizado sem o apoio do congresso. Nesta consideração, pode-se perceber mesmo um tom de apelo por apoio a medidas do presidente, sobretudo pelo fato de que o conjunto de ações representa um conjunto de arcos nas condições econômica e social da população, medidas impopulares. Em outras palavras, maiores sacrifícios de uma população combatida por um quadro recessivo que há tempos lidava com este quadro.

Convido, assim, à reflexão os que tendem a contemporizar com os aumentos excessivos de preços, com os pleitos salariais acima do que seria economicamente viável e os lenientes com os desperdícios e ineficiências no Estado e suas empresas. Os indulgentes com a inflação estão coniventes com a injustiça social. A repartição mais justa da riqueza tem como pré-requisito a derrota da inflação. Esta não é uma bandeira só do Governo, mas uma aspiração de toda a sociedade brasileira, representada no Congresso em sua plenitude e legitimidade. Cabe, pois, a esta Casa

o papel relevante de promover, pela chancela do Direito, e de induzir, pela formação de atitudes e expectativas, o processo de combate à inflação.

Estou consciente de que o necessário ajustamento da economia pode acarretar sacrifícios para a sociedade. A minoração desses sacrifícios, ou sua distribuição desigual, de maneira a poupar os menos afortunados, só poderá ser conseguida se os diferentes segmentos da sociedade e o Governo pactuarem entre si. O Congresso Nacional tem que ter participação decisiva na conquista desse entendimento: sobram-lhe competência e legitimidade e creio não lhe faltar empenho.

É no contexto da perspectiva da participação do Congresso que pretendo conduzir o País ao caminho da modernidade. (MELLO, 1991, p.30-31)

Os remédios estavam sendo amargos, mas a mensagem era clara de que tudo se justificaria em prol de um futuro melhor e mais justo, afinal, *o povo brasileiro aceitará o sacrifício passageiro, se sentir que dele advirá um tempo de prosperidade, justiça e paz social* (MELLO, 1991, p. 35). E corroborando a razão nas palavras, procurou-se pontuar implicitamente a implosão recente do socialismo real na Europa, assim, criando um recurso retórico de promoção da abertura internacional da economia em detrimento de qualquer intervenção estatal.

Não há alternativa à crescente integração econômica mundial. A opção autárquica levará o País ao isolamento político e à falência econômica. As economias de mercado não somente produzem mais riqueza que as centralmente planejadas como ensejam mais liberdade e democracia. Isto nos demonstra a evidência histórica recente. (MELLO, 1991, p.31)

O documento em tela, num reforço da internacionalização econômica do país, destaca trecho do discurso de Collor para enfoque de feitos realizados até aquele momento que se refletiram em destaque do Brasil no cenário externo. Neste ponto destaca-se o marcador ideológico neoliberal da liberdade, em que se explanou sobre a consideração do mercado acima do próprio governo. Desta feita, portanto, a abertura econômica é mais que uma boa prática complementar às ações estatais, pois que seria fundamental de acordo com a postura neoliberal de Collor para verdadeiramente efetivar *a construção desse Brasil novo* (MELLO, 1991, p.35).

No domínio da política externa, o Brasil tem sido protagonista de decisões importantes e tem participado ativamente no encaminhamento dos grandes problemas mundiais. Sob meu governo, a luta pelo desenvolvimento ganhou nova feição e novo direcionamento, erigindo como componentes básicos do esforço de modernização a maior abertura à competição externa e a inserção crescente do Brasil na economia internacional. Esse conjunto integrado de decisões de política econômica amplia de forma substancial as oportunidades de cooperação para parceiros internacionais do País nas áreas comercial, financeira e tecnológica. (MELLO, 1991, p.33-34)

Ademais, o marcador da individualidade não deixa de denotar presença, na medida em que a despeito das ações governamentais pelo *povo* e pela *sociedade*, estes não são entendidos tão somente como massa uníssona atuando pelo bem nacional. Ao contrário, o novo país se faria como *trabalho individual de cada brasileiro*, ou ainda, esforço que se constitui *tarefa de todos e de cada um* (MELLO, 1991, p.35).

3.1.3 *Trago-lhes o entendimento do povo*

Para estudo de discursos direcionadas à comunidade internacional, foram selecionados pronunciamentos de abertura das sessões ordinárias da ONU. Entende-se que eventos como os descritos são espaços de fala em que há de se ter o cuidado na produção do discurso para um público que atende ao conceito mais amplo que se possa ter de diversidade (nacional, étnica, ideológica, econômica). Nisto, espera-se que o representante, no caso o próprio chefe de Estado brasileiro, se preocupe em produzir uma apresentação que denote a sintonia entre demonstrar (a despeito de incongruências com a realidade) um quadro nacional brasileiro positivo e o desejo por incrementar relações internacionais em um evento/oportunidade de grande magnitude da qual é signatário. Assim, portanto, espera-se a síntese com a qual Collor deu a tônica entre os primeiros parágrafos de seu discurso na ONU, em 1990: *Trago-lhes o entendimento do povo e do novo Governo brasileiros quanto às perspectivas mundiais de paz, liberdade e progresso* (CORRÊA, 2012, p.634).

Como bem pontua a obra organizada por Luis Felipe de Seixas Corrêa³⁸, a ocupação brasileira da tribuna da ONU pelo primeiro a discursar nas Assembleias Gerais data da quarta edição do evento, em 1949 (CORRÊA, 2012, p.12). Tal primazia se dá por três motivos: o Brasil foi o primeiro país a aderir à ONU e um de seus fundadores; pela atuação do embaixador Osvaldo Aranha, em 1947, pela criação do Estado de Israel; e como medida de *terceira via*, em tempos de Guerra Fria, para que a primazia não fosse dada aos Estados Unidos ou União Soviética.

³⁸ Sua obra trata da compilação dos discursos de chefes de Estado e representantes do governo brasileiro nas assembleias gerais da ONU. Ademais, por ser produzida pela Fundação Alexandre de Gusmão (vinculada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil), o livro é tratado como referência de fontes primárias para esta dissertação.

Para o momento em que Collor discursa pela primeira vez na tribuna das nações unidas, em 1990, relembre-se que era o primeiro ano de sua gestão. E ainda lidando com um quadro recessivo que assolava o país, lá como aqui, falou das medidas para combater a inflação e a corrupção no Brasil. Assim, até mesmo pelo fato de ter sido eleito como presidente, demonstrava-se que a *sociedade revelava-se predisposta, não obstante os aspectos discutíveis do plano de combate à inflação, a dar à nova administração o benefício da expectativa positiva* (CORRÊA, 2012, p.631).

Em mais uma vez, destacava seu entendimento sobre democracia e como esta estaria em desenvolvimento aliado a uma pauta também muito presente em seus discursos, a questão ambiental³⁹.

Nos últimos doze meses, certos acontecimentos transformaram o panorama das relações internacionais, em especial no eixo Leste-Oeste. Povos até então submetidos a regimes autoritários assumiram com firmeza, em definitivo, a trilha da democracia. O fim da Guerra Fria significou a liquidação de uma herança amarga de desilusões, confrontos e riscos para a própria sobrevivência da humanidade. O abrandamento das tensões internacionais tornou clara a compreensão de nosso destino comum, sublinhando o caráter global das relações dos homens entre si e com o meio ambiente. (CORRÊA, 2012, p.634)

O compromisso que o chefe do executivo brasileiro firma com alguma medida de fortalecimento do Estado, é apenas na proporção em que esta favoreça a livre iniciativa. Portanto, o dirigismo estatal deve ser mínimo no sentido de, essencialmente, um Estado de legalidade fornecer a necessária legitimidade que garanta a liberdade da iniciativa privada.

Meu compromisso é o de recuperar o Estado e a sociedade, garantir o funcionamento em sua plenitude das instituições democráticas, reestruturar e revitalizar a economia, derrotar a inflação, liberar as forças criadoras da iniciativa privada, combater a miséria que ainda atormenta parcelas do meu povo. (CORRÊA, 2012, p.635)

Se no discurso de 1990 a tônica liberal ainda não havia se expressado com jactância, tal timidez é enormemente mitigada pelo constatado na segunda presença na tribuna da ONU no ano seguinte.

Passadas as congratulações de praxe (com felicitações a novos membros na organização e elogios à atuação do secretário-geral), inicia o pronunciamento no conteúdo de sempre, com homenagens à paz, liberdade e democracia em um escopo liberal mais claro e

³⁹ Inclusive a fala a seguir foi a abertura para o que colocaria em bloco de assunto seguinte, meio ambiente. Tal pauta, Collor destacou como *segundo grande tema*, após toda uma tergiversação acerca de odes à paz, liberdade e democracia.

aberto. Mais que isto, em verdade, as convicções de Collor se pautam por verdadeira exposição de elementos essenciais do liberalismo:

Temos o privilégio de viver numa época de afirmação universal das liberdades e dos direitos do indivíduo, do pluralismo, do respeito à vontade da maioria, da proteção das minorias, da livre-iniciativa econômica.

São conquistas de uma época cansada de conflitos e arbitrariedades; são conquistas que exaltam um fato essencial – as aspirações coletivas sempre prevalecem, cedo ou tarde, sobre os desejos dos grupos que se aferram a privilégios.

Queremos inaugurar um novo ciclo na história, em que já não haja mais lugar para coação totalitária de povos e países, em que a democracia, a liberdade, o desenvolvimento e a paz sejam efetivamente valores universais. (CORRÊA, 2012, p.652)

Importante lembrar os pressupostos teóricos demarcados no capítulo anterior trazem o tom demarcado pelo trecho de fala supracitado, os valores liberais há décadas já são compreendidos em sua necessidade para além de fronteiras nacionais. Portanto, desde Walter Lippmann e Mont Pelerin, passando pelo Consenso de Washington, até o alavancamento proporcionado pela implosão da União Soviética, vimos um processo de elaboração e consolidação de uma *Internacional Liberal*. Em outras palavras, tratam-se de medidas de cunho universal com intuito de tornar hegemônico o neoliberalismo, não mais e apenas pontualmente em diferentes países, mas sim tendo uma preocupação inicial em como integrá-lo a uma comunidade internacional sob auspícios de favorecimento econômico com o social vindo a reboque num segundo plano.

A integração internacional do Brasil, portanto, teria de demarcar reformas de Estado que melhor caracterizassem sua aderência ao liberalismo e, conseqüentemente, às contradições daquele sistema.

São ilustrativas as palavras do pesquisador britânico Oliver Richmond, quando fala que uma *Internacional Liberal* se expressa pela implementação de um novo contrato social que, sob a falácia de representar o povo e de se ser promotor da paz, fere indivíduos.

Essa paz liberal objetiva criar um contrato social lockeano no qual a governança é trocada por segurança e liberdades físicas, materiais, sociais e culturais. Até o momento, o produto da construção da paz liberal tem sido a criação de instituições governantes que fracassam em vincular os cidadãos coletivamente, haja vista que elas têm almejado assegurar o Estado e uma paz regional. Ilustram-se, assim, as inconsistências no tipo de contrato social vislumbrado pela comunidade internacional, pelas elites locais e pelos cidadãos locais. Emergem, ainda, questões acerca de que tipo de contrato social vincula a comunidade internacional liberal que participa da construção da paz.¹⁸ O contrato social que emerge da construção da paz liberal se foca no desenvolvimento de uma franquia neoliberal; os marcos institucionais não são adotados por participantes locais, amiúde levando a uma paz elitista e etnopolítica que não respeita direitos e necessidades individuais. Isso o

força a se tornar uma forma institucional de governança liberal disciplinar, outra forma de retrocesso contemporâneo. (RICHMOND, 2010, p.313-314)

No escopo do exposto acima e em consonância com a notória característica de governo neoliberal de Collor, importante lembrar que aquele presidente, a despeito de recorrente nos discursos temas como paz e liberdade, não deixou de ter seus episódios de constrangimento das liberdades. Assim, um episódio que exemplifica o suscitado foi uma ação da polícia federal contra a sede do jornal *A Folha de São Paulo*.

Em 24 de março de 1990, pouco depois da posse de Collor, a polícia federal invade a sede da Folha de São Paulo sob a denúncia de que estaria ocorrendo o crime de evasão fiscal. O resultado e impressão desta investida policial?

Uma ação desastrosa, pois o jornal não havia cometido nenhuma irregularidade.

A diligência foi realizada apenas na Folha de S. Paulo, causando a nítida impressão de retaliação política e pressão sobre o periódico, que desde a eleição assumira uma postura mais crítica ao presidente. Embora apoiasse as medidas de abertura econômica do governo, a empresa fazia parte de uma parcela das classes dominantes brasileiras desconfiadas de Collor e seu extrato político. (CARVALHO, 2012, p.89)

Episódios como o descrito se mostram interessantes nas contradições que apresentam entre discurso e ação. Contudo, isso não impediu Collor de ser mais explícito em seus intentos para o Brasil de sua gestão presidencial.

Da mesma forma em que se mostrou evidente o apoio à *afirmação universal das liberdades e dos direitos dos indivíduos*, seguimos no objetivo do trabalho de identificar onde está o neoliberalismo nos conteúdos de discurso. E de volta ao documento em análise (pronunciamento na ONU em 1991), encontramos mostras de marcadores liberais em passagens como:

O ideário liberal venceu, e devemos lutar para que se imponha de forma coerente, ampla e, sobretudo, inovadora.

Essa é uma observação que faço da perspectiva de um país que optou por uma plataforma liberal com um claro sentido social – o social-liberalismo –, de uma sociedade que há dezoito meses se esforça para realizar esse ideário.

O liberalismo valoriza as liberdades do indivíduo, que serão sempre melhor exercidas uma vez que asseguradas as condições materiais de que tanto carece uma enorme maioria de nossos cidadãos – hoje, é chegado o momento de o liberalismo adquirir, no plano internacional, a consciência social que já incorporou em nível nacional.

O liberalismo valoriza as liberdades do mercado, mas não prescinde de mecanismos que coibam a distorção e o descumprimento de suas regras mais elementares, como as atuais políticas discriminatórias e protecionistas.

Isto significa que a comunidade internacional terá de dedicar atenção política prioritária aos problemas do desenvolvimento.

Significa completar a ação dos instrumentos de mercado com providências destinadas à correção de desequilíbrios graves, cuja perpetuação colocará em risco a boa convivência.

[...]

O indivíduo é o centro das preocupações da consciência democrática.

É o indivíduo, participante e responsável politicamente, que define o destino das coletividades.

É para o indivíduo que se voltam os governos democráticos, que só se realizam se oferecerem, a cada cidadão, meios efetivos de bem-estar e de justiça.

A consciência democrática não pode deixar de ser rigorosamente universal, pois se baseia no princípio supremo da igualdade de direitos e oportunidades entre as pessoas. (CORRÉA, 2012, p.652-653)

A passagem acima não poderia ter sido mais emblemática. Num tom triunfalista a favor da ideologia liberal, estão expressos claros marcadores liberais buscados em discursos: a liberdade, a individualidade e a justiça de forma mais explícita.

No conjunto com outras falas de Collor, também podemos afirmar em análise de um conjunto macro que a tolerância e a razão também marcam forte presença, na medida em que não faltaram tons conciliatórios. Em nome de um entendimento nacional foi feita apologia a respeito às oposições e pensamentos divergentes (ainda que episódio relatado de ataque a periódico demonstre os limites na realidade). Tudo, enfim, sob a necessidade de demarcar uma lógica, uma razão, que trata de um processo de crenças e práticas que, era a suposição, levariam invariavelmente ao desenvolvimento do país sob diversos aspectos (de forma sobrelevada, o político e o econômico).

Inclusive, preocupado que o liberalismo tão apregoado não deixasse transparecer algum entendimento de divergência com valores sociais pelos mais pobres, Collor pontua que seu entendimento de liberalismo tem *claro sentido social*. Não por acaso, ele cogitou a hipótese de formação de um novo partido, já que o PRN *era insuficiente para construir um ideário não apenas voltado à disputa eleitoral, mas à constituição de novo campo político* (CARVALHO, 2012, p.87). Passado o período de pleito, o partido idealizado para ser mais robusto e articulador com vistas a sustentar e promover bases ao novo presidente se chamaria Partido Social Liberal (PSL), mas a ideia acabou por naufragar com a morte de José Guilherme Merquior, grande amigo do presidente.⁴⁰

⁴⁰ José Guilherme Merquior, diplomata, tinha grande afinidade com Fernando Collor e colaborou com este para a elaboração do que viria a ser o PSL e seu *projeto de crescimento nacional impulsionado pela iniciativa privada, tendo o Estado como instrumento de equilíbrio baseado nas leis e não mais como interventor ou regulador dos processos produtivos e financeiros do país* (CARVALHO, 2012, p.87)

Destaque-se que o PSL conhecido dos tempos em que estas linhas são escritas (sobretudo pelo fato de ter sido a legenda pela qual se elegeu o atual presidente da república, Jair Bolsonaro), data sua fundação e registro, respectivamente, de 1994 e 1998. Portanto, cronologicamente, não se confunde com o PSL suscitado por Merquior. Contudo, ainda que distantes no tempo e sob uma sigla de mesmas iniciais, se percebe que entre

3.1.4 Análise de nuvem

Em uma ferramenta como a nuvem de palavras, é possível obter dados que ofereçam mais robustez ao trabalho. Isto se dá na medida em que a citada ferramenta demonstra dados de maneira mais visível e quantitativa (com frequência de palavras mais presentes nos documentos analisados).

Frente ao supracitado, foi consultado o portal *WordClouds* com intuito de, justamente, elaborar o material que aqui se apresenta para análise desta e das demais nuvens de palavras, cada qual produzida a partir da renderização de documentos selecionados.

Com os documentos postos à verificação, foi trazida como resposta a formação de nuvens de palavras que, por exemplo, destacam em diferentes cores e tamanhos a maior ou menor ocorrência de determinados termos. No que foi utilizado para processamento de discursos de Collor, foram sondados dois discursos internos (de posse e, ligado ao mesmo contexto, de pronunciamento ao Congresso Nacional, ambos em 1991) e dois discursos proferidos na ONU (em 1990 e 1991)⁴¹.

Em complementação à proposta principal de analisar discursos como um todo que expressem mensagens oficiais para o público interno ao país e à comunidade internacional, a nuvem de palavras é termo acessório, mas de grande avalia. Ainda que apresente termos estanques de maneira visual, a consideração pelo fato de que as palavras demarcam uma frequência no conjunto, denota a maior ou menor intencionalidade de termos que, não à toa, colaboram para dar um determinado tom aos discursos e colaboram para o estudo de ideologias em palavras.

Collor e Bolsonaro há uma identidade de projetos político-econômicos que os coloca sob uma orientação ideológica semelhante. Em outras palavras, ecoa de quase 30 anos do nosso passado a reflexão de que *a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa*.

⁴¹ Collor não participou de evento do Fórum Econômico Mundial durante seu mandato.

cooperação e liberdade garantir o desenvolvimento tendo como linha mestra a economia de mercado.

No relativo a principais aspectos observados nas falas de Collor, portanto, percebe-se claramente onde se encontram elementos neoliberais de discurso quando, novamente nos remetendo ao escopo de *internacional* destacado na nuvem de palavras, aquele presidente faz relação com outro termo muito prezado pela ideologia neoliberal: indivíduo. Desta forma, destacam-se passagens, como as proferidas na ONU em 1991, que exortavam à comunidade internacional que se preocupasse com medidas que promovessem desenvolvimento baseado no seguinte entendimento: *É para o indivíduo que se voltam os governos democráticos, que só se realizam se oferecerem, a cada cidadão, meios efetivos de bem-estar e de justiça* (CORRÊA, 2012, p.652-653). Nada mais claro sobre onde se encontra neoliberalismo no discurso, afinal, era o desenvolvimento individual a ser buscado, em última instância, como marcador de que a prosperidade haveria sido alcançada e justiça haveria sido feita.

Ademais, ainda no icônico discurso na ONU, outra passagem realça ainda mais evidente o neoliberalismo em fala: *O ideário liberal venceu, e devemos lutar para que se imponha de forma coerente, ampla e, sobretudo, inovadora* (CORRÊA, 2012, p.652-653). Era, portanto, marca indelével de profunda convicção de um entendimento da história ao modo de Fukuyama. Quer dizer, em recente queda do socialismo real soviético, para Collor não seria inapropriado um rótulo de *thatcherista*, na medida em que para ele, no referente ao ideário liberal *não havia alternativa*. Aliás, importante destaque para a coesão de firme convicção em pressupostos neoliberais tanto perante a público externo, quanto perante ao público interno, destacado por suas palavras no congresso nacional (também em 1991): *As economias de mercado não somente produzem mais riqueza que as centralmente planejadas como ensejam mais liberdade e democracia* (MELLO, 1991, p.31).

Alguns aspectos centrais que demarcam elementos neoliberais de discurso em Fernando Collor foram acima expostos pontuando representativamente onde se encontram marcadores ideológicos em pesquisa nas falas. Os discursos propriamente, na relação com o que a ferramenta de nuvem de palavras apresenta, corroboram com clareza alguns termos principais e seus entendimentos que esclarecem o escopo de consideração por algumas palavras. Assim, o indivíduo favorecido e não o coletivo é realçado como alvo das ações governamentais; *liberdade* e *democracia* se referem, em essência, à atuação da iniciativa privada minimamente regulada pelo Estado (visto como ineficiente por princípio).

Desta forma, percebe-se que o afã liberal de Collor, se marcou como curta presidência refreada pelos efeitos de seus próprios atos questionáveis, ensejadores de impedimento. Isto, contudo, estava longe de representar uma ruptura ou mesmo afastamento do ideário neoliberal marcado em falas presidenciais de outros.

Em inícios de redemocratização, este *Fernando* teve queda tão vertiginosa quanto cheio de expectativas foi sua eleição para a presidência. E a despeito do choque nacional causado por aquele que foi impedido por causa de escandalosos esquemas de corrupção - além da questão pragmática de não ter superado o quadro recessivo de governos anteriores - percebeu-se um fato simples e curioso: o homem caiu, mas a palavra se manteve de pé. Ou seja, qualquer frustração com Collor não foi, em termos coletivos, tão profunda a ponto de questionar estruturalmente o modelo neoliberal como escape da crise brasileira.

No também breve período de Itamar Franco e, sobretudo, na era FHC, a história e os discursos apresentavam os vestígios do ainda forte e presente receituário do Consenso de Washington.

3.1.5 Um balanço da presidência Collor

Quase três décadas após a última eleição em que a população pôde ir às urnas para escolher seu presidente da república (antes de 1989, tal evento ocorreu em 1960), a eleição de Collor veio a consolidar questões fundamentais. Para aquele contexto, o país se encontrava num momento de transição, pois se passava da ditadura dos generais para o governo civil escolhido pelo povo. Ademais, o pleito de 1989 marcaria a consolidação do processo democrático, que ganhou enorme robustez com a campanha das *Diretas Já* e, a despeito de não ter emplacado seu intento, trazia a esperança de novos ares com Tancredo Neves. A esperança se manteve com Sarney e, a despeito do desempenho econômico insatisfatório deste (inflação descontrolada, quadro de recessão), ainda se mantinham expectativas por um futuro melhor, dado que o mais esperado estava na iminência de acontecer: as eleições.

O autor Rodrigo de Carvalho pontua o início de 1991 como o *começo do fim da era Collor* devido, em especial, ao *Plano Collor 2* anunciado pela então ministra da economia, Zélia Cardoso de Mello, que de maneira geral se apresentava da seguinte forma:

O governo adotou o tabelamento de preços, com o congelamento das tarifas públicas. O Plano Collor 2 deu ao Ministério da Economia liberdade e poder para

tomar novas medidas de reajuste de preços, racionalização de gastos públicos, redução de despesas, e controle das estatais, como uma espécie de tutor da estrutura federal (CARVALHO, 2012, p.97)

A sequência destes acontecimentos denotou um processo gradativo de acúmulos de casos de corrupção e derretimento no apoio parlamentar. O ápice desta trajetória de meteórico decaimento político se deu por denúncias do próprio irmão (Pedro Collor) que expôs esquema de corrupção fomentado pelo presidente em associação com seu tesoureiro de campanha eleitoral (Paulo César Farias).

Entre setembro e dezembro de 1992 se deram os últimos atos de encerramento daquele governo. E cabe a exposição de Brasílio Sallum Junior que sintetiza aquele encadeamento de ocorridos em apenas 3 meses:

No fim de setembro, a Câmara dos Deputados autorizou, por ampla maioria, a abertura do processo de impeachment em meio a uma onda de manifestações populares que demandavam isso do Congresso. Três meses depois, em dezembro de 1992, o Senado Federal aprovou o impeachment do presidente e o baniou da vida pública por oito anos. A destituição foi comemorada como sinal de vigor da democracia brasileira (SALLUM JUNIOR, 2015, p.7)

Terminava assim o primeiro mandato presidencial da redemocratização brasileira. Incompleto e tenso, em verdade, não se destacava por ser advindo de um período de calma institucional. Muito pelo contrário, veio a reboque de recentes anos de grandes atribulações políticas denotadas pelo fim de um período ditatorial, a morte de um presidente e uma persistente e profunda recessão econômica.

Ao fim de tudo, uma novidade: em meio à crise que tomou conta da presidência de Collor, a saída deste não se deu por ruptura institucional. Em vez disso, na verdade, sua saída foi em meio a todo um rito processual orientado pela recente carta magna. Naquele momento o impeachment se sobrepôs a um golpe militar, como tantos entre os vistos no Brasil e em outros países latino-americanos, mas não teria dado fim ao vigor do discurso liberal como projeto de alavancagem para o país.

3.2 O inconsútil projeto neoliberal de FHC

Se quisermos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude. Fui claro?

Giuseppe Tomasi di Lampedusa⁴³

Com o findar do governo Collor, assume seu vice, Itamar Franco. E como o objeto deste trabalho é o foco em governantes eleitos, não foi dado enfoque a este político. Contudo, vale destacar que a despeito de não se falar em um mero período de travessia, o governo Itamar prosseguiu em medidas liberalizantes, mas com a peculiaridade principal de buscar apoio em opositores do governo para formar seu *staff*.

Como bem salienta e relembra Osvaldo Coggiola ao discorrer sobre medidas que prosseguiram com a linha de atuação de Collor⁴⁴, Itamar reprimiu oposição e deu continuidade a privatizações:

...continuou a repressão contra a classe operária e o MST, assim como o programa de privatizações, mas fez isso cooptando lideranças petistas, como a ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, que geriu a área “social” do governo Itamar, enquanto, na Fazenda, FHC lançava o plano econômico de estabilização monetária (Plano Real) que unificou o empresariado local e o capital financeiro internacional (COGGIOLA, 2019, p.50)

Em um breve período de governo como de seu antecessor, Itamar fechava a terceira gestão do recente período de redemocratização que fracassava em conseguir gerar melhores índices de desenvolvimento do país. Desde Sarney, portanto, a desigualdade no país se mantinha profunda, a despeito de diferentes conjuntos de medidas que incluíam mesmo a troca de moedas.

Mas como já colocado, apesar de ações liberalizantes que não atingiram o objetivo almejado e dos expostos esquemas de corrupção do primeiro presidente eleito, a opção neoliberal ainda angariava votos de confiança. Se tempo foi uma variável de grande falta a Collor e Itamar para implementarem medidas de desenvolvimento em plataforma pró-economia de mercado, Fernando Henrique Cardoso seria uma nova oportunidade para o

⁴³ Citação retirada da obra *O Leopardo*. (LAMPEDUSA, 2017, p.23)

⁴⁴ Ênfase para duas medidas em especial: o fomento para a educação privada (como a Lei 8.958 que permitiu a criação de fundações privadas nas universidades públicas) e também a criação do Imposto sobre Movimentação Financeira (IMF), em 1993, que se tornaria a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e durou até 2007.

discurso propagado com o vigor baseado no enfraquecimento da alternativa socialista. Emblemático desta aura foram as palavras de Roberto Campos quando, em olhar retrospectivo sobre os anos 90, afirmou que o *liberalismo econômico, assim como o capitalismo, não fracassou na América Latina. Apenas não deram o ar de sua graça* (CAMPOS, 1999, p.266).

De opositor ao governo (crítico da ditadura militar e, por isso, exilado político) a ocupante do cargo máximo da política brasileira, a trajetória de FHC se mescla num processo que envolve crescimento no mundo acadêmico e atuação política. Assim, enquanto obtinha titulações acadêmicas que o levaram a lecionar como professor da universidade do estado de São Paulo (USP), também atuava diretamente no cenário político, acabando por lhe render uma carreira que incluía senador por São Paulo, ministro de Estado e, a partir de 1995, presidente da república.

De forma objetiva, assim se pode resumir o caminho de FHC até o planalto:

No seu percurso de homem público, FHC desempenhou todos estes papéis. Foi crítico do poder, foi legitimador do poder, foi conselheiro do poder e exerceu o poder. Se os três primeiros papéis são razoavelmente usuais na vida dos intelectuais com interesse pela política, o último é pouco frequente. É pouco frequente porque normalmente há, por parte deles, uma razoável dose de imperícia no trato da realidade política. (LAFER, 2009, p.42)

E a despeito da citação acima trazer a análise de constatação sobre a pouca habitualidade de um intelectual atuando como agente do poder, Fernando Henrique, portanto, ultrapassou esta barreira. Assim, se por uma perspectiva foi lógica sua oposição quando em relação a um governo ditatorial; por outra há a controvérsia em se ter criticado o regime dos generais (que intentaram efetivar medidas de maior abertura à economia de mercado) e, ao fim, ter sido ele próprio, FHC, um dos maiores implementadores de ações liberalizantes na política brasileira.

Se, em termos de políticas neoliberais pós-ditadura, podemos lançar a Collor o epíteto de *aquele que iniciou*, à FHC se mostra pertinente *o que prosseguiu e aprofundou*. E a relação entre ambos vai além de uma simples questão de sequência cronológica da presidência. Para ilustrar, uma dada passagem na história demonstra afinidades de opiniões, como o paradigmático momento de vigência do chamado *Plano Collor* que, entre outras medidas, estabelecia o famigerado confisco das poupanças populares. Assim, dias após a aprovação daquele pacote de medidas, FHC proferiu no congresso nacional, em 24 de março de 1990: *Sabe V. Ex^a que sou defensor do Plano. Sabe V. Ex^a que não sou só eu, mas o meu*

Partido, achamos que eram necessárias medidas enérgicas e as medidas vão ser apoiadas por nós (SENADO FEDERAL, 1990, p.942).

Ainda na época de *legitimador do poder* quando expressou as palavras acima, as características que o colocavam como um *ponto fora da curva* (sob a perspectiva de Celso Lafer) não o impediram, portanto, de alcançar a presidência em 1994. Com uma autoanálise que coadunava com a visão de críticos que viam em FHC alguém sem o carisma necessário para um cargo de tamanha exposição, como era o da presidência, assim ele se tornou o que, inclusive, viria a se tornar título de uma de suas obras, *o improvável presidente do Brasil*.

À parte isso, seria uma ideia absurda. Como poderia um ex-professor de sociologia, paulista, “elitista”, “sem carisma” e “arrogante” derrotar um homem como Lula? Eu estava absolutamente convencido de que o projeto de Lula não servia para o Brasil, mas a certa altura ele fora um aliado, e não me agradava particularmente a ideia de entrar em campanha contra ele. Eu nunca antes fizera uma campanha de âmbito nacional, o que significaria para mim um enorme esforço. Minha família tampouco aprovava a ideia. Na improvável hipótese de que eu viesse a ganhar, a presidência do Brasil seria uma coroa particularmente espinhosa. (CARDOSO, 2015, p.216)

Sem entrar no mérito de uma sinceridade que não se teria como medir⁴⁵ acerca do homem avesso ao poder, mas que o assume em prol do bem comum, de fato, o perfil de Fernando Henrique não o tornava carismático. Isto, contudo, não lhe tirou a vitória do pleito de 1994 e de seu projeto para o país.

Se as vigorosas palavras do primeiro Fernando, ao fim de um breve período, tornaram a liberalização uma aeronave que poucos metros tiveram do chão, com FHC viria a dar a aparência de inconsútil, quer dizer, irrefreável gestão de medidas neoliberalizantes. E um destaque para isso foi o fato de ter sido gestão que se estendeu por dois mandatos, em disparatada diferença de seu antecessor. Neste processo - até mesmo pelo fato de ter sido tão duradouro e, portanto, mais exposto Fernando Henrique como presidente - não faltaram acusações de corrupção (atitudes sempre presentes na política brasileira), momentos de destaque (como a estabilização monetária) e outros de grande desgaste (como o risco de racionamento de energia elétrica).

⁴⁵ Contudo, não se impede de visualizar a questão sob outro aspecto. Afinal, se o tom de alguém avesso ao poder é suscitado por FHC, é importante destacar que a implantação do plano Real, em 1994, com a presidência de Itamar Franco, proporcionara grande destaque e poder ao seu ministro da Fazenda, de maneira que *O presidente autorizou que os trabalhos se dessem de maneira irrestrita para o êxito do plano, o que tornou FHC o homem mais poderoso de seu governo e o candidato natural à sua sucessão* (COGGIOLA, 2019, p.59).

Os discursos de FHC a públicos interno e externo desmistificarão como se dá este estudo de ideologia em um governo tão emblemático do neoliberalismo na história política de um Brasil recente.

3.2.1 *Eu os convoco para mudar o Brasil*

Com a frase que dá título a esta seção, Fernando Henrique Cardoso encerrava seu discurso na posse de 01 de janeiro de 1994 perante o congresso nacional. Uma frase de efeito interessante quando coadunada com a citação de Lampedusa.

Nesta primeira rodada de análise de conteúdo dos discursos de FHC, serão verificados marcadores liberais de discurso em um dos dois tipos selecionados, primeiramente os dois discursos de posse (de 1994 a 1999). Na sessão seguinte serão analisados discursos para a comunidade internacional, respectivamente no Fórum Econômico Mundial (1998) e ONU (2001).

E neste primeiro discurso de posse chama a atenção, por exemplo, que a despeito de FHC ter entrado para a história como um continuador de medidas liberalizantes de Collor (e continuadas por Itamar Franco), não faltou uma singela crítica ao antecessor eleito ao render odes à liberdade e à democracia:

...virmos a página do autoritarismo, que, com nomes e formas diferentes, desvirtuou nossa República desde a sua fundação.

Para os jovens de hoje, que pintaram a cara e ocuparam as ruas exigindo decência dos seus representantes, assim como para as pessoas da minha geração, que aprenderam o valor da liberdade, ao perdê-la, a democracia é uma conquista definitiva. (CARDOSO, 1995, p.25)

Como um grande sinergismo para a ciência política, o campo da história é muito revelador com seu olhar retrospectivo. Assim, apresenta como - a despeito de algum intento em querer apresentar um algo de diferente - dado governo acabou por prosseguir e aprofundar princípios ideológicos de uma gestão política anterior. Isto, contudo, não impediu a FHC de lançar críticas contra opositores que o classificavam de neoliberal e do alto índice de desemprego gerado pelas medidas pró-mercado.⁴⁶

⁴⁶ Aos adversários de sua gestão, lançou a pecha de *neobobos*; aos que se viam atingidos pela perda de trabalho, *inempregáveis* (aqueles que, inevitavelmente, estariam desempregados frente a uma produção cada vez mais tecnológica e demandante de novas qualificações). Entretanto, no mesmo evento onde proferiu estes

Sob a promessa de um governo desenvolvimentista que superasse uma herança de Estado varguista (Estado-cêntrico), FHC objetivava uma reforma do Estado de maneira que este não fosse o concentrador de ações para melhoras de desempenho em diferentes setores. Ao contrário, desde o início ficava claro o intuito de fomento para abertura do mercado nacional e integração global da economia de maneira a proporcionar melhores índices sociais sob uma plataforma neoliberal. Assim:

...desenvolve em linhas gerais aquelas que seriam as bases do novo modelo de desenvolvimento, fundadas em pelo menos quatro grandes pilares: estabilidade macroeconômica; abertura da economia; nova relação do Estado com o Mercado e Constituição da Infraestrutura Econômica e Social

(...)

Para que esse novo modelo de desenvolvimento se torne viável, propõe avançar em um marco institucional “que permita à iniciativa privada exercer na plenitude seu talento criador” (CARVALHO, 2021, p.31).

Em regra, os discursos de posse, sendo documentos proferidos para momentos solenes de apresentação do novo governante (ou novidades para a próxima gestão no caso do reeleito), se configuram como palavras prospectivas. Quer dizer, sendo basicamente uma *carta de intenções*, se propõe a dizer sobre intentos do governante, de maneira que à história e às articulações políticas caberão demonstrar o que foi efetivado. Esta característica evidente, no entanto, não impede de atender à proposição deste trabalho de identificar características de um neoliberalismo, de maneira a já perceber sob que ideias gerais se processará o novo governo.

Frente ao refletido acima, algumas perguntas se mostram pertinentes nas análises feitas sobre as falas de FHC (bem como sobre a dos demais políticos de enfoque desta dissertação). A respeito das políticas pretendidas e implementadas, o que dizer das linhas-mestras que conduziram o país: mais ou menos ligado a uma integração internacional e ao capital estrangeiro? Com maior ou menor atendimento efetivo sobre categorias mais desfavorecidas? Sob uma plataforma neoliberal (mais aprofundada com Fernando Henrique), que país legou ao fim de sua gestão?

Ao longo dos dois discursos de posse, se percebe que uma análise retrospectiva foi produzida de modo a discorrer exaustivamente, como que um recurso retórico para apresentar um processo que esclarecesse sobre caminhos percorridos pelo Brasil até aquele momento.

neologismos, foi possível constatar que: *Para FHC, não é possível agir “como avestruz”*. Diz que a *globalização e o neoliberalismo são fatos* (GIELOW, 1997, p.1).

Assim, no primeiro discurso, há muito de explanado sobre o país que passou pelo autoritarismo, restrição de liberdades e inabilidade em aplicar medidas de maior abertura econômica com vistas a um desenvolvimento embasado no comércio global. E, neste escopo de um olhar sobre o país e o mundo recentes, são feitos compromissos pelo fortalecimento de valores como liberdade, democracia, justiça social e diálogo (com a sociedade e congressistas).

Em comparativo com discursos de Collor, percebe-se um tom menos histriônico em FHC, o que torna neste a percepção menos evidente de marcadores ideológicos do neoliberalismo, o que não quer dizer que não estejam presentes e identificáveis. Ademais, ainda que o enfoque sejam as falas oficiais registradas, um paralelo com a realidade sempre é feito, justamente para corroborar ou não a mensagem que é passada pelo emissor, bem como a presença dos elementos de ideologia que são suscitados pela pesquisa.

Um elemento muito presente nas propostas para promover desenvolvimento econômico do Brasil é a abertura de mercado e estreitamento de relações internacionais. No discurso de 1995 é emblemática a passagem:

Rapidamente, no ritmo veloz das comunicações e da abertura da economia brasileira, estamos deixando para trás atitudes xenófobas, que foram mais efeito do que causa do nosso relativo fechamento no passado. Nada disso implica renunciar a uma fração que seja da nossa soberania, nem descuidar dos meios para garanti-la (CARDOSO, 1995, p.27).

E qualquer crítica a um fechamento econômico é, neste primeiro momento, um aspecto ressaltado, não apenas como ação estatal de política, mas se pode dizer que é algo como que uma mensagem mesmo à sociedade de que ela participe e reforce esta ação. Tal afirmativa fica mais evidente quando, em 1999, em meio portanto à sua gestão de 8 anos, FHC ratifica seu entendimento sobre contrariedade dos interesses da nação referente a qualquer impeditivo de globalização.

Esta premente integração é relacionada a um amplo espectro de contatos buscados junto a nações mais e menos desenvolvidas economicamente. Isto com intuito mesmo de ampliar na sociedade a aproximação com práticas de mercado, justamente como forma de fortalecer a democracia com a competição.

O interesse nacional hoje não se coaduna com isolamento. Afirmamos nossa soberania pela participação e pela integração, não pelo distanciamento. É o que estamos fazendo no Mercosul - dimensão prioritária e irreversível de nossa diplomacia. É o que estamos realizando com a criação de um espaço integrado de paz, democracia e prosperidade compartilhada na América do Sul. É o que se reflete em nossa visão da integração hemisférica e de laços mais sólidos com a União

Europeia, a Rússia, a China e o Japão, sem detrimento para os nossos vínculos históricos com a África. O Brasil está, assim, consolidando uma inserção ativa e soberana no sistema internacional.

(...)

Reunimos hoje as condições para construir um Brasil efetivamente solidário e mais justo. O objetivo central do governo que ora se inicia será o de radicalizar a democracia, democratizar o mercado, aumentando a competição, e promover mais ampla oportunidade para todos os brasileiros (CARDOSO, 1999, p.25-26).

Em um tom mais de revisão da história recente àquele momento, o primeiro discurso de posse se destacou pelo olhar que FHC deu aos últimos anos do Brasil e do mundo. E coadunou isto com as convicções de que – a despeito de vicissitudes - teria tudo para crescer a partir de então: *Sem arrogância, mas com absoluta convicção, eu digo: este país vai dar certo!* (CARDOSO, 1995, p.24)

No discurso de 1999 naturalmente também houve elementos prospectivos esperados de desejo e fé sobre um país que trilhará um caminho de prosperidade. Neste, contudo já se encontram em suas análises retrospectivas, elementos do Brasil recente do próprio governo Fernando Henrique, justamente com intuito de destacar o que entendia como um último quadriênio de crescimento e justiça social.

Nos últimos anos o Brasil renovou sua fisionomia, com a construção de estradas de relevância estratégica, quatro hidrovias, um sem-número de portos e aeroportos. Promoveu um salto na produção de energia e uma revolução nas telecomunicações. Mudou muito.

Mas quando falo em mudança penso em algo mais profundo, abrangente e capilar, que toca o cotidiano de cada um dos brasileiros e melhora suas vidas.

Milhões puderam alimentar melhor seus filhos e dar-se conta de que onde há democracia, estabilidade na economia e seriedade de governo não há razão de ser para o flagelo da fome. Milhares tiveram acesso a bens que antes estavam reservados a uma pequena elite, que sempre pôde tudo. Milhares realizaram a aspiração tão antiga quanto legítima de comprar a casa própria ou morar com mais conforto (CARDOSO, 1999, p.23-24)

Em contraponto à avaliação idílica do primeiro governo FHC, é pertinente a análise de Ivo Lesbaupin em obra organizada com intuito de estudar o primeiro quadriênio daquele presidente. Desta forma, junto a uma diversidade de autores em pesquisa sobre diferentes aspectos a citada obra apresenta um panorama do Brasil em 1999:

Quatro anos depois, o Brasil é um país imerso numa grave crise econômica, em pleno processo recessivo, submetido diretamente ao controle do Fundo Monetário Internacional (FMI), tendo privatizado quase todas as suas empresas estatais, inclusive a Vale do Rio Doce, tendo perdido grande parte de suas reservas cambiais, com um nível alarmante e crescente, com uma evidente queda da renda salarial média, e com acentuada deterioração dos serviços públicos de saúde, de educação, de assistência, de previdência, de moradia (...). A dívida externa total, que era de 149 bilhões de dólares em dezembro de 1994, passou a ser de 229 bilhões em fins de 1998. A dívida mobiliária interna federal, que era, em fins de 1994, de 62 bilhões de

dólares, elevou-se a 324 bilhões em fins de 1998 – quintuplicou, portanto. (LESBAUPIN, 1999, p.7)

Sob a intenção renovada de prosseguir em reformas de diferentes áreas, segundo governo de FHC reafirma a continuidade de privatizações como projeto para desenvolvimento econômico, ainda que em uma base de desmantelamento do patrimônio público.

Completaremos, assim, as reformas. Não só a previdenciária e a administrativa, mas a tributária, a política e a judiciária.

[...]

Senhores Congressistas, não fui eleito para ser o gerente da crise. Fui escolhido pelo povo para superá-la e para cumprir minhas promessas de campanha. Para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Para prosseguir com firmeza na privatização. Para apoiar os que produzem e geram empregos. E assim recolocar o País na trajetória de um crescimento sustentado, sustentável e com melhor distribuição de riquezas entre os brasileiros.

[...]

O Brasil continuará a desempenhar papel ativo na revisão da arquitetura do sistema financeiro internacional. (CARDOSO, 1999, p.28)

Em uma visão panorâmica dos discursos, são evidentes, sobretudo, marcadores neoliberais como individualidade, liberdade e justiça. No caso, a liberdade não apenas no sentido dado como um valor de grande apreço no comparativo a um passado recente de censura e perseguição política, mas também com a ideia de livre iniciativa fomentada por políticas públicas de ligação do Brasil com o mundo. É, portanto, o valor da individualidade expresso pelo maior ou menor destaque que esta pode ter no maior ou menor sucesso próprio da competição e não cooperação e coletividade. Tudo isto, por fim, garantido com justiça, quer dizer, a legalidade de uma gestão guiada por uma estrutura reformada que ampare estes preceitos neoliberais.

A ideia expressa é a montagem de uma estrutura que não se limite com ações de governo, mas sim se qualifique como políticas de Estado. A construção de um Brasil desenvolvido a partir do entendimento de um país que se coloque a mercê do capital estrangeiro deveria ser, portanto – para além de apenas medidas em um dado momento – a de um Brasil refundado.

3.2.2 *Há, muitas vezes, vencedores e perdedores*

No que profere como sendo a convicção sobre um entendimento entre empresários e trabalhadores, Fernando Henrique lança a frase que dá título a esta seção em meio a seu discurso no Fórum Econômico Mundial de 1998. O contexto da fala se dá em um dado momento do discurso em que tece a respeito de transformações ocorridas no Brasil recente, marcado pela competição que, num sistema pró-mercado, naturaliza os bem-sucedidos em detrimento dos que não seriam *criativos* para se adaptar e sobreviver.

Dirigido a um público estrangeiro, no ano citado FHC discursou no chamado Fórum de Davos. Tal evento tem se marcado por encontros anuais entre representantes de grandes grupos econômicos e líderes políticos com intuito de debater assuntos que visem, principalmente, ao fechamento de negócios e definição de políticas afirmativas de internacionalização do capital. Eventualmente, questões diplomáticas também se valem do evento para serem dirimidas.⁴⁷

Considerando a ênfase das falas de Fernando Henrique em desenvolver e fortalecer uma plataforma neoliberal para o país tendo como carro-chefe a internacionalização da economia, o Fórum de Davos se mostrava como o evento ideal. E em conjunto com seu discurso no plenário da ONU, em 2001, percebe-se que ambas as falas se destacam por tratarem dois momentos emblemáticos daquele governante, ou seja, momentos de análise retrospectiva e balanço, respectivamente, do primeiro e do segundo mandatos.

O discurso proferido na Organização das Nações Unidas, como discorrido na seção anterior em análise sobre Collor, é igualmente um momento de fala a uma comunidade internacional diversa. Desta forma, pode-se entender que tem mesmo um espectro ainda mais amplo que o Fórum de Davos, este com uma preocupação mercadológica mais acentuada. E ainda que FHC tenha diretamente discursado apenas uma vez em cada evento, o momento de cada um, reitero, mostra-se interessante pelos momentos em que se deram, nas considerações sobre seus próprios quadriênios. Ademais, ganham realce pelo momento de angariar atratividade pelo alto interesse de abertura e receptividade ao capital estrangeiro. O Brasil,

⁴⁷ Com o início de sua história em 1971, o então Fórum de Gestão Europeu, era um evento que reunia representantes empresariais da Europa para estreitar laços comerciais com os Estados Unidos. A partir de 1987 ganhou o nome pelo qual é conhecido, Fórum Econômico Mundial (ou mais popularmente Fórum de Davos, por ocorrer em um resort nesta cidade suíça), ampliando seu escopo de integrantes com participantes de todos os continentes, além de servir de base para resolução de conflitos internacionais (como, por exemplo, o acordo de paz sobre Gaza entre Yasser Arafat e Shimon Peres, em 1994), ainda que esta não seja sua principal premissa.

portanto, deveria nas falas de Fernando Henrique se mostrar como o país certo em aspectos político, econômico, social e ético para receber investimentos internacionais.

Em análise das palavras proferidas em 1998, de imediato chama a atenção o tom ufanista do título que suscita o destaque regional do Brasil frente a demais nações de seu continente, *Brasil: a construção de um gigante nacional*.⁴⁸ Na sequência é discorrido algo de superficial sobre conceito de *mercados emergentes*, deixando claro que o nosso país tem suas peculiaridades, marcadas por um passado recente de grande recessão, mas que teria sido controlado, graças sobretudo ao plano real. E em considerações prospectivas, é destacada a proximidade das comemorações no Brasil que o próprio FHC chama de *500 anos de seu descobrimento*. E para um evento conhecido pela internacionalização do capital, nada mais propício do que destacar a iminência das citadas festividades.

Com a chegada dos portugueses em 1500, naquela época, isso marcava um processo de gradativa integração do que viria a ser o Brasil. Portanto, naquele contexto com a expansão marítima-comercial e, em 1998, com as medidas liberalizantes de abertura da economia, se percebem ambas medidas de interesse sobre atuação do estrangeiro aqui.

No ano 2000, o Brasil celebrará os 500 anos do seu descobrimento. Os brasileiros terão, de fato, muito para celebrar - e não me refiro apenas ao futebol, é claro.

De fato, os eventos no Brasil, ao longo dos últimos anos, trouxeram um sentimento de renovado otimismo ao País. Após muitos anos de incerteza, previsões cinzentas e escasso progresso na área social, o País está novamente avançando, graças à consolidação do regime democrático e aos resultados alcançados no plano econômico.

[...]

Dessa forma, o que apresentarei aqui são os fatos específicos sobre um país específico. Entre parênteses, assinalo que, em uma economia globalizada, onde é frequentemente necessário analisar eventos que ocorreram em lugares distantes, um dos desafios mais difíceis com que se deparam os tomadores de decisões, tanto no setor público como no privado, é a necessidade de evitar generalizações enganosas, (...) a noção de "mercados emergentes", ainda que seja útil em alguns contextos, pode ser enganosa, se levar os analistas a perderem a noção das importantes diferenças entre situações tão diversas quanto as da América Latina, da Ásia ou da Europa Oriental, para não mencionar situações específicas de países.

Com respeito ao Brasil, graças ao êxito alcançado com o Plano Real, a estabilidade econômica está firmemente estabelecida. (CARDOSO, 1998, p.69-70)

Como detalhado anteriormente a partir da leitura de Lesbaupin, os índices de sucesso do primeiro quadriênio de FHC foram menos prósperos do que apontado/desejado pelo presidente em suas falas. Apesar da estabilização monetária promovida pelo plano real, é bom lembrar que este foi efetivado através do princípio de *âncora cambial*. Assim, a partir de julho de 1994, com a efetiva validação do Real como moeda nacional, foi estabelecida a

⁴⁸ Tradução do autor. No original consta: *Brazil: the making of a continental giant*.

seguinte relação de US\$ 1,00 para R\$ 1,00. Disto, juntamente com decreto que permitia a liberação de diversos produtos importados, houve um grande aumento de produtos estrangeiros no mercado interno brasileiro. Como primeiro resultado houve grande queda na inflação. Em dado momento (setembro de 1994) houve uma valorização da moeda nacional na ordem R\$ 0,83 por dólar.

O otimismo com as benesses do real, contudo, não chegariam a durar um ano. E aquilo que tanto se desejava como plataforma para desenvolvimento do país (afluxo de capitais estrangeiros) acabaria por, de imediato, afetar a produção nacional e, a partir de 1995, inverter o sentido.

Obviamente, os ignorantes acham que é melhor para um país que sua moeda valha bastante. Na realidade, isto está longe de ser verdadeiro.

A sobrevalorização do real sem dúvida acentuou a deflação dos preços industriais ao baratear ainda mais os produtos importados. O que fez a alegria dos consumidores, mas agravou as dificuldades dos produtores nacionais. Ao mesmo tempo, estimulou o aumento das importações e a redução das exportações. Passamos a ter déficits crescentes na balança de mercadorias, cobertos com empréstimos externos e investimentos diretos do exterior. O que serviu para ampliar; pouco depois, o déficit na balança de serviços, onerada por crescentes remessas ao exterior de juros e rendimentos.

[...]

O afluxo de capital externo subitamente reverteu seu sentido e passou a deixar o Brasil, em março de 1995. O ataque especulativo contra o real atribuído na época [...] à contaminação na crise mexicana, ocorrida no fim de 1994. (LESBAUPIN, 1999, p.32-33)

A crise mexicana se marcou pela suspensão de pagamentos externos e um forte afluxo de investidores mexicanos trocando pesos por dólares. Disto, houve uma grande desvalorização do peso mexicano e queda no PIB daquele país. Assim, típica da economia capitalista (integrada internacionalmente) quando ocorre grande recessão em algum de seus integrantes, não à toa, há a reverberação deste evento pelo globo. Aqui se marcou pela fuga de capitais.

Todos estes fatos - portanto conhecidos e consolidados em 1998 - não impediram a continuidade da cartilha neoliberal por FHC com vistas a, por exemplo, dilapidar patrimônio nacional em seus intentos privatistas. Assim, se na visão daquele presidente pudesse haver alguma condescendência embasada por preservação de postos de trabalho, a promoção da competitividade estava trazendo um novo momento.

De forma bem pontuada, as falas deixam claro o processo pelo qual o país passava e sem qualquer vacilação no seu prosseguimento, o projeto para um Brasil menos brasileiro:

Essa mudança resulta de um conjunto de fatores que estão estimulando uma profunda reestruturação do sistema produtivo. Entre esses fatores, destacam-se:

a) a abertura ao comércio internacional, com a redução de tarifas, o que tornou mais fácil o acesso de produtos estrangeiros no Brasil - o crescimento das importações é evidência disso;

b) a estabilidade econômica e monetária, que tornou mais difícil para as empresas transferir para outros o custo da ineficiência através de aumentos de preços ou beneficiar-se de mecanismos tradicionais, como os da taxa de câmbio, dos subsídios ou incentivos; quanto mais forte a moeda, maior é a necessidade de uma autêntica competitividade, por oposição à competitividade precária que se baseia na inflação ou na assistência governamental;

c) a privatização, que se está efetuando em escala sem precedentes e está promovendo a competição em diversos setores-chave da economia: até outubro de 1997, o programa de privatização gerou mais de 20 bilhões de dólares de receita; no período 1998-1999, mais de 60 bilhões de dólares são esperados.

Essas mudanças produziram um novo ambiente para os negócios no Brasil, um ambiente que é mais competitivo e no qual a necessidade de padrões mais altos de qualidade e de eficiência tornou-se um imperativo para os empresários, assim como a mão-de-obra mais qualificada tornou-se um elemento essencial. Temos um "novo jogo". (CARDOSO, 1998, p.71-72)

O trecho de fala acima é muito emblemático quando deparado com o que se vale também como referência para marcadores de discurso neoliberal, os pressupostos do consenso de Washington. Sob esta análise, seus principais elementos estão presentes, de maneira a apresentar o objetivo de encontrar o neoliberalismo em conteúdo de discurso. Assim, privatizações, restrições ao protecionismo, flexibilizações trabalhistas dão o tom neste olhar sobre o Brasil em apresentação ao mundo.

E tal qual um *destino manifesto*, sem poder dizer se intencionalmente ou não, FHC finaliza sua exposição em paráfrase à Margaret Thatcher: *Como já afirmei antes, não há alternativa para o Brasil senão a de mostrar-se à altura dos desafios e oportunidades históricos de nossos tempos* (CARDOSO, 1998, p.74). Para o avanço do neoliberalismo? *There is no alternative.*

E anos depois, novamente frente a um público de diferentes nacionalidades, o que nos revelariam as falas presidenciais? Frente ao plenário da ONU, importante destacar, não se tratava da peculiaridade de um evento eminentemente comercial, o que não impediria a apresentação de um país com adjetivos que promovessem o interesse econômico estrangeiro. Ademais, importante destacar que no momento deste evento (novembro de 2001) um novo contraponto surgia às odes de paz e liberdade de estilo estadunidense. Se outrora o grande inimigo era o comunismo, a partir dos ataques de 11 de setembro, passava a ser o terrorismo.

O mote dos ataques às torres gêmeas (para além do justo compadecimento em relação às vítimas do atentado) serviu para o discurso com vistas a reafirmar os laços do Brasil com os Estados Unidos. Desta forma, por sua vez, a retórica destacou que, a despeito dos ataques terroristas representarem uma incisiva ameaça à globalização, esta não devia retroceder. Ao contrário, haveria de se identificar suas deficiências humanitárias, com vistas a fortalecê-la.

É natural que, após 11 de setembro, os temas da segurança internacional assumam grande destaque.

Mas o terrorismo não pode silenciar a agenda da cooperação e das outras questões de interesse global. O caminho do futuro impõe utilizar as forças da globalização para promover uma paz duradoura, baseada, não no medo, mas na aceitação consciente por todos os países de uma ordem internacional justa. Sobre essa questão, tenho procurado mobilizar as várias lideranças mundiais.

O Brasil quer contribuir para que o mundo não desperdice as oportunidades geradas pela crise de nossos dias. Pensemos na causa do desenvolvimento, um imperativo maior.

Há um mal-estar indisfarçável no processo de globalização. Não me refiro a um mal-estar ideológico, de quem é contra a globalização por princípio, ou de quem recusa a ideia de valores universais, que inspiram a liberdade e o respeito aos direitos humanos.

Mas ao fato de que a globalização tem ficado aquém de suas promessas.

Há um déficit de governança no plano internacional, e isso deriva de um déficit de democracia. A globalização só será sustentável se incorporar a dimensão da justiça. Nosso lema há de ser o da “globalização solidária”, em contraposição à atual globalização assimétrica.

No comércio, já é hora de que as negociações multilaterais resultem em maior acesso dos produtos dos países em desenvolvimento aos mercados mais prósperos. Os ministros reunidos em Doha têm uma pesada responsabilidade: a de fazer com que o novo ciclo de negociações multilaterais de comércio seja realmente uma “Rodada do Desenvolvimento”. Para isso, é indispensável avançar com prioridade nos temas mais relevantes para a eliminação das práticas e barreiras protecionistas nos países desenvolvidos.

O Brasil, que vem liderando negociações para garantir maior acesso aos mercados e melhores condições humanitárias para o combate às doenças, buscará encontrar o ponto de equilíbrio entre a necessária preservação dos direitos de patente e o imperativo de atender aos mais pobres. Somos pelas leis de mercado e pela proteção à propriedade intelectual, mas não ao custo de vidas humanas. (CORRÊA, 2012, p.817-818)

Crise para uns, oportunidades para outros. Desta forma, desigualdades globais são formadas na atuação do capitalismo e neoliberalismo (concentração de renda, diminuição de direitos trabalhistas, dilapidação de patrimônios estatais em prol de grandes grupos econômicos internacionais). Na visão pró-mercado, não se trata de questionar sua base ideológica e o sistema, mas tão somente de repensá-lo para uma forma mais *humana* e *solidária*...ainda que o lucro e a competitividade nunca deixem de dar o tom.

Para um evento de caráter humanitário e menos comercial, contudo, não se deixou de suscitar relações entre práticas financeiras e ações de solidariedade internacional. Tudo, entretanto, deixando claro que as palavras na ONU não ferissem a temática da liberdade

econômica. Neste quesito destaca-se um dos marcadores de discurso do liberalismo do século XXI, o entendimento sobre liberdade no sentido de que os Estados seriam análogos a indivíduos. Quer dizer, na visão clássica era a pessoa, indivíduo, o centro da afirmativa de que este não deveria ser impedido em seus intentos empreendedores para satisfação pessoal mediante o lucro com oferta de produtos ou serviços. Transpostos e extrapolados estes princípios para o internacionalismo liberal de novo século, não apenas empreendimentos individuais, mas nações deveriam buscar sua prosperidade material com o mínimo de regulação nas transações entre elas.

E como se daria, no discurso, esta sintonia entre maior fomento da solidariedade no capitalismo sem a proposição de qualquer regulação garantidora de mais justiça social?

É preciso dotar o FMI de mais recursos e de capacidade para ser um emprestador de última instância, e atribuir ao Banco Mundial e aos bancos regionais o papel de promotores mais ativos do desenvolvimento.

Devemos reduzir a volatilidade dos fluxos internacionais de capital e assegurar um sistema financeiro mais previsível, menos sujeito a crise, na linha do que vem sendo proposto pelo G-20.

No mesmo sentido, embora não se ignorem as dificuldades práticas de um mecanismo como a “Taxa Tobin”, poderíamos examinar alternativas melhores e menos compulsórias. (CORRÊA, 2012, p.818)

A citada *taxa Tobin* remete ao economista estadunidense James Tobin que, em 1972, propôs a criação de um imposto na ordem de 0,1% sobre transações financeiras. Desta forma, se trataria de uma regulação do fluxo de capital internacional marcado pelo entendimento que os *organismos internacionais (FMI, OMC e Banco Mundial) deveriam ser reformados, com menos doutrinação liberal e mais compromissos com o desenvolvimento* (DATHEIN, 2002, p.16).

Se a alternativa aos afluxos sem controle de Tobin não seria aceitável na visão de FHC, outra proposição não foi apresentada, entretanto.

Na sequência ao trecho de fala destacada (sob a necessidade de *examinar alternativas melhores* de forma genérica), foram discorridas palavras sobre atuações internacionais do Brasil em fortalecimento dos valores de paz e diálogo da ONU. Ademais, foram feitas admoestações no sentido de ampliação do conselho de segurança daquela organização em prol de países em desenvolvimento para, assim, também ampliar o debate reflexivo acerca de medidas mais justa, sem questionamento infraestrutural do sistema.

Uma ordem internacional mais solidária e mais justa não existirá sem a ação consciente da comunidade das nações. É um objetivo demasiado precioso para ser deixado ao sabor das forças do mercado ou aos caprichos da política de poder.

Não aspiramos a um governo mundial, mas não podemos contornar a obrigação de assegurar que as relações internacionais tenham rumo e reflitam a vontade de uma maioria responsável. (CORRÊA, 2012, p.820)

Fica clara a manutenção das leis de mercado. E sobre a premência de reformas que viabilizassem resultados globais de menor desigualdade social, tais palavras se encerravam em si. Um equilíbrio entre neoliberalismo e solidariedade não teve contornos mais bem definidos pelo presidente, porém, ao menos, algo foi bem categórico: *somos pelas leis de mercado*.

3.2.3 Mais a economia que o social

Para apresentação de nuvem de palavras, foram postas em análise o conteúdo de quatro documentos, sendo os dois discursos de posse (em 1995 e 1999), além dos discursos de Davos e na ONU (respectivamente, em 1998 e 2001).



Fonte: produção do autor em www.wordclouds.com

A despeito de diferentes eventos que demandaram diferentes estilos em cada discurso, importante reiterar que se busca uma análise de conteúdo panorâmica (considerando palavras a um público interno e à comunidade internacional). A partir disto, coadunado com o estudo em outras seções – mais aprofundados no sentido de buscar marcadores ideológicos – é colocada mais uma peça que ajude a corroborar esta busca pelo neoliberalismo em conteúdo de discursos oficiais de FHC.

Em similaridade com o visto na análise de nuvem de Collor, em Fernando Henrique se percebe que temas como *economia* claramente se destacam em relação a *social*, por exemplo. Isto, naturalmente, não representa por si só que tenha deixado de haver uma preocupação com ações sociais no sentido de governança, contudo, não deixa de chamar a atenção que pelos estudos de conteúdo dos pronunciamentos de FHC havia um forte intento para primeiramente se fortalecer a economia e, assim, houvesse embasamento para melhora nos índices sociais. Em outras palavras, importante lembrar que abertura para o capital estrangeiro era tema muito comum como plataforma para geração de divisas para o país que, a partir do sucesso desta empreitada, teria o necessário para investimento na área social.

À exceção de diferentes temas que se destacam, *economia* ganha realce, na medida em que é um termo genérico se olhado pela perspectiva da nuvem por si só, mas que em toda a explanação até aqui se entende o escopo do termo. Na linha neoliberal de FHC, a economia é encarada sob pressupostos demarcados, por exemplo, pelo que embasa o entendimento de marcadores ideológicos do neoliberalismo como o são os pressupostos do Consenso de Washington. Assim, entende-se que *economia* em FHC remete a práticas que visavam o desenvolvimento embasado em medidas que incluíssem controle fiscal (com enxugamento da máquina pública) e reformas que promovessem privatização de estatais e flexibilização de direitos trabalhistas e previdenciários.

No sentido supramencionado (corroborado até pelo fato de que FHC teve 8 anos de governo em relação aos quase 3 de seu antecessor eleito), percebe-se uma maior contundência nos marcadores ideológicos no neoliberalismo em Fernando Henrique Cardoso no comparativo a Collor. Desta forma – apesar de um estilo mais comedido no segundo Fernando em comparação a uma atuação mais pitoresca do primeiro –, FHC fornece um material mais rico na análise de conteúdo e busca de identificadores de discurso da ideologia neoliberal.

Para além do termo *economia*, outras palavras também ganham realce mediante a análise em nuvem. Desta forma, expressões que denotam aspectos centrais da análise de conteúdo aqui realizada seriam, por exemplo, *desenvolvimento*, *internacional* e *globalização*.

Tudo isto relacionado ao exposto sobre *economia* denota claros marcadores neoliberais de discurso, na medida em que as falas analisadas suscitam um conteúdo de elementos da ideologia neoliberal, conforme entendido e explicitado no capítulo teórico, anterior a este.

É emblemático da relação entre os termos supracitados e que resumem principais aspectos do neoliberalismo em falas de Fernando Henrique Cardoso, todos os pontos didaticamente colocados quando de seu discurso no Fórum Econômico Mundial de 1998 (o primeiro com a presença de um presidente da república do Brasil na redemocratização). Para ideia de desenvolvimento do país, FHC deixava claro a necessidade de abertura ao comércio internacional (via redução de tarifas nacionais), estabilidade econômica e monetária e privatizações. Quer dizer, pelo visto no lastro teórico deste trabalho, se torna claro onde está o neoliberalismo no discurso daquele presidente quando se percebem a noção de *liberdade* (no referente à livre atuação do mercado para regular preços e acessibilidades a produtos e serviços).

Ademais, também se evidencia o conceito de *razão*, na medida em que se denota o envidamento de esforços para a estabilidade monetária que corroboraria a liberdade do comércio. E igualmente se percebe o conceito de *justiça*, dado que na visão neoliberal, todo o afincado empreendido (incluindo necessárias privatizações, visto que seriam particulares a melhor gerenciar que o setor público), necessariamente levaria a um reconhecimento para aquele (indivíduo ou nação) que buscasse se destacar pelo mérito único/individual. E, extrapolado para ações públicas, as falas de FHC denotavam as promessas por benesses advindas de um país que se integrasse totalmente ao capital financeiro global. Algo nunca alcançado sob aquele escopo.

Estas nuvens de palavras, portanto, nos apresentam em realce que este *país*, em um dado *governo* em questão, se dirigia aos *senhores brasileiros* anunciando medidas de *desenvolvimento* para gerar *estabilidade* sob uma plataforma de abertura *internacional*. Era assim, a busca pelo *crescimento* que um dia levasse a *república* e a *democracia* ao tamanho de peso de um grande *Brasil*. Esse país que, se não tem *paz* em destaque na análise de nuvem, realça atenção quanto ao *terrorismo* (resultado de críticas aos ataques aéreos contra os Estados Unidos em 11 de setembro de 2001).

3.3 Fernandos em retrospectiva

Ao fim do ano de 2002 também findava o governo de Fernando Henrique Cardoso e com isto o segundo governo da redemocratização que se apresentava, ao mesmo tempo, com turbulências e inovações.

Com um povo desejoso por eleições diretas para presidente (sobretudo pela primeira expectativa frustrada das *Diretas Já*) o primeiro governante eleito, jovem e com discurso imponente, não tardou em deixar a desejar com casos de corrupção que o fizeram decair tão rápido quanto ascendeu ao poder. Collor, mobilizador da população em favor de um discurso que prometia um novo Brasil (democrático, justo e desenvolvido), articulou para iniciar um processo de globalização do Brasil com fomento ao capital estrangeiro no país e privatização de estatais. Porém, improbidades reveladas, a reversão de apoio da mídia, a perda de apoio das ruas e do Congresso levaram ao primeiro processo de impedimento do primeiro presidente eleito após a ditadura de 64. A democracia, mal recuperada dos tempos de chumbo, ainda se via combalida pela corrupção. No entanto, destaque-se que a saída de Collor se deu em determinações de linhas constitucionais, algo fora do usual até então.

Coube ao sucessor e vice, Itamar Franco, dar prosseguimento à estabilização do país. E para uma nação que padecia com inflação galopante, a inflação, *grande inimigo* por vezes proferido pelo primeiro Fernando da redemocratização, passou também a ser preocupação do segundo. Ainda com Itamar, Fernando Henrique Cardoso no posto de ministro da fazenda formou equipe de economistas que implementaria o plano real que ofereceria estabilidade monetária e cambial ao país, ao menos temporariamente.

Como explanado, a estabilidade promovida pela *âncora cambial* se mostrou entre 1994 e 1995, quando alterações começaram a surgir, além do imediato problema de afetação do produtor nacional frente à forte entrada de produtos estrangeiros no país. Além disso, a crise mexicana afugentou a entrada de capitais no país de maneira que o cenário suficiente para eleger FHC em 1994 se via ameaçado para o próximo pleito. Aliás, novidade desta nova república, a possibilidade de reeleição (consolidada pela emenda constitucional nº16, de 1997) surgia, ainda que com a incerteza por aquele que pretendia estender um novo quadriênio.

E se nos acostumamos a ter casos de corrupção como ocorrências mais comuns do que novidades, a inovação da reeleição não deixou de vir no esteio de escândalos na compra

de votos de parlamentares para sua aprovação. Situação inclusive admitida por FHC anos depois (ainda que negando o próprio envolvimento): *Houve compra de voto? Provavelmente, provavelmente. Foi feito pelo governo federal? Não foi. Pelo PSDB? Não foi. Por mim? Muito menos.* (FOLHA DE SÃO PAULO, 2007). Ademais, por mais que ainda seja presente uma associação maior de Collor com escândalos de improbidade, FHC não deixou de ter suas ocorrências em sua gestão, no que o autor Palmério Dória chama de *Era Gloriosa*:

Além de eventos como a privatização e o suborno de parlamentares para aprovar a reeleição, são dignos de menção mais alguns contratemplos da Era Gloriosa, a saber: rombo de R\$ 2 bilhões na Sudam, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia; desvio de R\$ 1 bilhão e 400 milhões na Sudene, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste; escândalos Marka-FonteCindam, Sivam e Proer; denúncias de uso de caixa dois nas campanhas presidenciais de 1994 e de 1998; desvio de R\$ 4 milhões e 500 mil do FAT, Fundo de Amparo ao Trabalhador; “apagão” em 2001, resultado da queda de investimentos na produção de energia elétrica; “apagão” nas telecomunicações em julho de 1999; escalada da dengue após a demissão de seis mil mata-mosquitos. (DÓRIA, 2013, p.357)

Percebia-se, portanto que a nova república surgia com velhos problemas. Assim, os auspícios neoliberais que trariam prosperidade econômica e justiça social com entrega do patrimônio nacional, dilapidação de direitos e submissão ao capital estrangeiro, não se concretizaram.

Se a ocorrência de apenas um governo (ainda mais encurtado por um *impeachment*) não era suficiente para ser categórico quanto a um desastre anunciado pelo que representaria o neoliberalismo, talvez três gestões (com uma delas tendo durado quatro anos) fosse o bastante. Contudo, o que viu foram intentos no sentido de aprofundar cada vez mais medidas liberalizantes no país a cada governo que se sucedia.

As análises de conteúdo dos discursos destes presidentes eleitos no primeiro decênio redemocratizado apresentam claramente o quanto e onde estão os marcadores ideológicos utilizados para este estudo. Nada que fosse muito diferente do que a história conhecida já contou em diferentes publicações e a própria memória destaca pela lembrança de muitos que viveram aqueles tempos. Contudo, ganha pertinência neste trabalho este aspecto específico em encontrar nas falas daqueles homens como este neoliberalismo se apresentava.

Mesmo na virada para um novo milênio, os pressupostos de antigos eventos que consolidaram os pressupostos globalizantes do neoliberalismo estavam presentes pelo mundo e também no Brasil. E ainda que nenhum dos governantes dos anos 90 tenha se assumido como um categórico neoliberal, suas práticas e discursos não deixam esconder, bem como os resultados de favorecimento do capital em detrimento do trabalho também não deixaram de se

evidenciar. Mas frente a novos tempos com (mais uma vez) discursos sobre políticas que se diziam novas e implementadas por representantes que provinham de um partido que, afinal, trazia *trabalhadores* no nome, como se dariam as coisas? Prosseguiria com força, seria amenizado ou exorcizado o neoliberalismo diante da *onda rosa*?

4 COMO NUNCA ANTES NA HISTÓRIA DESSE PAÍS: Lula e Dilma

As gerações mais jovens conhecem o PT principalmente de um período recente, de seus pouco mais de 13 anos na presidência. Contudo, a trajetória deste partido se marca por maior anterioridade (relembrando sua fundação nos anos 80) e pela notoriedade da sigla antes mesmo de completar uma década de idade.

Importante lembrar que o Partido dos Trabalhadores teve seu início já engrandecido pela heterogeneidade de sua formação (sindicalistas, intelectuais, artistas e membros do clero adeptos da teologia da libertação). A forte presença de sindicatos que se ligaram ao partido, igualmente, foi de fundamental importância para aquela sigla surgir com destaque, mesmo que o ambiente de sua gênese tenha sido o fim de um grande referencial, a implosão do socialismo real soviético.

Em verdade, aquele momento de inflexão serviu de reflexão para as esquerdas no mundo e acabou por também servir de lição ao PT sobre que caminhos trilhar no que intitulava como *socialismo democrático*. Desta forma, a impressionante diversidade apresentada em meio à reciclagem de uma proposta socialista – ademais aliada a momentos paradigmáticos na história política brasileira de então (greves de metalúrgicos e últimos anos da ditadura civil-militar) –, trouxe um aspecto inovador para aquele nascente partido de esquerda.

Como bem ilustra e resume Emir Sader acerca daquele contexto:

As representações que explicavam os fundamentos do PT estavam envoltas em mitos que davam sentido ao seu surgimento. A ideia do ‘novo’ e do ‘marco zero’ na história dos trabalhadores sustentava as convicções de que o partido estava livre do DNA das esquerdas tradicionais. Ele mesmo inventaria as suas tradições. No Brasil nascia, enfim, o partido prometido da revolução, construído e dirigido pelo proletariado e não por uma ‘vanguarda de fora da classe’. Tecendo duras críticas às múltiplas heranças das esquerdas nacionais, o imaginário político petista determinava um novo marco temporal da história da luta operária e social no Brasil: antes e depois das grandes mobilizações de 1978 e 1979. (SADER, 1986, p.163)

Até aqui, contudo, trata-se do PT da fundação, aquele imbuído do que André Singer chamou de *alma do Sion*. Portanto, nos deparamos com uma versão crítica ao sistema do capital, porém, revisionista e de conciliação entre as diferentes correntes que o compunham. Assim, depreende-se que *o socialismo era, portanto, uma adjetivação da democracia, não uma ruptura revolucionária com a ordem capitalista, numa perspectiva propositalmente*

indeterminada que, no entanto, garantiria a unidade política de todas as correntes do partido (COGGIOLA, 2019, p.52).

Em análise sobre os anos 90 e as frustrações que se apresentaram à ascensão de Lula e o PT à presidência naquela década, Osvaldo Coggiola apresenta como uma relação paradoxal entre modernidade e pobreza se denotou naquela última década do século XX. Quer dizer, a despeito de desenvolvimentos sociais parcos, vivia-se também um momento de avanço técnico, sendo o ápice ilustrativo disto o empreendimento por uma equipe econômica para a implantação do plano real. Esta situação, a despeito do bom desempenho de Lula nas pesquisas eleitorais contra Collor e FHC, só permitiriam a ascensão petista no alvorecer do novo milênio.

Em inícios dos anos 2000, pouco mais de duas décadas após a fundação do PT, que partido e que Lula teriam chegado ao pleito e, finalmente, à presidência do Brasil? Em tanto tempo, imagina-se, sobre muito teria se refletido e caminhos da política, portanto, teriam sido reformulados. Neste sentido, o biênio 2001-2002 é bem ilustrativo de suas versões de discursos que se mostraram conflitantes, mas que pertenciam a um mesmo agrupamento político: as Resoluções do 12º Encontro Nacional do PT e a Carta ao Povo Brasileiro.

Em dezembro de 2001, a produção do último encontro nacional do partido dos trabalhadores antes do pleito presidencial no ano seguinte é bem categórica em determinados pontos. Assim, há passagens como: *O governo FHC fracassou, assim como O governo faliu moralmente*; ademais, se referindo ao sistema de maneira geral, *Derrotar o neoliberalismo e construir um novo governo democrático e popular e É preciso enfrentar a blindagem internacional que sustenta o neoliberalismo globalizado* (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001, p.2-6).

Em junho de 2002, com a publicação de Lula à população brasileira (*Carta ao Povo Brasileiro*), demonstrando seus intentos para um futuro governo, o tom se mostrava um tanto divergente do que há seis meses tinha mais um escopo de embate contra a ordem capitalista. Desta forma, por exemplo, há passagens se referindo à expansão do mercado e incremento ao consumo:

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. (SILVA, 2002, p.2)

E também:

O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. (SILVA, 2002, p.3)

No comparativo entre estes dois últimos documentos citados, surge mais claramente o embate entre as correntes (ou *almas* de Singer) divergentes dentro de um mesmo partido, com apenas uns poucos meses de diferença entre as produções. E destaque-se que os valores do documento de 2002, ao final, é que se sobrepõem, dado que foram as diretas palavras daquele que efetivamente se tornou presidente em 2003 e deu a linha-mestra de direcionamento da nova organização institucional do país.

Enquanto o documento sobre o encontro nacional do partido apresentava uma dezena de menções a termos como *combate* e *neoliberalismo*, o documento de Lula tão somente apresentava a frequência de apenas uma vez a menção à *combate*, no caso, *combate à inflação* (SILVA, 2002, p.4). Quer dizer, ainda se mantinha na pauta do dia o *grande inimigo* desde a época de Collor.

É de destaque a avaliação que, a respeito do documento de 2002, sinalizava para a construção de uma política de conciliação de classes, mas não na forma de qualquer diversidade classista. Assim, era o caso de uma *frente policlassista com objetivos opostos entre si. É conta que – em tese – não fecha, em uma sociedade de renda extremamente concentrada e carências seculares* (MARINGONI e MEDEIROS, 2017, p. 36). Mas admite-se, a despeito desta dissonância ideológica entre as classes que se pretendia fazer interagir para desenvolver o país, que não se deixou de demarcar a ocorrência de que os *de cima ganharam muito e os de baixo melhoraram de vida, num improvável jogo de ganha-ganha* (MARINGONI e MEDEIROS, 2017, p.36).

Do pleito de 1989 até a eleição de 2002, portanto, se percebeu um processo em que o PT se deparou com realidades de Brasil e eleitorado que o levaram a se questionar. Afinal, *percebendo que a mudança social mobilizaria a resistência implacável dos de cima, o partido atingia sua maioria política. E precisava decidir se se casaria por conveniência ou por amor* (SANTOS, 2020, p.45).

Ao longo da década que deu fim ao século XX, se percebeu que os governos brasileiros que compuseram esta conjuntura apresentaram um bloco mais identificável ao neoliberalismo (a despeito de estilos diferentes nos discursos, como visto). Assim, no raiar do

novo milênio – sob uma crítica a governos anteriores baseada num robusto discurso de tantas promessas feitas e não cumpridas sob a base liberal para desenvolvimento social⁴⁹ –, o PT desponta, após um longo período de chegadas a um máximo de segundo lugar nos pleitos presidenciais.

É importante ressaltar que este segundo bloco de presidentes analisados nos conteúdos de seus discursos (Lula e Dilma), a despeito de terem pertencido a uma mesma sigla, apresentou peculiaridades em cada gestão. Contudo, não deixa de ser pertinente que em uma visão macro, o período de 2003 a 2016 foi um período único na história política brasileira, na medida em que apresentou uma interação entre representantes do capital e do trabalho para o desenvolvimento nacional. Neste sentido é ilustrativa a seguinte passagem:

Os governos do PT entre 2003 e 2016 não formam um bloco homogêneo. Há diferenças importantes, de um lado, entre os governos Lula da Silva e os governos Dilma Rousseff e, de outro, entre o primeiro e o segundo mandatos de cada um desses ex-presidentes. Tais diferenças têm a ver, é claro, com a situação econômica e política nacional e internacional. Porém, esse período de treze anos configura sim um tempo particular na história política recente do Brasil. Ele representou, acima de tudo, o intervalo no qual a grande burguesia interna brasileira logrou obter a hegemonia no interior no bloco do poder, deslocando, para um segundo plano, os interesses do grande capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele associada. Interesses esses, por sua vez, que tinham estado no centro da política de Estado durante os governos de Fernando Henrique Cardoso. O movimento operário e popular teve uma participação política importante na definição dos rumos desse período, mas o poder governamental esteve nas mãos da grande burguesia interna. (MARINGONI e MEDEIROS, 2017, p.27-28)

Sob o escopo acima discutido, portanto, não é proposta destrinchar todas as particularidades de cada gestão (ainda que, evidentemente, este ponto esteja esclarecido e eventualmente se remeta a ele em alguma observação). Neste trabalho, tão somente, é realizada uma análise de conteúdo de discursos presidenciais, o que nos devidos contextos poderão apresentar nuances de cada momento, tal como ocorreu na comparação entre discursos de Collor e FHC.

Ainda que a política de conciliação possa parecer o alvo de críticas por si só, em termos de uma proposta de esquerda, é importante destacar que não necessariamente sua apresentação e implementação seja um contaminante categórico de um governo que se pretenda verdadeiramente popular. Em análise da conjuntura sobre as primeiras décadas do século XXI, hoje percebe-se que foram duas as expectativas geradas com a eleição de 2002:

⁴⁹ Interessante relembrar a propaganda criada pelo marqueteiro Duda Mendonça onde, associando *tucanos* a ratos roendo a bandeira do Brasil, lançou a seguinte frase: *Ou a gente acaba com eles, ou eles acabam com o Brasil. Xô, corrupção. Uma campanha do PT e do povo brasileiro.* Provavelmente uma adaptação do quixotesco personagem Policarpo Quaresma que, se valendo de analogia entre formigas e corruptos, lançou em 1915: *Se nós não expulsássemos as formigas, elas nos expulsariam.* (BARRETO, 2010, p.156)

de um lado, movimentos sociais e partidos de esquerda entusiasmados pela oportunidade única de iniciar um processo de radicalização com vistas a uma nova sociedade; de outro, uma forte burguesia interna que, naturalmente, não tinha qualquer interesse em se ver despojada de sua situação de classe dominante e integrante do governo. Acerca deste ponto, é ilustrativo:

O lulismo praticou conciliação de classes?

Claro que sim. Nenhuma força política, por mais radical que fosse, faria diferente. O maior problema dos governos petistas é outro. Foram gestões sem projeto claro, com definições improvisadas e tateantes, com políticas monetárias contracionistas, com algum ativismo estatal nos anos gloriosos (2004-2010), com uma virada austericida a partir de 2014.

Sem programa definido, o lulismo adotou várias diretrizes das classes dominantes e cedeu em questões basilares para uma força de esquerda.

(...)

As insuficiências do lulismo nesse período não estão na “conciliação de classes”. Estão em não ter feito esse acordo com base em um projeto prévio que guiasse a disputa pela direção do processo político. O problema não é a frente, mas o processo que a embala. (MARINGONI e MEDEIROS, 2017, p.49)

Com ênfase na pergunta que guia este trabalho (*onde está o neoliberalismo nos discursos presidenciais brasileiros?*) não se abre mão de eventuais olhares sobre práticas dos governos. Contudo, é esclarecido que ações governamentais não representam a principal proposta, mas sim e principalmente as falas oficiais de chefias do executivo federal. Assim, o olhar da pesquisa se debruça, sobretudo, sobre as análises de conteúdo das fontes que retratam as palavras proferidas: discursos à população e à comunidade internacional (respectivamente, discursos de posse e de Davos, bem como os expostos na ONU).

4.1 A ascensão do lulismo

O PT manterá a natureza de uma necessidade histórica dos trabalhadores e dos movimentos sociais radicais se preferir a “ocupação do poder” à ótica revolucionária marxista?

Florestan Fernandes⁵⁰

Após 3 tentativas de alcançar a presidência, finalmente Luís Inácio Lula da Silva alcança a vitória pela presidência da república. Uma trajetória conjugada com o PT que, como vimos, levou ambos a reconsiderarem posicionamentos que acabaram por levar a um

⁵⁰ Citação retirada da obra *O PT em movimento* (FERNANDES, 1991, p.3)

entendimento acerca da necessidade de maior contato com setores da burguesia nacional de maneira a chegar e se manter no poder.

Antevendo o cenário acima descrito e ainda muito presente na memória brasileira recente, Florestan Fernandes (mais de uma década antes) levantava questionamentos não *se*, mas *como* seria o PT no poder. E tal crítica se tornou pertinente sobretudo no pleito da primeira vitória do Partido dos Trabalhadores em que se percebia que, a despeito do primeiro presidente operário da nossa história despontando nas pesquisas, no geral não havia questionamentos estruturais por parte de qualquer um dos mais conhecidos candidatos, conforme o cientista político Eliel Machado:

Pode-se dizer que quase todas as candidaturas presidenciais de 2002 eram, em certa medida, muito parecidas, desde as “oposicionistas” (Lula, Ciro Gomes e Garotinho) até a “continuista” (José Serra). Destas nenhuma propunha, por exemplo, instituir uma auditoria da dívida externa e interna, rever os contratos internacionais, limitar os lucros exorbitantes do sistema financeiro internacional. Ao convergirem para o pragmatismo administrativo, elas se diferenciavam apenas no “varejo”.(MACHADO, 2009, p.27)

No sentido até aqui exposto, portanto, se percebia toda uma particularidade na chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência que, *como nunca antes na história desse país*, apresentava um candidato de conhecida origem proletária ascendendo ao mais alto cargo político. Contudo, para adentrar o *salão* e se sentar à *mesa* dos donos do capital, teve antes de se submeter à correta *indumentária* para não destoar dos demais convidados e, assim, poder falar e se fazer ouvir.

E antes mesmo que o governo de Lula iniciasse propriamente, a configuração da presidência já dava o seu tom. Consolidava-se a transformação que, corroborada por sentimentos de negação ou crença em algum tipo de via gradual para o socialismo, deixava clara a duvidosa proposta da união de cosmogonias políticas divergentes:

O momento decisivo dessa mudança foi a imposição – por Lula – da coligação com o Partido Liberal. Pela primeira vez o PT coligou-se no plano nacional com um partido claramente burguês e de direita. Pela primeira vez, Lula teve como vice-presidente um grande empresário. (COGGIOLA, 2019, p.91)

A sequência (pouco mais de 13 anos de PT no poder, sendo 8 de Lula) apresentou projetos sociais de amplo impacto para melhoria de vida de muitos alijados da sociedade de consumo. E ao mesmo tempo, por exemplo, com grande incentivo de exportações, agradou à burguesia interna. Tal arranjo gerou um fortalecimento tal que, mesmo frente a escândalos como o do *mensalão*, não houve instabilidade que escalasse para um impedimento (da qual a

sucessora de Lula não escapou, frente a uma articulação golpista judiciário-parlamentar para tanto).

Em meio a todo o exposto, serão, portanto, os discursos a fonte a demonstrar empiricamente eventuais elementos neoliberais, vestígios desta conciliação que não afetava o capital ao mesmo tempo que não se desatrelava de um caráter popular que se atribuísse a Lula e o PT. Tudo isto, contudo, sem a pretensão de ser um trabalho contrafactual no escopo de saber se realmente houve em algum momento a intenção de radicalizar e aprofundar as medidas de embate contra o sistema financeiro nacional e estrangeiro; ou se tão somente, no contato com os donos do poder, foi o cumprimento de uma máxima nietzschiana: *se você olhar longamente para um abismo, o abismo também olha para dentro de você.* (NIETZSCHE, 2009, p.53)

4.1.1 *Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações*

No primeiro dia de janeiro de 2003, em sessão solene no Congresso Nacional pela vitória no pleito presidencial no ano seguinte, Lula discursa. E como toda a fala de posse, apresenta assim sua *carta de intenções*, sem, no entanto, deixar de fazer suas avaliações acerca de um passado recente, pontuado em suas deficiências e, justamente por isso, com as questões a serem revistas.

A palavra-chave, como dito pelo próprio presidente eleito era, sem surpresas, *mudança*. E na sequência deste destaque, seguiu em pontuar elementos das gestões anteriores que, como vimos, tinham questões (demarcadas pela história, corroborada pelos próprios discursos analisados) que facilmente os ligavam a pressupostos neoliberais. Frente a isso, Lula lançou os alvos principais a serem combatidos em seu governo, como que propondo ser diametralmente oposto a tudo aquilo que havia sido feito e aos valores que imbuíam seus predecessores.

"Mudança": esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança, finalmente, venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades, diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a

sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. (SILVA, Luís Inácio Lula da, 2003, p.1)

É emblemática esta passagem por ser facilmente possível demarcar um *link* com o conteúdo da *Carta ao povo brasileiro*. Em ambos estão lá os elementos até aqui apresentados, a proposta da mudança em relação ao que se foi feito claramente dentro de um escopo neoliberal, mas sem afetar estruturalmente esta ideologia no Brasil.

É interessante que ao pontuar valores atribuídos ao quadro de precarização gerado por presidentes anteriores (algumas passagens sendo valores tipicamente neoliberais, como individualismo e desmantelamento de patrimônio nacional, quando cita *ameaças à soberania nacional*), na sequência é apresentado o que se espera: desejo por mudanças. Isto é evidenciado, porém, sem deixar de destacar a composição da nova presidência em exercício: Lula e José Alencar.

A configuração da presidência não era aleatória e passava uma mensagem bem clara, aliança entre capital e trabalho para desenvolver o país. Desta forma, era emblemática a presença de José Alencar na vice-presidência tanto com sua imagem por si só naquele momento (representante da indústria têxtil de São Paulo), bem como por sua trajetória.

Sendo referenciado como um *self-made man*, José Alencar é biografado como homem de origem humilde que se destacou como grande empresário têxtil através do esforço individual e destaque no setor (valores neoliberais de individualismo e liberdade em forte evidência).

A união com José Alencar era, portanto, a encarnação da política de conciliação de classes do lulismo. Em outras palavras, tratava-se de uma conciliação nacional que procurava passar uma clara mensagem de interação harmônica entre capital e trabalho, onde Lula (representante do operariado) teria seu *fiador*, Alencar (representante do empreendedorismo). Assim, o empresariado mais temeroso com uma possível e profunda ação estatizante dos meios de produção, se veria mais tranquilizado com um representante na cúpula presidencial para, em verdade, fomentar a livre iniciativa na relação com o governo. Isto se corrobora com determinadas passagens do discurso de posse, como o cuidado em promover transformações que não afetassem a qualquer dos polos, afinal, postos em aliança pela presidência:

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um

simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro. (SILVA, Luís Inácio Lula da, 2003, p.2)

E ainda:

Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o país cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça. (SILVA, Luís Inácio Lula da, 2003, p.6)

Na sequência deste primeiro discurso de posse, são pontuadas questões típicas desta apresentação de intenções, onde corriqueiras promessas são feitas: combate à corrupção, apreço pela honestidade, avanços tecnológicos, aumento da produção nacional, enfim. Mas no quesito política externa, é pertinente uma análise. Neste ponto, observou-se um desdobrar de questões que denotam a tônica do governo pretendido: multilateralidade. Assim, seria entendido e sublinhado que não apenas países como os Estados Unidos, mas também nações europeias, dos chamados *Brics* e também nações africanas, seriam procuradas no intuito de fortalecer relações diplomáticas e comerciais com o Brasil.

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outras.

Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades.

Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea. (SILVA, Luís Inácio Lula da, 2003, p.10-11)

Ademais, ainda no escopo sobre relações internacionais, é importante destacar o que ressalta em diferencial aos governos anteriores de Collor e FHC, as trocas comerciais. Enquanto os antecessores deixaram claro em discursos e práticas seus esforços no sentido de abertura do mercado interno para produtos estrangeiros, Lula já pontuou em prol de uma relação ativa e incisiva no mercado internacional. Em outros termos, demarcou-se por uma ação estatal na economia, diferindo do estilo de seus antecessores. Desta maneira, com ênfase para a exportação, destacou: *esforçar-nos-emos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais* (SILVA, Luís Inácio Lula da, 2003, p.9). Ademais:

...trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado, para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais. Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado. (SILVA, Luís Inácio Lula da, 2003, p.5)

Em uma análise de frequência, não se encontram menções a termos como *importar* ou *importações*. E, a despeito de apenas uma ocorrência para *exportar* e para *exportações*, tais termos estão presentes e apresentam o escopo de seu entendimento no discurso oficial.

Em odes à paz mundial e às potencialidades do Brasil e seu povo – agora com um *Supremo Mandatário da Nação*, que, outrora, era um *menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical* (SILVA, Luís Inácio Lula da, 2003, p.12-13) –, Lula termina seu discurso. É, assim, sua apresentação ao povo e ao parlamento que se formava naquele momento, com promessas para um melhor porvir, em contraponto ao que se havia feito até então (nos governos de 1990 a 2003, mais identificáveis com valores neoliberais, mas que a partir de 2003 seria refreado, não pela contestação radical, mas pela aliança, pacto social).

Em comparativo ao segundo discurso de posse, em 2007, percebe-se um documento mais enxuto (saindo de 13 páginas do discurso de 2003, para 6 quatro anos depois). Em análise a esta ocorrência, pode-se suscitar o fato de que a vitória no pleito de 2006 marcou uma tranquilidade eleitoral de Lula, seguindo uma estabilidade em relação ao governo iniciado em 2002. Além de ter repetido o feito de seu antecessor acerca da reeleição para um segundo mandato, ainda conseguiu a manutenção eleitoral com uma pequena variação entre os pleitos.⁵¹

Em agradecimentos que abrem o segundo discurso de posse, Lula destaca as trajetórias diferenciadas entre ele e seu vice, momento em que reforça a política de compactuação entre capital e trabalho.

Sou profundamente grato a essa convivência com meu companheiro José Alencar, meu vice-presidente da República. Este homem que, na minha opinião, também por obra de Deus, fez com que nós nos encontrássemos, e embora tivéssemos origens muito semelhantes, ele trilhou um caminho e eu trilhei outro: ele foi para a vida empresarial e se transformou num grande empresário, um dos maiores do nosso País, e eu trilhei o caminho do movimento sindical. E, por conta de vocês, eu me transformei numa pessoa importante na política brasileira, e quis Deus que um belo dia eu encontrasse o José Alencar em Belo Horizonte, ouvi um pronunciamento dele

⁵¹ Em 2002 e 2006, respectivamente, Lula conseguiu em segundos turnos os seguintes resultados: 61,27% contra José Serra (PSDB) e 60,83% contra Geraldo Alckmin (PSDB), de acordo com a justiça eleitoral. (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, [S.d.]).

e, depois que o ouvi falar, eu saí de lá convencido de que nós tínhamos encontrado um jeito de unificar capital e trabalho na Presidência da República e na Vice-Presidência, e saí de lá convencido de que eu tinha conquistado o meu vice. (SILVA, Luís Inácio Lula da, 2007, p.1)

Ademais, destaca diferentes categorias sociais e políticas em seus agradecimentos, numa mensagem implícita da base nacional e diversa com as quais conta para prosseguir sua gestão. Não se centrou, desta vez, tanto em avaliações críticas de governos passados e destacou o esperado nas falas oficiais dos que se reelegem, quer dizer, o entendimento acerca do *muito que se fez, mas reconhecendo que muito mais há por se fazer*. Neste escopo, destaca que se coloca como governante de todos, sem distinções, a despeito da ênfase que dá aos mais pobres, chegando a um destacado tom apelativo:

Quero olhar na cara de cada homem e de cada mulher e dizer para vocês: eu e o companheiro José Alencar, se for necessário, daremos a nossa vida para que a gente possa cumprir cada palavra e cada compromisso que assumimos com vocês, para que a gente possa fortalecer a democracia do nosso País, para que a gente possa garantir que a parte mais pobre da população seja tratada com o respeito e com a decência que deveria ter sido tratada há muito tempo. (SILVA, Luís Inácio Lula da, 2007, p.4)

Nas páginas finais, é discorrido sobre evento recente no Rio de Janeiro, quando em dezembro de 2006 uma onda de ataques criminosos assolou a cidade⁵². Destacando que origens familiares desestabilizadoras poderiam refletir na perda de valores que ocasionassem situações para a polícia tratar (mas não resolver), Lula apelou para que a sociedade como um todo atuasse em conjunto com o poder público na busca pela solução para a criminalidade. Contudo, a despeito deste chamamento à reflexão social, não se aparta em diagnosticar o evento categoricamente como terrorismo e, como tal, afirmava a necessidade de uma atuação firme do governo e, portanto, tinha *que ser combatido com uma política forte e com uma mão forte do Estado brasileiro* (SILVA, Luís Inácio Lula da, 2007, p.6). Tal tema, voltaria a ganhar espaço nos cenários político e midiático anos à frente, em um momento de desgaste do PT no poder.

Nestas exposições acerca de falas presidenciais a um público interno, percebe-se a recorrente presença do que Lula chama de *pacto social*, ou seja, a conciliação de classes que caracteriza o lulismo. Desta forma, abrindo mão de explanações acerca da diversidade (política, econômica, social e mesmo filosófica) que distancia patronato e proletariados, opta-

⁵² O Rio de Janeiro viveu um dia de terror nesta quinta-feira (28). Em ações coordenadas, criminosos atacaram ônibus, delegacias e postos da Polícia Militar na cidade. Foram 16 ataques, em menos de 24 horas. Doze ônibus foram incendiados. Ao todo, 18 pessoas morreram - nove civis, dois policiais e sete suspeitos. Trinta e duas ficaram feridas. (G1, 2006)

se pela plenitude na aliança interclassista. Assim, denota-se o tom interno com que se dirigia à população brasileira em geral e agora será comparado ao que se propunha nas falas à comunidade internacional.

4.1.2 ... numa mesa de negociação, banqueiros e bancários

A peculiaridade que mais chama a atenção nas análises de conteúdo dos discursos do então presidente Lula é que, com larga folga, se destaca no quantitativo de material decorrente da participação do político em eventos internacionais.

De certo que, relembando fontes aqui utilizadas, não é proposta fornecer análises de todo e qualquer evento que os presidentes em tela participaram. Assim, tão somente foram tratados eventos emblemáticos pela notoriedade dos ocorridos e do tipo de público que os integram (Davos, com escopo de globalização do mercado; e ONU, na diversidade de aspectos econômicos, sociais e culturais entre nações que leva a um tom mais humanitário e menos mercadológico de discurso). Desta forma, nos discursos destes acontecimentos foi notada uma participação de Lula em 3 rodadas do Fórum Econômico Mundial (2003, 2005 e 2007) e uma presença quase integral das sessões de abertura da ONU (de 2003 a 2010, apenas no último ano a presença presidencial foi representada pelo então ministro das relações exteriores, Celso Amorim).

Frente ao exposto algumas conjecturações são pertinentes, tal como a clara preocupação de ter a figura do dirigente máximo da nação falando pelo próprio país e não uma extensão burocrática de praxe por parte de diplomatas ou ministros. Na proposta de apresentar um diferencial em relação a antecessores, apenas esta característica do próprio presidente estar à frente destes eventos globais já chama a atenção. Nisto, o material analisado se conecta diretamente e em demasia com o tipo de fontes que se vale, as palavras diretas do chefe do executivo, neste caso direcionado a um público externo que, de alguma maneira, pretendia cativar para estreitar laços comerciais. Isto, por si só, não representa qualquer novidade, na medida em que se parte do pressuposto de que qualquer dirigente se põe a ouvir e ser ouvido em oportunidades de destaque internacional. A questão levantada é: sob que condições estas relações buscam ser firmadas, mediante o entendimento que o chefe da nação tem de desenvolvimento, tem da conjuntura recente de seu país?

Com Collor e FHC ficava muito claro em preâmbulos dos seus discursos externos (ainda que mais claramente nos internos) a exortação que faziam pela disponibilidade a que se punham em conversar com diferentes representações políticas, sociais e econômicas de maneira a desenvolver o crescimento do país, o clássico *povo a seu lado*. Contudo, não tardava em se encontrar elementos no conteúdo das falas aqueles que se coadunassem com marcadores neoliberais que, por fim, funcionavam como marcadores ideológicos. Estes apresentaram e realçaram uma linha mestra ideológica do neoliberalismo em que por mais de uma vez se viu a ocorrência de apoios a medidas como privatizações, internacionalização da economia com abertura ao capital estrangeiro, flexibilização/arrocho de direitos e diminuição da atividade estatal em prol de particulares.

A partir de Lula, surge inovação de prática e discurso na medida em que o mesmo apela ao que por mais de uma vez chama de *pacto social* que, nada mais é, do que já se explanou em demasia acerca da política de conciliação de classes. No intento de fazer dar as mãos classes diametralmente opostas em espectros políticos e ideológicos (a despeito de questões que os faziam divergir, como relação com meios de produção) se propõe uma efetividade não alcançada por gestões anteriores. Neste entendimento é que também se encontra ênfase nos discursos internacionais sobre esta proposta de *unir a todos* para o crescimento do Brasil. Sob esta exposição, são ilustrativas passagens de um dos primeiros discursos internacionais de Lula ainda no mês de janeiro do seu primeiro ano de mandato em Davos:

Mas, se não fosse a capacidade de interlocução que nós criamos com vários setores empresariais, possivelmente não teríamos ganho as eleições. É importante lembrar que o meu vice-presidente é um grande empresário que tem 17 mil funcionários e exporta 60% de tudo o que ele produz no Brasil. E é uma pessoa com quem eu tenho uma afinidade extraordinária, nos tratamos como companheiros, efetivamente companheiros.

E isso possibilitou que, durante o processo de campanha, nós tivéssemos conversas com banqueiros; tivéssemos conversas com empresários, grandes, pequenos e médios; tivéssemos conversas com os grandes proprietários de terra; e colocássemos, numa mesa de negociação, banqueiros e bancários, fazendeiros e trabalhadores sem-terra, grandes empregadores com desempregados. (SILVA, Luís Inácio Lula da, 2003, p.3-4)

O aspecto de conciliação interclasses é de fundamental importância, pois revela um aspecto associado à trajetória do político, bem como a inovação política que propunha de querer denotar um governo popular, mas muito preocupado em garantir bases patronais.

Amplamente conhecido por sua origem operária e de liderança sindical de metalúrgicos paulistas, portanto, se depreende que a negociação está na raiz laboral e política

de Lula. Ademais, lembre-se que o PT foi uma compilação de insatisfeitos com um Brasil ditatorial que dava seus últimos suspiros, assim como também refletia um momento da esquerda em que a revolução armada já não apresentava o afã de outrora como alternativa palpável e de amplo apoio no que entendiam jovens combatentes e militantes. Desta feita, portanto, várias foram as representações que formaram aquele partido como catolicismo de base, guerrilheiros e, da mesma categoria de Lula, sindicalistas. Estes, notórios por combaterem pela causa do trabalhador em meio aos embates de discursos e direitos com o patronato. Assim, se definia que o melhor a ser conseguido em cada disputa seria um meio termo (ainda que caracterizada como recuo de reivindicações) entre ação revolucionária e exploração da mais-valia.

E como a análise em questão se dá pelas palavras na projeção do Brasil para o mundo, o discurso amortizador de divergência entre classes é levado à consideração para organizadores de grandes eventos internacionais. Assim, foi emblemático o apelo que Lula fez pelo contato entre dois fóruns mundiais de espectros político-ideológicos diametralmente opostos (o de Davos e o Fórum Social Mundial):

Eu não sei como é que nós iríamos fazer para que os dois fóruns se entendessem. A única coisa de que eu tenho certeza é que se ficarmos no Fórum Social Mundial, reunidos em Porto Alegre e vocês aqui, no Fórum Econômico, reunidos em Davos, sem conversar, chegaremos a um novo milênio fazendo as mesmas coisas e discutindo somente entre aqueles que concordam conosco, seja aqui ou em Porto Alegre.

Eu penso que está na hora de todos nós darmos uma demonstração de que temos coragem e de que queremos criar, de verdade, um mundo novo. Eu penso que está na hora de os representantes do Fórum de Davos conversarem com os representantes do Fórum de Porto Alegre.

(...)

Mas, vocês vão perceber que tem muita coisa em comum. Isso é como numa negociação simples, entre um empregador e um sindicalista. Parece que as distâncias são enormes, mas, quando se sentam na mesa para negociar, a gente percebe que tem vários pontos que precisam apenas ser melhor ajustados, para que a gente possa colocar a política para andar.

Eu estou convencido de que é plenamente possível, pelo que eu conheço do Fórum Social Mundial, e pelo que eu conheço do Fórum aqui, por leitura, as pessoas se sentarem em torno de uma mesa. Tem muita coisa em que, para surpresa de vocês, haverá concordância entre os dois fóruns. (SILVA, Luís Inácio Lula Da, 2003, p.2)

Pelos discursos seguintes do mesmo evento de Davos a tônica pela conciliação arrefece em explicitude, mas se mantém forte na sua essência, de maneira que aquele evento de 2003 (o primeiro internacional de Lula) se marcou pelo lançamento da base teórica de sua política internacional (na consonância do que propunha internamente). Desta forma, ainda que os anos seguintes de participação de Lula no Fórum Econômico já não estivessem no contexto da euforia pelo início da primeira gestão, ainda era clara uma verdadeira admoestação por um

maior contato entre países pobres e ricos para buscarem juntos estreitamento de relações diplomáticas e comerciais. E tal apelo seguia, basicamente, pela sugestão de os ricos perdoarem dívidas objetivando a contraprestação dos pobres em investir o que seriam seus débitos internacionais em desenvolvimento interno.

O que eu penso é que a questão da dívida pode e deve, moral e eticamente... por exemplo, os países que estão pagando, mais pobres, o Fundo Monetário, ao invés de receber deveria fazer um acordo para que aquele dinheiro fosse investido em educação, um acordo para que aquele dinheiro fosse investido na agricultura familiar, em pesquisa interna, porque traria muito mais benefício para o próprio Fundo, porque, senão, fica eternamente a espada na cabeça do país, ou seja, o país nem paga e nem progride. (SILVA, Luís Inácio Lula Da, 2005, p.4-5)

No discurso do evento de 2007, Lula já numa segunda gestão e experiente nas relações exteriores (em especial com Davos), mantém sua linha-mestra de conciliação acrescida de um tom mais analítico do Brasil e do mundo dos últimos anos. Neste escopo, cita programas sociais implementados no país (como o *Fome Zero*, *Bolsa Família*, *Luz para Todos* e *Programa de Aceleração do Crescimento*) de maneira a destacar o Brasil como nação que, a despeito de suas deficiências, soube crescer com elas e se tornar um chamariz para investimentos internacionais e liderança regional na América do Sul.

Em análise de balanço pelo que foi feito (e considerando que janeiro de 2007 era o início de sua segunda gestão), Lula não desconsiderou também o potencial prospectivo do discurso para realçar pretensões para os próximos quatro anos (destaque para programas de habitação e educação pública).

É de ressaltar que até aqui não se encontraram de maneira mais evidente, como nos presidentes predecessores, marcadores neoliberais de discurso. Isto, contudo, não elimina o conteúdo de falas e práticas que apregoam a necessidade premente de uma base empresarial, da qual se espera sempre estar disponível a querer negociar com o mundo do trabalho em prol do desenvolvimento crescente e sustentável do país. Ao contrário do que possa suscitar um marcador neoliberal, em verdade, denota a ideologia da social-democracia. Afinal, entende-se o neoliberalismo como a agudização de valores clássicos do liberalismo, tal como a máxima redução no papel do Estado em diferentes âmbitos, entre eles o econômico. Isto posto, ainda que em Lula não se perceba (ao menos em primeiros momentos de seus discursos) uma ação de crítica radical, estruturante, ao sistema de mercados, também não procede uma visão de completo alinhamento entre suas falas e valores mais denotados do neoliberalismo.

Importante para o relatado acima, o que nos lembra Andrew Heywood sobre características de social-democratas (tão bem encontrado às falas aqui analisadas): *eles abandonaram o objetivo de abolir o capitalismo e, em vez disso, procuraram “reformá-lo” ou “humanizá-lo”* (HEYWOOD, 2010, p.136). Inclusive – destaque nesta busca por um capitalismo que demanda ser *esclarecido/consertado* e não derrubado – ganha nota nas falas de Lula, ao dizer que tanto por parte da esquerda em relação à direita (e vice-versa) haveria crescente diminuição de incertezas e resistências quanto ao diálogo.

Eu já percebi que houve uma melhora no Fórum de Davos, porque já não tem tanta gente fazendo barreira para impedir que as pessoas venham aqui. Parece que, muitas vezes, os setores mais à direita acham que o Fórum Social virou menos de esquerda. Eu acho que o pessoal da esquerda está achando que o Fórum de Davos virou menos direita, então, já não precisa mais barreira para impedir as pessoas de participarem. Eu quero dar os parabéns a vocês porque a teimosia e a persistência de manter o Fórum permitiu que o mundo entendesse que o Fórum era uma necessidade para que as pessoas pudessem se encontrar, trocar idéias, convergir, divergir, mas cada um sair daqui sabendo que, por mais que façamos, sempre temos que fazer um pouco mais. (SILVA, Luís Inácio Lula Da, 2007a, p.8)

E se o contexto argumentativo do Fórum Econômico girava ao redor de oportunidades mercadológicas, na ONU, como sinalizado outrora, destacou-se pela ênfase quanto a pautas sociais. Isto, certamente, não elimina a oportunidade de dirigentes tornarem ações (feitas e pretendidas) *vitrines* apresentadas objetivando o estreitamento de futuros laços comerciais. Neste entendimento, as falas de Lula nas Nações Unidas iniciaram com sua primeira aparição já no primeiro ano de sua gestão (2003), nove meses após a posse. Assim, ainda que em poucos meses de exercício, uma análise retrospectiva já foi apresentada.

Em um primeiro momento foi discorrida uma exortação à multilateralidade como recurso argumentativo que procurasse deixar clara que a filosofia política do governo brasileiro de então se coadunava com os fundamentos da ONU em buscar a prevalência da diplomacia sobre a escalada de tensão internacional. A partir deste ponto foi destacada a atuação do Brasil na relação com vizinhos latinos e como isto projetava o potencial de *soft power* para o mundo no fortalecimento comercial e diplomático com outros continentes.

Neste contexto, nossa relação com a Argentina é fundamental. A América do Sul afirma-se, cada vez mais, como região de paz, democracia e desenvolvimento, que pode, inclusive, ser uma nova fronteira de crescimento para a economia mundial há anos estagnada. Além de aprofundar as relações já muito relevantes com nossos tradicionais parceiros da América do Norte e da Europa, buscamos ampliar e diversificar nossa presença internacional. Nas parcerias com a China e com a Rússia, estamos descobrindo novas complementaridades. Somos, com muito orgulho, o país com a segunda maior população negra do mundo. Em novembro, deverei visitar cinco países da África Austral, para dinamizar nossa cooperação econômica, política, social e cultural.

Vamos também realizar um encontro de cúpula entre os países sul-americanos e os Estados que compõem a Liga Árabe. Com a Índia e a África do Sul estabelecemos um foro trilateral, orientado para a concertação política e projetos de interesse comum.

O protecionismo dos países ricos penaliza injustamente os produtores eficientes das nações em desenvolvimento. Além disso, é hoje o maior obstáculo para que o mundo possa ter uma nova época de progresso econômico e social.

O Brasil e seus parceiros do G-22 sustentaram na reunião da OMC em Cancún que esta grave questão pode ser resolvida por meio da negociação pragmática e mutuamente respeitosa, que leve à efetiva abertura dos mercados. Reafirmo nossa disposição de buscar caminhos convergentes, que beneficiem a todos, levando em conta as necessidades dos países em desenvolvimento.

Somos favoráveis ao livre comércio, desde que tenhamos oportunidades iguais de competir. A liberalização deve ocorrer sem que os países sejam privados de sua capacidade de definir políticas nos campos industrial, tecnológico, social e ambiental. (SILVA, Luís Inácio Lula da. In: CORRÊA, 2012, p.842-843)

O trecho acima é interessante pois apresenta, ainda que de forma não tão destacada como outros temas (justiça social, multilateralismo, diplomacia), a explicitação referente ao livre comércio em um contexto de liberalização econômica. Curiosamente, é visto de uma forma mais clara neste discurso da ONU o que em Davos se especulava tratar do mesmo caso só que não tão evidente. Desta forma, dissonante com os pressupostos teóricos que embasam o entendimento de marcadores ideológicos do neoliberalismo, é de ressaltar que Lula se vale de princípios do liberalismo para *jogar* em condições favoráveis para o Brasil. Quer dizer, são perceptíveis elementos como revisão do protecionismo alfandegário, liberdade econômica, fomento da justiça mediante meritocracia e tolerância com intuito de obtenção de vantagens comerciais e diplomáticas. Em outros termos, tratar-se-iam de *políticas nos campos industrial, tecnológico, social e ambiental* precipuamente elaboradas sob condições de interesse do país em que ocorrem demandas destas áreas e não por parte de investidores/especuladores estrangeiros. Portanto, no já discorrido perfil social-democrata da gestão Lula, denota-se a ação estatal em um intervir nos diferentes âmbitos com intuito de promover o desenvolvimento em um processo de menor tensão entre capital e trabalho, tanto na relação interna quanto com potenciais investidores internacionais.

Percebe-se na fala de Lula que pressupostos neoliberais são ferramentas para criar recursos argumentativos que permitissem ao Brasil cobrar (sobretudo de países ricos) tão somente o que se exigisse dele em ceder. Frente a este exposto, se esclarece a maior definição acerca do lulismo, nem tanto à esquerda e nem totalmente de direita. Na fala em questão, o liberalismo não é confrontado, muito pelo contrário. Entretanto, se queria estabelecer parâmetros ao Brasil que lhe garantisse a promoção do desenvolvimento nacional antes de alguma contraprestação (como apresentação de um vasto mercado brasileiro a investidores estrangeiros) nos negócios globais.

Para corroborar o acima colocado, Lula discorre na sequência deste seu primeiro discurso na ONU sobre um flagelo mundial: fome. Desta forma, com a proposta de um *mercado global mais humano* se combateria um grande mal, inclusive tendo como exemplo iniciativa brasileira com o programa Fome Zero (destacado na parceria entre poderes público e privado).

Na manutenção da tônica discursiva de ações pelo combate à fome, Lula seguiu em seu discurso no ano seguinte (2004), quando novamente abriu a sessão ordinária de Assembleia Geral da ONU. Em verdade, a palavra-chave foi *multilateralidade*, apenas corroborando um dos embasamentos temáticos de sua fala anterior. Neste sentido, também não se perceberam afrontas ao sistema do capital, a despeito das críticas que teceu pela necessidade maior da comunidade das nações agirem em combate contra a fome e ao terrorismo (elementos elencados para ilustrar o impacto na paz mundial).

Da crueldade não nasce o amor. Da fome e da pobreza jamais nascerá a paz. O ódio e a insensatez que se alastram pelo mundo nutrem-se dessa desesperança, da absoluta falta de horizontes para grande parte dos povos.

(...)

A Humanidade está perdendo a luta pela paz.

Só os valores do Humanismo, praticados com lucidez e determinação, podem deter a barbárie. A situação exige, dos povos e dos seus líderes, um novo senso de responsabilidade individual e coletiva.

Se quisermos a paz, devemos construí-la. Se quisermos de fato eliminar a violência, é preciso remover suas causas profundas com a mesma tenacidade com que enfrentamos os agentes do ódio.

O caminho da paz duradoura passa, necessariamente, por uma nova ordem internacional, que garanta oportunidades reais de progresso econômico e social para todos os países.

Exige, por isso mesmo, a reforma do modelo de desenvolvimento global e a existência de instituições internacionais efetivamente democráticas, baseadas no multilateralismo, no reconhecimento dos direitos e aspirações de todos os povos. (SILVA, Luís Inácio Lula da. In: CORRÊA, 2012, p.855)

E no fim deste discurso, não se descartou um tom messiânico no apelo às delegações internacionais por sua exposição (um estilo muito associado a Collor e mais que avesso ao *modus* de FHC):

Não haverá segurança nem estabilidade no mundo enquanto não construirmos uma ordem mais justa e mais democrática. A comunidade das nações precisa dar resposta clara e inequívoca a esse desafio.

Haveremos de encontrá-la nas sábias palavras do profeta Isaías: “A paz só virá como fruto da Justiça”. (SILVA, Luís Inácio Lula da. In: CORRÊA, 2012, p.859)

As palavras acima destacam, portanto, que não se pode identificar evidências da ideologia neoliberal, a despeito de não haver tom incisivo contra o capital. Assim, considera-

se que a pregação por valores humanistas (tal qual desenvolvimento econômico equilibrado com benefícios sociais para todos em uma multilateralidade internacional) representam pressupostos teóricos (democracia e igualdade) que vão de encontro ao neoliberalismo (agudização de valores liberais, com o máximo de um Estado mínimo).

No ano de 2005, o discurso de abertura da assembleia geral da ONU foi representado pelo então ministro das relações exteriores, Celso Amorim. A presença de Lula ocorreu apenas em eventos adicionais ao de abertura, contudo (considerando que em regra se analisariam as falas presidenciais na sessão ordinária de abertura), suas palavras também foram verificadas no conjunto dos três eventos em que ocorreram (sobre financiamento ao desenvolvimento, reunião de cúpula do conselho de segurança da ONU e sobre implementação das metas do milênio⁵³). Não se verificaram inovações argumentativas em relação aos discursos anteriores de 2003 e 2004, de maneira que o escopo geral ficou na exortação de combate à fome e pobreza, apresentação de programas sociais do Brasil neste sentido, bem como o exemplo brasileiro na diplomacia e comércio exterior no estreitamento de laços com países latinos e africanos. Portanto, ações estatais (e não liberalizantes) para o desenvolvimento nacional.

Pelo ano de 2006, novamente com enfoque do discurso presidencial na sessão ordinária de abertura da Assembleia Geral da ONU, Lula prossegue em destaque argumentativo pela luta contra a fome, a pobreza e a miséria (tônicas presentes em todos os discursos na ONU). Neste contexto argumentativo, não deixa de destacar ações do Brasil, como o programa *Fome Zero* e seu maior componente, a iniciativa do *bolsa família*. Aqui é importante uma explanação a respeito, pois se tratou de iniciativa do governo federal com intuito de transferir renda a pessoas de baixa renda mediante contraprestação, como comprovação de hipossuficiência, presença escolar e vacinação⁵⁴.

Os programas de transferência de renda como o do governo federal poderiam ser suscitados sob uma ótica liberal, se visto pela explanação de Milton Friedman, ao afirmar que *o programa deveria, tanto quanto possível, uma vez que opera através do mercado, não distorcer o mercado nem impedir seu funcionamento* (FRIEDMAN, 2017, p. 193). Assim, no que Friedman chamou de *imposto de renda negativo*, funcionaria da seguinte forma:

⁵³ Programa elaborado pelas Nações Unidas em setembro de 2002 com intuito de melhora global em um grupo de temas como erradicação da pobreza e fome, redução da mortalidade infantil, combate à AIDS, promoção da educação básica universal, entre outros

⁵⁴ *No que diz respeito às condicionalidades, é exigida a frequência escolar de 85% para crianças e adolescentes de seis a 15 anos. E de 75% para 16 e 17 anos. É cobrada também a vacinação, bem como o pré-natal das mães. Por fim, exige-se a presença em programas socioeducativos. O benefício é pago preferencialmente à mãe.* (THOMÉ, 2013, p.111)

O programa está especificamente dirigido para o problema da pobreza. Fornece uma ajuda sob a forma mais útil para o indivíduo, isto é, dinheiro. É de ordem geral e pode substituir o grande conjunto de medidas atualmente existentes. Explicita o custo que impõe à sociedade. Opera fora do mercado. Como qualquer outra medida para mitigar a pobreza, reduz o incentivo para que os ajudados se ajudem a si próprios, mas não o elimina inteiramente, como o faria um sistema de suplementação das rendas até um mínimo estabelecido. Um dólar extra ganho significa sempre mais dinheiro disponível para gastar. (FRIEDMAN, 2017, p.193)

Contudo, no que se reitera que os programas sociais lulistas atuaram essencialmente pelo Estado mais que pelo mercado, também há um entendimento de que, ao fim, o programa bolsa família – ainda que possa ter sua tipologia oriunda em uma concepção liberal – acaba por se categorizar como um programa social-democrata, na medida em que destaca pela ação governamental. Nisto, porém, é importante realçar que a própria ideologia da social-democracia se apresenta como crítica ao capitalismo, mas atuando dentro dele e sem intuito de derrubá-lo, mas tão simplesmente reformá-lo, visando uma versão menos gananciosa.

O estado social-democrata pode, assim, ser definido como aquele que existe dentro do capitalismo, contudo intervém tentando reduzir os efeitos de mercado, de modo a propiciar um maior bem-estar ao cidadão, gerando, de forma concomitante, maior bem-estar à sociedade como um todo. (THOMÉ, 2013, p.21)

O entendimento final, portanto, é de que - a despeito de uma origem teórica liberal - programas de transferência de renda como o bolsa família (rotineiramente destacado por Lula) seria de caráter social-democrata, por ser ação eminentemente estatal. E ainda que não se despreze o intento em amortizar tensões entre classes – sem compromisso imediato ou gradativo em afetar estruturalmente o sistema do capital – em verdade, o lulismo se adapta ao sistema. Isto ocorre com ações de um *welfare state*, um tipo de liberalismo moderno, sem se identificar propriamente com algo mais incisivo do capitalismo, ou seja, neoliberalismo⁵⁵. Neste sentido, são ilustrativas as palavras de Emir Sader:

De força antissistêmica, o PT transformou-se primeiramente em força reformista, de caráter socialdemocrata, e, em seguida, ao longo da campanha eleitoral e no primeiro mandato de Lula, num híbrido de social-liberalismo hegemônico, com uma política externa soberana (...) e com políticas sociais redistributivas. (SADER, 2009, p.81)

⁵⁵ Neste sentido (de crítica ao sistema, mas sem abalos radicais/estruturais) esta promoção por um Estado de bem-estar social lulista faz interseção com um keynesianismo, na medida em que *o controle de busca keynesiano prometia proporcionar aos governos a capacidade de manipular os índices de emprego e de crescimento e garantir, assim, a prosperidade geral. Como ocorria com a provisão de bem-estar social, os liberais modernos consideravam construtivo o controle da economia, por promover prosperidade e harmonia na sociedade civil. Keynes não se opunha ao capitalismo; na verdade, em muitos aspectos, até o salvou. Ele apenas argumentava que o empreendimento privado irrestrito é inviável em sociedades industriais complexas.* (HEYWOOD, 2010, p. 70)

No retorno às análises de conteúdo dos discursos, percebe-se com ênfase nas falas à comunidade das nações que Lula destaca seus programas de combate à miséria como ferramenta de projeção internacional do Brasil em um escopo de *soft power*.

Oferecendo um programa que se mostra como um tipo de *terceira via*, suscita uma iniciativa palpável para que países implementem ações estatais de diminuição da desigualdade sem qualquer afronta ao capitalismo. Para além do lulismo em terras nacionais, um aspecto bem característico desta política de conciliação de classes, portanto, é exportada para o mundo.

Mas apesar deste aspecto explanado sobre o fome zero e bolsa família, os discursos apresentaram uma mudança de tom a partir do ano de 2007. Assim, denota-se que direcionamentos menos liberais e mais de ação do Estado se fizeram presentes nas falas analisadas, inclusive, com críticas mais contundentes à sociedade de mercado e países ricos.

As exortações ao combate à fome e miséria se mantiveram, mas começaram a dividir espaço com outro aspecto mais presente nas considerações internacionais: políticas ambientais e de crítica ao acúmulo capitalista.

Não nos iludamos: se o modelo de desenvolvimento global não for repensado, crescem os riscos de uma catástrofe ambiental e humana sem precedentes. É preciso reverter essa lógica aparentemente realista e sofisticada, mas na verdade, anacrônica, predatória e insensata, da multiplicação do lucro e da riqueza a qualquer preço. Há preços que a humanidade não pode pagar, sob pena de destruir as fontes materiais e espirituais da existência coletiva, sob pena de destruir-se a si mesma. A perenidade da vida não pode estar à mercê da cobiça irrefletida. O mundo, porém, não modificará a sua relação irresponsável com a natureza sem modificar a natureza das relações entre o desenvolvimento e a justiça social. Se queremos salvar o patrimônio comum, impõe-se uma nova e mais equilibrada repartição das riquezas, tanto no interior de cada país como na esfera internacional. (SILVA, Luís Inácio Lula da. In: CORRÊA, 2012, p.916)

Para a pauta ambiental, o discurso de 2007 ainda foi corroborado pela explanação acerca das vantagens do biocombustível como alternativa menos poluente para uso em automóveis. E para 2008, foi seguida esta nova tônica de ambientalismo e críticas ao acúmulo desenfreado:

Esta Assembleia realiza-se em um momento particularmente grave. A crise financeira, cujos presságios vinham se avolumando, é hoje uma dura realidade. A euforia dos especuladores transformou-se em angústia dos povos após a sucessão de naufrágios financeiros que ameaçam a economia mundial. As indispensáveis intervenções do Estado, contrariando os fundamentalistas do mercado, mostram que é chegada a hora da política. Somente a ação determinada dos governantes, em especial naqueles países que estão no centro da crise, será capaz de combater a desordem que se instalou nas finanças internacionais, com efeitos perversos na vida cotidiana de milhões de pessoas. A ausência de regras favorece os aventureiros e

oportunistas, em prejuízo das verdadeiras empresas e dos trabalhadores. É inadmissível, dizia o grande economista brasileiro Celso Furtado, que os lucros dos especuladores sejam sempre privatizados e suas perdas, invariavelmente socializadas. O ônus da cobiça desenfreada de alguns não pode recair impunemente sobre os ombros de todos. A economia é séria demais para ficar nas mãos dos especuladores. A ética deve valer também na economia. (SILVA, Luís Inácio Lula da. In: CORRÊA, 2012, p.933)

E ainda:

As crises alimentar e energética estão profundamente entrelaçadas. Na inflação dos alimentos estão presentes – ao lado de fatores climáticos e da especulação com as commodities agrícolas – os aumentos consideráveis do petróleo, que incidem pesadamente sobre o custo de fertilizantes e transporte. A tentativa de associar a alta dos alimentos à difusão dos biocombustíveis não resiste à análise objetiva da realidade. A experiência brasileira comprova – o que poderá valer também para outros países com características semelhantes – que o etanol de cana-de-açúcar e a produção de biodiesel diminuem a dependência de combustíveis fósseis, criam empregos, regeneram terras deterioradas e são plenamente compatíveis com a expansão da produção de alimentos. Queremos aprofundar esse debate, em todos os seus aspectos, na Conferência Mundial sobre biocombustíveis que convocamos para novembro, na cidade de São Paulo. (SILVA, Luís Inácio Lula da. In: CORRÊA, 2012, p.935-936)

De forma peremptória, Lula prosseguiu no discurso na tribuna da ONU, em 2009, em crítica à sociedade de mercado, bem como apelos por uma maior multilateralidade e ações ambientais. No que deixou bem claro serem três temas principais deste seu discurso, resumiu a pauta em *persistência da crise econômica, a ausência de uma governança mundial estável e democrática e os riscos que a mudança climática traz para todos nós* (SILVA, Luís Inácio Lula da. In: CORRÊA, 2012, p.945).

Ao efetuar menções à crise econômica mundial em 2008, foram tecidas contundentes observações acerca dos pressupostos da sociedade de mercado de tempos recentes, com destaque para a concepção de Estado mínimo; um discurso sob escopo antineoliberal. Assim, é emblemático o seguinte trecho:

Mais do que a crise dos grandes bancos, essa é a crise dos grandes dogmas. O que caiu por terra foi toda uma concepção econômica, política e social tida como inquestionável. O que faliu foi um insensato modelo de pensamento e de ação que subjugou o mundo nas últimas décadas. Foi a doutrina absurda de que os mercados podiam autorregular-se, dispensando qualquer intervenção do Estado, considerado por muitos um mero estorvo. Foi a tese da liberdade absoluta para o capital financeiro, sem regras nem transparência, acima dos povos e das instituições. Foi a apologia perversa do Estado mínimo, atrofiado, fragilizado, incapaz de promover o desenvolvimento e de combater a pobreza e as desigualdades; a demonização das políticas sociais, a obsessão de precarizar o trabalho, a mercantilização irresponsável dos serviços públicos. A verdadeira raiz da crise foi o confisco de grande parte da soberania popular e nacional – dos Estados e dos governos democráticos – por circuitos autônomos de riqueza e de poder.

Afirmar que era chegada a hora da política. Disse que governantes – e não tecnocratas arrogantes – deveriam assumir a responsabilidade de enfrentar a

desordem mundial. O enfrentamento da crise e a correção de rumo da economia mundial não poderiam ficar apenas a cargo dos de sempre. Os países desenvolvidos – e os organismos multilaterais onde eles eram hegemônicos – foram incapazes de prever a catástrofe que se iniciava e, menos ainda, de preveni-la. Os efeitos da crise se espalharam por todo o mundo, golpeando inclusive e sobretudo àqueles que há anos vinham reconstruindo suas economias com enormes sacrifícios. Não é justo que o custo da aventura especulativa seja assumido pelos que nada tem a ver com ela: os trabalhadores e as nações pobres ou em desenvolvimento. (SILVA, Luís Inácio Lula da. In: CORRÊA, 2012, p.946)

Neste discurso, último na ONU e também em seu último ano de mandato presidencial, se verificou uma mudança no estilo argumentativo iniciado no discurso de 2007. Claramente questões ambientais e colocações mais corriqueiras e incisivas contra o sistema de mercado ganharam mais espaço. Nada que categoricamente colocasse em xeque a estrutura liberal global, porém, denotaram-se argumentações antissistêmicas num tipo de contexto argumentativo que levasse à reflexão em prol de um modelo liberal mais justo. Tratar-se-ia do que bem rotulou Emir Sader como sendo a proposta pro mundo do que o lulismo criou como sendo um social-liberalismo, ou de forma ainda mais pertinente, tal qual o discorrido neste trabalho, social-democracia.

4.1.3 *Brasil, desenvolvimento, mundo e outros*

Para a confecção da nuvem de palavras desta seção sobre o governo Lula, relembre-se, foram considerados os discursos presidências de posse (2003 e 2007), bem como discursos destinados à comunidade internacional.

Para os eventos estrangeiros se destacam os seguintes quantitativos: Fórum Econômico Mundial de Davos (3 discursos, em 2003, 2005 e 2007) e ONU (09 discursos: de 2003 a 2009, havendo 3 momentos de fala em 2005). Ao total de discursos domésticos e internacionais, portanto, 13 documentos compuseram as análises.



Fonte: produção do autor em www.wordclouds.com

Em uma abordagem comparativista desta nuvem de palavras com as dos chefes de Estado precedentes, o que de imediato chama a atenção é a ausência de termos com grande índice de frequência como *economia* ou *econômico* (presentes nas análises em Collor e FHC).

Não que necessariamente representem termos opostos, contudo, ênfases em pautas econômicas costumam ser associadas a discursos de caráter mais mercadológico em termos de políticas de desenvolvimento. Por outro lado, o realce em temas sociais como base de uma economia (que viria no esteio e não na origem de desenvolvimento nacional), não raramente, encontram principal nicho entre falas e práticas de representações de esquerda e/ou social-democratas. E tal entendimento ganha corpo pelas próprias análises dos perfis políticos aqui estudados.

Para um decênio claramente marcado por políticas neoliberais – como foi do findar dos anos 80 ao início do novo século –, questões econômicas se mostraram a base sobre a qual se assentariam a concretização do próspero futuro prometido. Com vistas de

internacionalização do mercado brasileiro, sob o escopo de maior abertura ao capital estrangeiro (via investimentos de capitais, compra de estatais e difusão de produtos estrangeiros entre consumidores brasileiros), os cálculos para as cifras de um tesouro público recheado apresentavam convicção de que o porvir seria melhor...ainda que com sacrifícios.

À revelia do povo brasileiro, os sacrifícios foram pagos, mas a contraprestação de um Estado de bem-estar ficou aquém e ainda por cima com uma exposição maior da economia nacional ao capital estrangeiro. E frente a este quadro, surgiram Lula e o PT com a promessa de preencherem este *gap*, o de promessas não cumpridas. Afinal, *ou a gente acaba com eles, ou eles acabam com o Brasil. Xô, corrupção*.⁵⁶

Acerca de termos em realce no resultado da nuvem de palavras, alguns termos valem algumas observações. Desta forma, há *social* que, ainda que também presente nas falas de presidentes anteriores, em comparação, com Lula denota-se uma frequência maior evidenciada pela nuvem. Neste sentido, a razão se dá pela maior preocupação em demarcar um *desenvolvimento* (outro termo recorrente entre todos os presidentes, afinal algo buscado por qualquer chefe nacional) baseado, a partir da gestão de 2003, no escopo de um reconhecimento internacional.

Desta forma, não se negavam investimentos estrangeiros, contudo, passou a existir uma maior imposição do Brasil quanto à exigência de crescente multilateralidade e menos protecionismos no comércio global, em especial no tocante a países mais pobres. Assim, o termo *ricos* surge de forma evidenciada a partir das análises dos discursos de Lula, não como apologia a esta classe, mas ao contrário, em um contexto de crítica quando, por exemplo, fala na ONU (já em 2003) que o *protecionismo dos países ricos penaliza injustamente os produtores eficientes das nações em desenvolvimento*. (SILVA, Luís Inácio Lula da. In: CORRÊA, 2012, p.842-843)

Outro termo de destaque trazido pelas análises das falas de Lula é *fome*⁵⁷, de maneira que tal espectro deste flagelo no Brasil e no mundo não é negada. Em vez disso, o termo em questão torna-se evidenciado como algo presente no país e, portanto, um sério problema a ser resolvido (afinal, *Fome Zero* foi um programa específico para isso), bem como se tornando assim um exemplo de boa prática a ser apresentada ao mundo. Desta forma, a questão foi pontuada desde o discurso de posse na primeira gestão, quando afirmou: *Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação,*

⁵⁶ Slogan de campanha eleitoral do PT em 2001. (GUANDALINI, 2011)

⁵⁷ O termo também aparece em FHC, contudo, nada que tenha gerado destaque quando da nuvem de palavras

desemprego e fome (SILVA, Luís Inácio Lula da, 2003, p.1). Novamente, em visão retrospectiva de uma década anterior marcada por práticas neoliberais que não trouxeram os prometidos desenvolvimento e equidade social, Lula demarcou o esgotamento de projetos que, na prática, não beneficiava uma maioria.

Em um crescendo ao longo de 8 anos de presidência, percebeu-se uma política de conciliação nacional interclassista enfatizada nos primeiros momentos, mas que – a despeito ter sido marca registrada ao longo de toda a duração de Lula como presidente – foi cada vez mais dividindo espaço com críticas ao sistema financeiro. Emblemático desta análise é a passagem, de 2009, quando em discurso na ONU Lula proferiu, em referência a origem de grandes desigualdades dos anos anteriores: *Foi a doutrina absurda de que os mercados podiam autorregular-se, dispensando qualquer intervenção do Estado* (SILVA, Luís Inácio Lula da. In: CORRÊA, 2012, p.946).

Desta maneira, neste equilíbrio entre indisposições discursivas ao sistema de mercado com busca de entendimento com detentores do capital, há a demarcação de um liberalismo moderno, social-democracia, como exposto nesta pesquisa. Algo, portanto, que não se aproxima de uma política de esquerda radical e revolucionária, mas ao mesmo tempo rompe com o neoliberalismo, entendido como versão selvagem do liberalismo no mínimo de um Estado a atuar pelos cidadãos.

Em relação a Lula, para a questão-problema deste trabalho acerca de onde estaria o neoliberalismo nos discursos presidenciais, se teria como resposta a evidência de que seriam próximos ao inexistente. Assim, apesar de uma primeira vista poder tornar tentador o apontamento de pressupostos neoliberais em práticas de conciliação e amenizadora de tensão entre classes sociais, como se analisou, isto não seria pertinente. Mesmo a rotulação do lulismo sendo um *social-liberalismo*, como posto em tom de crítica por Emir Sader, não se pode categoricamente atrelar as falas de Lula ao neoliberalismo ou algo muito próximo.

Com o *social* ganhando um destaque não visto nas nuvens de palavras anteriores, a preocupação rotineira pelo *brasil*, em eterno *desenvolvimento*, persiste no entendimento de integrá-lo cada vez mais ao *mundo*. É claro, por toda revisão histórica e política, de que se busca um maior reconhecimento *internacional*, nada de inovador em relação aos desejos dos presidentes anteriores, mas com Lula ganha inovação no sentido de atuar com as regras do liberalismo para favorecer o país em negociações mais vantajosas.

Com o corriqueiro destaque para *fome*, se apresentava questão a ser revolvida no Brasil e no mundo para a alcançar a *paz*...diplomática, humanitária e comercial. Assim, trazendo o que se poderiam considerar pautas tipicamente de esquerda (justiça social, diminuição de desigualdades, críticas à riqueza desenfreada), em verdade, se atuava numa forma de garantir o amortecimento de tensão interclasses, mitigando iniquidades sem afetar a estrutura capitalista.

4.1.4 PT em transição

O Lula dos anos 70 e 80, portanto – ainda que não fosse aquele com o peso imensamente maior da responsabilidade de ter um presidente da república – se denotou pelo aspecto conciliatório que já estava em seus primórdios políticos. Desta forma, passa em desconsideração (mesmo por representações da esquerda) que o comprometimento com um governo antissistêmico da parte de Luís Inácio é variável ao longo de seus discursos. Contudo, um aspecto se destaca: sendo Lula menos do embate e mais da amortização das divergências interclasses, um grande flanco se abriu para a presença e interferência dos donos do capital (e seu imenso poderio de detenção dos meios de produção) nas diretrizes governamentais. Tudo, entretanto, não categoricamente sob um escopo neoliberal, mas sob uma ótica social-democrata.

A prova de fogo para a blindagem petista promovida pelo escudo da conciliação de classes ocorreu já no segundo ano do primeiro mandato de Lula quando o escândalo de Waldomiro Diniz (ligado à José Dirceu, então ministro da Casa Civil) estourou expondo o assessor de Dirceu pedindo propina ao bicheiro Carlinhos Cachoeira. O caso se popularizou como o escândalo do *mensalão*, suposto esquema de compra de votos de parlamentares para aprovação de pautas no congresso.

O que poderia ter sido fatal para o recém-nascido governo do PT não foi impeditivo para uma era que duraria mais de 13 anos, rendendo a geração de diversos programas sociais, mais uma reeleição para Lula e dois mandatos (quase completos) a quem lhe sucedeu. A conciliação, se rendia bons frutos, tinha seu preço a pagar para garantir apoio dos contrários.

E no que tange ao cerne desta pesquisa (conteúdo de discursos), percebe-se que nas análises feitas ocorreu uma gradação argumentativa em direção a críticas mais contundentes ao sistema de mercados. Assim, se percebeu grande ênfase na conciliação nacional nos

primórdios de sua proposta (*Carta ao Povo Brasileiro*) e contenção em expressividades mais incisivas contra o capital, um tipo de hesitação que diminuiu nas falas de anos próximos ao fim de sua segunda gestão. Emblemático desta são as críticas ao consumo desenfreado e afetações à classe trabalhadora promovida pela especulação internacional, destacadas nos discursos proferidos na ONU.

As palavras de Lula em terreno internacional (a despeito de uma movimentação argumentativa que variou de uma condescendência com o mercado para críticas contundentes ao capital financeiro) lhe renderam lastro político estrangeiro, útil para lidar com turbulências domésticas. Este fato, aliado a um histórico de sindicalista (e, portanto, negociador) permitiu que navegasse com maestria em mares agitados durante 8 anos. E tal perfil, essencialmente mediador, pareceu diferir de quem lhe sucedeu, uma personalidade de maior embate.

Dilma Rousseff, ex-militante armada contra a ditadura dos generais e sem uma trajetória política parlamentar ou de chefia executiva, se tornou a indicação de Lula e do PT para a continuidade petista na presidência.

Sob a análise de conteúdo dos discursos, paralelamente na consideração pelas origens políticas mais combativas que as de Lula, teria apresentado a gestão Dilma uma maior radicalização das pautas populares, a presença de reminiscências do lulismo (e seu *social-liberalismo*) ou – âmagos desta pesquisa – mais evidentes marcadores de discurso neoliberal?

4.2 Dilma: *Fazer face às intempéries*

Ninguém vai falar para contrariar o presidente da República. Então têm estilos diferenciados.

Luís Inácio Lula da Silva⁵⁸

É evidente que não teria como prever o que haveria de enfrentar a primeira mulher eleita para a presidência da república, mas ainda que sem o saber, Dilma Rousseff já deixava registrado em 2011 (ainda que numa fala de contexto burocrático) que intempéries estariam por vir. Isto ganha realce pelo momento em que se deu: um momento de troca ministerial (a

⁵⁸ Citação retirada de entrevista de Lula concedida ao Jornal *Correio Braziliense*. (CORREIO BRAZILIENSE, 2019)

quarta em menos de um ano de governo) oriunda de denúncias de corrupção contra Wagner Rossi, fazendo este ser substituído por Mendes Ribeiro. Assim, neste momento, tecia agradecimentos ao antecessor e desejava boas-vindas ao novo titular da pasta, elencando prioridades do ministério e, desta forma, destacando que para o ministro e governo em geral, dificuldades estariam à frente. O prelúdio para o que se avolumaria (?!).

Já no referente à epígrafe desta sessão, denota-se pelas palavras do próprio Lula – quando em análise sobre o governo de sua sucessora presidencial – caracterizando esta como *uma pessoa cheia de autoafirmação*. É perceptível a clara intenção de definir a diferença de personalidades na presidência quando pontua que entre ele e Dilma, esta teria uma resistência maior em ouvir:

Eu, por exemplo, nas minhas reuniões presidenciais, eu nunca comecei uma reunião falando. Se você é o presidente e você começa falando, acabou, ninguém mais vai falar. Ninguém vai falar para contrariar o presidente da República. Então tem estilos diferenciados. (CORREIO BRAZILIENSE, 2019)

Após 3 anos do segundo caso de impedimento pós-ditadura, esta fala de Lula quase surpreende pelo fato de uma característica tão própria de Dilma não tivesse sido considerada quando do apoio de Lula e do PT para indicação dela à sucessão presidencial. Desta forma, a despeito desta demarcação de estilos diferentes, não se elimina o fato de que Dilma recebeu o apoio do partido para que o projeto do lulismo prosseguisse, ainda que sob um direcionamento mais *incisivo* de Dilma. Porém, uma nova *batuta* necessariamente representaria uma nova *música* para trabalhadores e para o mercado?

Em inícios de gestão, numa análise econômica:

O primeiro governo Dilma aprofundou, em alinhas gerais, as políticas do governo Lula. Quase 50% do orçamento federal foi consagrado para pagar a dívida pública. Mas as condições econômicas eram cambiantes: o PIB cresceu menos de 1% anual por oito trimestres consecutivos. Ao recorde da dívida pública federal somou-se a dívida dos estados, em primeiro lugar do Rio Grande do Sul, devendo à União 215% de sua receita líquida, seguida por Minas, São Paulo e Rio (os quatro maiores estados do Brasil). (COGGIOLA, 2019, p. 135)

E em uma análise política:

... a instabilidade parecia ser ainda maior. O governo Dilma enfrentou, já no seu primeiro mandato, altos níveis de corrupção em seus principais ministérios (...). A “faxina” proposta por Dilma, como ficaram conhecidas as ações da presidenta, acabou gerando instabilidade, tensão e descontentamento na base aliada: “o clima na base aliada está como no Rio Grande do Sul de manhã cedo: gelado e com cerração”, afirmou o presidente da Câmara Marco Maia (PT/RS) na época. (CREMONESE, 2019, p.77-78)

A despeito de, assim como seu antecessor, Dilma ter enfrentado sérios casos de corrupção durante seu governo já no início, no caso dela se percebeu uma crescente tensão entre os três poderes e mesmo da presidência com a população. Desta forma, chamou a atenção o destaque que o governo, em 2012, deu ao superávit de aproximadamente 30 bilhões de dólares (alçando o Brasil à posição de sexta economia do mundo), ao mesmo tempo em que investimentos se mostravam aquém daquele potencial demonstrado, gerando lutas sociais inclusive com greve de professores universitários acompanhado de *todo o funcionalismo público federal do Brasil (mais de um milhão de trabalhadores)* (COGGIOLA, 2019, p.142).

Acrescido àquele clima de instabilidade que se refletia em perda de apoio parlamentar, ocorridos como as chamadas *jornadas de junho* de 2013⁵⁹ e a aprovação da lei antiterrorismo em 2016 (duramente criticada por juristas e entidades de defesa dos direitos humanos) precarizaram um clima já bastante tenso para a presidência de Dilma.

Com o que a história recente demonstrou, uma articulação política e judiciária acabou por gerar o *impeachment* da presidenta. E a queda de seu governo também representou uma crise das esquerdas em geral, na medida em que:

A crise da esquerda mostrou que não havia nenhum “substituto à esquerda” do PT. A crise do Brasil evidenciou que o aspecto central da etapa política latino-americana era a crise transversal do poder, muito mais do que uma “mudança de ciclo (pós-populista)”. O grande capital procurava instalar “governos de ajuste”, sem ter, no entanto, reunido ainda os meios econômicos e políticos de seu projeto. Para além de algumas mobilizações antigolpistas, e de pronunciamentos de intelectuais universitários, os grandes afetados pelo conteúdo do golpe, os trabalhadores, não se mobilizaram. (COGGIOLA, 2019, p.201)

Frente a este panorama de revisão histórica e política da última parte que compõe este trabalho, fica a questão que fundamenta a análise das fontes: entre promessas feitas e diferentes públicos contatados (população brasileira e comunidade internacional) haveria e, caso sim, como se mostrariam eventuais marcadores ideológicos de discurso do neoliberalismo em mais uma gestão apresentada como sendo um governo dos trabalhadores?

⁵⁹ Iniciadas em crítica ao aumento de passagens nos transportes públicos, mas extrapolaram para críticas maiores, como altos investimentos para construções destinadas à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

4.2.1 *Pagamos o preço da nossa ousadia*

Desde Fernando Henrique, uma dupla rodada de gestões presidenciais tomou os pleitos presidenciais, sendo Dilma, no entanto, aquela que iniciou sem terminar seu segundo mandato em meio a uma crise que abalrou o PT e serviu de mote para articulações de um golpe jurídico-parlamentar. Mas ainda longe do fatídico 2016, o ano de 2011 demarcava euforia para a primeira mulher eleita presidenta do país em meio a um país ainda disposto em seguir com o Partido dos Trabalhadores, mas que tinha sérios problemas, por exemplo, com a dívida pública.

No intuito de sistematizar um programa de desenvolvimento nacional foi implementado o plano *Brasil Maior*. Assim, com intuito de gerar incentivo aos investimentos privados e geração de empregos o que se percebeu foi

...renúncia fiscal de R\$ 25 bilhões, beneficiando os empresários, comprimindo ainda mais as finanças e os gastos públicos. (...) Nos dois anos precedentes, o governo destinara R\$ 635 bilhões para pagar a dívida pública, contra R\$ 166,6 bilhões pagos em salários aos servidores públicos federais. (COGGIOLA, 2019, p.136).

E na avaliação do representante (José Ricardo Roriz Coelho, vice-presidente da Fiesp, em matéria de 2014) daquele que devia ter sido dos setores mais beneficiados com aquele plano: *O Plano Brasil Maior foi muito bem intencionado, mas não suficiente para suprir as várias perdas que tivemos no período.*(BARROS, 2014).

Ainda que desde início o *governo dos trabalhadores* de Dilma estivesse mantendo a disposição nas concessões ao capital, este também dava mostras do início da estagnação da política de conciliação. No entanto, nas falas oficiais, fica a incógnita de como se procediam as análises retrospectivas e prospectivas de Dilma sobre o cenário o brasileiro. Em meio às *cartas de intenções* dos documentos de posse, considerando os dois momentos (2011 e 2015) em que se deram, percebemos – assim como no governo Lula – que se tratou de oportunidade ímpar a analisar. Afinal, se no primeiro mandato, para o passado nada ficava a não ser tecer comentários *sobre outro*, nas falas da posse do segundo mandato, já se faz uma análise *sobre si*. Desta forma, nesta primeira análise documental que segue o protocolo de verificar primeiramente discursos oficiais destinados ao público interno, é que se estudarão eventuais elementos neoliberais de discurso referenciados pelo entendimento explanado no capítulo teórico desta pesquisa.

Importante ressaltar que, da mesma maneira que se procurou atuar com objetividade na análise da gestão Lula e dos demais antecessores, encontrar eventuais elementos de aceno a políticas e representantes neoliberais não representa rotular a gestão PT como sendo neoliberal. No entanto, tarefa primordial aqui, é apresentar uma visão crítica de um Brasil recente que não nega o fato de uma onda progressista com inúmeros benefícios sociais, mas a partir de uma base ideológica de conciliação⁶⁰ que se mostrou menos longeva que o desejado...uma insustentável leveza da amortização na luta de classes.

E se o lulismo com sua característica ação conciliatória costuma ser associado à era PT, o primeiro documento de posse Dilma não transparece esta linha-mestra, como mais claramente se percebeu no seu antecessor desde sua apresentação como presidente, em 2003. Típicas sinalizações de união específica com o empresariado para o desenvolvimento nacional não foram identificadas nas palavras da então presidenta em 2011.

Ainda que não tivesse havido uma *carta aos brasileiros* que precedesse a posse e já indicasse o tom do governo, a formação da chapa presidencial que assumiu no início dos anos 10 do novo século mostrava que o ritmo da conjuntura não modificara estruturalmente. Desta forma, se com Lula e José Alencar (lembrado por Dilma neste primeiro discurso de posse) a mensagem da dupla *trabalho e capital pelo bem do Brasil* era realçada, com Michel Temer não se poderia afirmar uma total contradição a esta ideia. Ainda que o vice *emedebista* não fosse alguém do mercado propriamente, era um político de carreira (da alta cúpula de seu partido, notoriamente rotulado como fisiológico) e, assim, um representante do capital na presidência. Mesmo passados 8 anos de uma gestão que se considerou como *a chegada da esquerda ao poder*, ainda havia polêmica no quanto de esquerda haveria. Quando muito, uma social-democracia, preocupada em reformas do sistema, mas sem compromisso em abalar as estruturas para uma verdadeira nova sociedade.

Sem espantosas pontuações discursivas para fora do esperado do tipo de discurso e momento, Dilma proferiu em 2011:

Não carrego, hoje, nenhum ressentimento nem nenhuma espécie de rancor. A minha geração veio para a política em busca da liberdade, num tempo de escuridão e medo. Pagamos o preço da nossa ousadia ajudando, entre outros, o país a chegar até aqui. Aos companheiros meus que tombaram nessa caminhada, minha comovida homenagem e minha eterna lembrança.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

⁶⁰ Neste sentido, pode se falar que, a despeito das ações que caracterizaram aquele governo como progressista, também houve um embasamento conservador paternalista no sentido de uma conciliação nacional que procurava capitanear, via Estado, a relação entre capital e trabalho. Reiterando, características próprias de uma social-democracia, mas não neoliberal pela demandante desta ideologia no referente ao mínimo de atuação estatal.

Já fizemos muito nos últimos oito anos, mas ainda há muito por fazer. E foi por acreditar que nós podemos fazer mais e melhor que o povo brasileiro nos trouxe até este momento.

Agora é hora de trabalho. Agora é hora de união. (ROUSSEFF, 2011, p.2)

O trecho supracitado funciona como síntese daquele discurso, na medida em que suscita e rememora sua origem política de combatente contra a ditadura, do empenho recente na gestão de seu antecessor na presidência e, claro, destacava seguir em frente para um país ainda melhor. A receita? Tão simples e esperadamente: trabalho e união.

Em análise do segundo discurso de posse (2015), percebe-se uma linha discursiva muito similar ao do mesmo tipo de documento de 2011. Contudo, alguns elementos chamaram mais a atenção.

No início da fala, um protocolar agradecimento da presidenta conjuntamente com seu vice. Na sequência, a afirmativa de uma presidência que seguia a reeleição e, em verdade, a continuidade de um *projeto de nação* que, naquele momento, estaria em alta conta no quesito *apoio popular* (algo pontuado por Dilma como algo estável ou mesmo crescente desde Lula). Este primeiro momento do discurso presidencial gera estranheza quando comparado a realidade em que se deu o pleito da segunda vitória de Dilma, uma vitória apertada. O fatídico momento da era PT naquela década se aproximava, resultado de um processo de desgaste que demandou ser gerenciado desde inícios do primeiro governo Lula, mas que no segundo mandato de Dilma atingia seu ápice. Não à toa, André Singer rotula o resultado do pleito de 2014 como uma *vitória de Pirro*:

A reeleição de Dilma Rousseff, no domingo 26 de outubro de 2014, se deu em condições completamente diferentes das que regeram a vitória de 2010, embora, em termos superficiais, a candidata tenha perdido apenas cinco pontos percentuais em comparação com o pleito anterior. A euforia em torno do lulismo fora substituída por uma acirrada polarização. Dilma agora obtivera a menor vantagem "observada entre dois finalistas de uma eleição presidencial desde o fim da ditadura militar e a redemocratização do país", noticiou a Folha de S. Paulo. A diminuição do ritmo de crescimento econômico favorecia a ascensão oposicionista.² A diferença a favor do lulismo, de 22 e doze pontos percentuais nas três disputas anteriores, caíra para apenas quatro contra Aécio Neves (quadro 8). A diminuição da bancada petista na Câmara dos Deputados indicava que, também no Legislativo, o quadro estava acirrado. Dos três maiores partidos, apenas os tucanos cresceram, ocupando dez cadeiras além das que ganharam em 2010, enquanto o PMDB perdeu cinco, e o PT, dezoito, 20% da bancada eleita quatro anos antes. (SINGER, 2018, p.57)

Ademais, ganha realce a mensagem deixada pela presidenta, após um conturbado primeiro governo (destaque para as manifestações de 2013), acerca da demanda por

mudanças. E tais reformas se dariam justamente no equilíbrio de demandas de direitos sociais garantidos e questões econômicas.

Sei que vocês querem mais e melhor. Sei que a palavra mais repetida nessa minha campanha, vocês participaram, foi mudança e o tema mais invocado foi reforma. Assumo aqui com vocês, nesta praça, o meu compromisso de inaugurar uma nova etapa nesse processo histórico de mudanças sociais no Brasil e digo a vocês algo muito importante. Nós vamos fazer sim ajustes na economia, mas isso sem revogar direitos conquistados ou trair nossos compromissos sociais. Fui reeleita para continuar mudando o Brasil e para continuar fazendo as mudanças que vocês desejam. E prometo: farei as mudanças. (ROUSSEFF, 2015, p.1-2)

A política da amortização da luta de classes intentava ganhar fôlego no conturbado momento para Dilma e o PT naquela abertura de 2015. A oposição ganhava terreno e a diferença de apenas 4% entre Dilma (52%) e Aécio (48%) na disputa pelo segundo turno evidenciava isto. Assim, se desde o episódio sobre o *mensalão* de 2003 havia infrutíferas tentativas de dar robustez para um processo de impedimento, o segundo governo Dilma (no esteio de todo um processo de escândalos e tentativas oposicionistas de quebrar a hegemonia petista) apresentava desestabilizações que fomentavam gradativos intentos para a retirada da primeira mulher eleita para a presidência.

Frente ao que prenunciava o resultado daquele pleito de 2014, o cientista político Juarez Guimarães atentou de maneira categórica em prol de aliviar tensões sem comprometer a ordem democrática e institucional: *É preciso e é claramente possível construir desde já a saída do cenário da desestabilização potencial e iniciar um novo e promissor ciclo de esperanças políticas na transformação do Brasil.* (GUIMARÃES, 2014).

Diante de um contexto nada confortável, mais do que uma atuação técnica e vontade política para seguir arrefecendo ânimos oposicionistas, Dilma necessitaria de muita *fé* para que tudo se apaziguasse frente a uma realidade convulsionada como a de princípios de 2015.

Assumo meu segundo mandato com mais esperança do que assumi o primeiro. Assumo esse mandato com uma certeza: nós estamos juntos com a dignidade, estamos juntos de pé, e com a força da imensa fé que temos no povo desse país. De pé e com fé porque nós vamos juntos fazer a reforma política. De pé e com fé porque o Brasil será a verdadeira pátria educadora e os brasileiros terão acesso a educação de qualidade, da creche à pós graduação. De pé e com a força da fé nesse país, porque vamos mudar a Constituição para permitir que o governo federal assuma a responsabilidade para melhorar a segurança pública. De pé e com a força da fé, porque vamos melhorar a nossa saúde, vamos garantir mais acesso a exames e a consultas com especialistas. De pé e com fé, porque vamos garantir emprego de qualidade, baseado na expansão da economia, na formação profissional e na inovação. De pé e com fé, porque apostamos em cada vez mais empregos e salários valorizados, porque vamos continuar com a política de valorização do salário mínimo. De pé e com fé, porque vamos continuar o Minha Casa, Minha Vida, o Prouni, o Fies, o Ciência sem Fronteiras. Somos capazes de fazer isso porque somos um povo que garantiu emprego e salário quando o mundo desempregava e

arrochava. Somos capazes de fazer isso porque, nesses últimos 12 anos, nós mudamos o Brasil. (ROUSSEFF, 2015, p.2)

O trecho acima, ilustrativo de um notório artifício argumentativo na linha de *um muito que se fez e ainda muito mais que haverá de se fazer* tem um destaque quando da menção à segurança pública. Sendo uma notória pauta de movimentos de direita, a questão da segurança pública ganhou realce no discurso de Dilma, ainda que em breve momento quase que despercebidamente em meio a tantas outras questões mais de cunho social (educação, saúde, salário mínimo, moradia, etc.).

De forma alguma, por ter sido um tema suscitado de maneira *en passant*, poderia se concluir tão somente pelo documento em questão que haveria uma aproximação com o direito a julgar pela pauta da segurança. Contudo, novamente a política coadunada com a história, rememora-se que das pressões sofridas pela presidenta estava a das repercussões das manifestações de 2013 que se alastraram por diversas regiões do país, deixando claro o tamanho do poder popular quando profundamente contrariado. Esta seria uma *ousadia* que não passaria desconsiderada por um sistema que se propunha mais duradouro no poder. A lei antiterrorismo de 2016, já aqui citada, teria sido a resposta pela demanda por maior controle de afrontas à ordem institucional. Não que isto representasse um abraço com setores mais conservadores, mas não deixava de ser ao menos a tentativa de uma sinalização pela busca de um entendimento e recuperação pela boa sintonia lulista entre capital e trabalho.

Não escapa ao fato da revisão histórica e análise das ações políticas, de que os pressupostos do lulismo permaneciam, a despeito das peculiaridades de Dilma, por si só e de cada qual dos dois momentos de sua gestão.

4.2.2 A pátria de chuteiras no jogo do mercado internacional

Em uma primeira impressão comparativa com seu antecessor, denota-se uma presença bem menos rotineira de Dilma em eventos internacionais. Assim, Lula esteve presente em 3 rodadas de eventos em Davos e abriu 6 sessões ordinárias da Assembleia Geral da ONU. Dilma, por outro lado participou apenas em um evento de Davos e esteve na abertura de 4 Assembleias Gerais da ONU (de 2012 a 2015). Sob esta constatação, evidentemente, pesa o fato da gestão mais curta da presidenta: em torno de 5 anos e meio

(nisto incluído o processo de impedimento, aceito em dezembro de 2015 e concluído em agosto de 2016...período de governabilidade, no mínimo, convulsionada).

A despeito de aparições menos corriqueiras (o que poderia suscitar uma atenção menor que Lula em estreitamento de laços com a comunidade internacional) o conteúdo do discurso não se mostrou menos mercadológico, especialmente em Davos. Típico do contexto do Fórum Econômico Mundial, a imagem apresentada era a de um país que possuía suas dificuldades, mas já apresentava grandes índices de melhorias sociais e econômicas, prova de sua habilitação a receber as maiores atuações particulares internacionais.

No início de sua fala na Suíça, Dilma rememora cinco anos passados da última grande crise financeira global. Frente a isso, naturalmente, o Brasil e o mundo evidentemente se puseram a atuar no sentido da recuperação de melhores índices econômicos. Desta forma, no esteio de medidas de desenvolvimento, o país implementou uma série de programas sociais que se refletiram no crescimento da classe média brasileira.

Criamos um grande mercado interno de consumo de massas. Somos hoje um dos maiores mercados para automóveis, computadores, celulares, refrigeradores, fármacos e cosméticos. Mas apenas 47% dos domicílios têm computador; 55% apenas possuem máquinas de lavar roupa automática; 17%, freezer, 8% TV plana, evidenciando o tamanho da demanda ainda a ser atendida e as oportunidades de negócios a ela associadas.

Criamos um imenso contingente de cidadãos com melhores condições de vida, maior acesso à informação e mais consciência de seus direitos. Um cidadão com novas esperanças, novos desejos e novas demandas. Esses cidadãos, uma parte deles, estiveram nas manifestações de junho do ano passado, e essas manifestações são partes indissociáveis do nosso processo de construção da democracia e do processo de mudança social. (ROUSSEFF, 2014, p.2)

Com a apresentação de índices percentuais da melhora material da população brasileira, houve com isto o intento de demonstrar que, mesmo contrariada nas manifestações de 2013, seria uma população beneficiada. Mesmo que a tônica não fosse o ocorrido no ano precedente a este discurso de Dilma em Davos, não se deixa escapar uma sinalização de tentar capitanear as *jornadas de junho* no estilo de algo que devia e teria sido ouvido pelo governo.

A inflação (antiga *inimiga* de governos e, portanto, espectro que corriqueiramente surge nos discursos como grande mal a ser combatido) ganhou espaço na fala em questão e, neste momento, leva a um aprofundamento no conteúdo mercadológico do discurso.

Quero enfatizar que nós não transigimos com a inflação. A responsabilidade fiscal, por sua vez, é um princípio basilar da nossa visão de desenvolvimento econômico e social. No Brasil, as despesas correntes do governo federal estão sob controle e houve uma melhora qualitativa das contas públicas nos últimos anos.

[...]

Olhando o futuro, duas outras iniciativas são estratégicas: a primeira é aprimorar o controle das contas dos entes federados, estaduais e municipais; fortalecer o preceito da responsabilidade fiscal, para tornar mais efetiva e transparente a geração de superávit primário de todos os entes federados, da União, dos estados e municípios. A segunda alternativa é o reposicionamento dos bancos públicos na expansão do crédito ao investimento, possível, agora, graças ao aumento da participação do financiamento privado, do mercado de capitais e de outros novos instrumentos financeiros. Nós, no Brasil, possuímos um sistema financeiro sólido, com elevados níveis de capital, liquidez e de provisões, o que contribui para a expansão sustentável do crédito ao longo dos últimos anos. Esse sistema é também eficiente, com a participação harmônica de bancos privados e de instituições públicas, bancos privados nacionais e estrangeiros. Essas instituições desempenharam um papel importante nos últimos anos, em especial o sistema financeiro público nos períodos de turbulência dos mercados financeiros internacionais. (ROUSSEFF, 2014, p. 2-3)

Na confiança sobre um sistema financeiro nacional forte, a robustez deste se caracterizaria no sinergismo entre iniciativas privada e pública. E a garantia de sustentabilidade deste sistema do capital como suporte para avanços econômicos e sociais para o país se daria pela responsabilidade fiscal. Neste sentido, ganha realce um marcador ideológico (referência com o pontuado entre os pressupostos do Consenso de Washington no capítulo teórico deste trabalho), que seria o *controle fiscal*. Quer dizer, trata-se justamente da ênfase no controle e cuidado para gastos mínimos do poder público em uma difícil sintonia com a continuidade na oferta de serviços públicos. Se não o Estado no todo, ou maior parte, a garantir este equilíbrio, portanto caberia ao poder privado atuação relevante para diminuir pressão do poder público no referente a preocupações em estourar teto de gastos. E um método típico na busca deste citado balanceamento são as privatizações.

Temos, em parceria com o setor privado, um programa de concessões em infraestrutura logística integrada, infraestrutura energética, social, infraestrutura urbana, que envolve centenas de bilhões de dólares. O objetivo é somar recursos, mas é também aumentar a eficiência e aperfeiçoar a gestão dos serviços associados a essas obras. Os consórcios privados, que vêm participando desse processo de concessões e licitações, são integrados por grandes empresas nacionais e internacionais.

Realizamos cinco leilões de rodovias, transferindo, já, mais de quatro mil quilômetros para a gestão privada. Fizemos concessões de seis grandes aeroportos para consórcios liderados por grandes operadoras internacionais.

Adotamos um novo marco regulatório para o sistema portuário, permitindo a ampliação da participação privada na oferta dos serviços portuários.

O novo modelo de concessão de ferrovias está em andamento. (...) Em 2014, faremos o primeiro leilão de um trecho no centro-oeste brasileiro.

[...]

Fizemos três licitações de petróleo e gás neste ano que passou. O grande marco, nessa área, foi o leilão do mega campo de Libra, vencido por um consórcio entre a Petrobras e quatro grandes empresas petrolíferas. (ROUSSEFF, 2014, p.3-4)

Estas últimas duas falas destacam com mais clareza (sobretudo no comparativo com Lula), a presença de marcadores neoliberais nas análises de conteúdo.

Ao atuar *reformando o Estado e diminuindo a burocracia* (ROUSSEFF, 2014, p.5), em outros termos se atuava com medidas privatistas para diminuir o Estado garantindo acúmulo de reservas para outras ações de iniciativa estatal como o *Minha Casa Minha Vida, Ciência Sem Fronteiras*. É, portanto, esta mescla – já aqui demarcada como característica própria do lulismo – de seu liberalismo como suporte para relevantes iniciativas sociais. Assim, na menção aos eventos da Copa Mundial de Futebol e Olimpíadas (ocorridas, respectivamente, em 2014 e 2016), destacou-se o intento por um tom mais humanitário no sentido de um país receptivo a todos os visitantes nestes grandes eventos, ambas sendo expressões do esporte como marcos da paz mundial. Porém, o sentido mercadológico se destacou na análise do todo. E tal escopo discursivo (pró-Brasil como campo de investimentos) também marcou presença na seguinte fala:

O Brasil é, hoje, uma das mais amplas fronteiras de oportunidades de negócios. Nosso sucesso nos próximos anos estará associado à parceria com os investidores do Brasil e de todo o mundo. Sempre recebemos bem um investimento externo. Meu governo adotou medidas para facilitar ainda mais essa relação. Aspectos da conjuntura recente não devem obscurecer essa realidade.

Como eu disse até aqui, o Brasil mais que precisa e mais que quer a parceria com o investimento privado nacional e externo. O Brasil convida todos a ela. E, antes de terminar, quero aproveitar e convidar todos vocês para a Copa do Mundo, a Copa das Copas, que nós realizaremos agora em junho no Brasil. E também aproveite e convido para as Olimpíadas em 2016. O Brasil é o país do futebol. (ROUSSEFF, 2014, p.6)

Um discurso mais voltado para o mercado, sem menção a medidas de proteção social de forma clara, demarca a fala supracitada. Assim, se com Lula percebemos (pelo ponto de vista dos discursos) um início de ênfase na conciliação/mediação interclasses que vai cedendo espaço para críticas ao capital financeiro; com Dilma, denota-se um movimento contrário. São percebidas inicialmente odes à democracia, igualdade, garantia de direitos e proteção social que vai apresentando crescentes ocorrências por apelos a ajustes fiscais, aumento de financiamentos privados e programas de concessões.

Ao adentrarmos na análise do segundo conjunto de documentos como discursos à comunidade internacional, nos deparamos com os discursos proferidos por Dilma nas sessões de abertura da Assembleia Geral da ONU. E como demanda a própria conjuntura destes eventos, o teor mercadológico arrefeceu em prol de outras pautas de caráter mais humanitário. Contudo, isto não exime o intento deste trabalho em verificar eventuais ocorrências de marcadores ideológicos do neoliberalismo nas falas presidenciais.

Com participação direta na tribuna da ONU entre 2011 e 2015, percebeu-se a ocorrência de permanências e alternâncias entre um ano e outro, entre um discurso e outro da

presidenta. De início, notou-se uma linha argumentativa muito parecida nas falas dos dois primeiros anos. Assim, para além das exortações de praxe pela paz e busca do diálogo para divergências entre nações, foi percebido que – no referente a pautas próprias da situação do Brasil como elementos de destaque para o mundo –, ganharam realce 3 tópicos: representatividade feminina, equilíbrio/ajuste fiscal e pautas ambientais.

De início, nos discursos de 2011 e 2012, destacou-se o ocorrido de uma mulher a abrir uma sessão da ONU. Tal fato, de relevância mundial como ícone de representatividade e ampliação democrática, se destacou na seguinte fala de 2011:

Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral. É a voz da democracia e da igualdade se ampliando nesta tribuna, que tem o compromisso de ser a mais representativa do mundo. É com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo este momento histórico. Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste Planeta, que, como eu, nasceram mulher, e que, com tenacidade, estão ocupando o lugar que merecem no mundo. (ROUSSEFF, Dilma. In: CORRÊA, 2012, p.979)

E igualmente retoma a relevância em 2012:

Mais uma vez uma voz feminina inaugura o debate na Assembleia Geral das Nações Unidas. Para muitos, nós, mulheres, somos a metade do céu, mas nós queremos ser a metade da Terra também, com igualdade de direitos e oportunidades, livres de todas as formas de discriminação e violência, capazes de construir a sua emancipação, e com ela contribuir para a plena emancipação de todos. (ROUSSEFF, 2012, p.1)

As últimas duas falas denotam o feminismo no sentido de caminho para emancipação da humanidade. Disto, destaque-se que, no comparativo ao marxismo, seria a partir de uma emancipação da classe trabalhadora como um todo o caminho para a emancipação de diferentes categorias identitárias (mulheres, negros, homossexuais). Ademais, esta inversão percebida nas falas de Dilma, se perceberá também no quesito meio ambiente. Enfim, marcadores ideológicos de neoliberalismo ⁶¹atenuados sob pautas pós-materialistas.

No quesito economia, o destaque se deveu a cuidados com equilíbrio fiscal no intuito de manter contas controladas e, assim, evitar instabilidades internas aos países, bem como tensões internacionais. Tal tema já se destacava como corriqueiro nas falas de Dilma quando se compara e rememora no conteúdo de suas palavras em Davos e, pela importância dedicada, retorno nas falas à comunidade das nações em Nova Iorque. Assim, de 2011, é ilustrativo:

⁶¹ Bem relacionado com o tópico *tolerância* no quadro comparativo entre versões do liberalismo, no segundo capítulo (embasamento teórico) deste trabalho.

As políticas fiscais e monetárias, por exemplo, devem ser objeto de avaliação mútua, de forma a impedir efeitos indesejáveis sobre os outros países, evitando reações defensivas que, por sua vez, levam a um círculo vicioso. Já a solução do problema da dívida deve ser combinada com o crescimento econômico. Há sinais evidentes de que várias economias avançadas se encontram no limiar da recessão, o que dificultará, sobremaneira, a resolução dos problemas fiscais. (ROUSSEFF, Dilma. In: CORRÊA, 2012, p.981)

E de 2012 se tem a seguinte passagem:

A política monetária não pode ser a única resposta para resolver o crescente desemprego, o aumento da pobreza e o desalento que afeta, no mundo inteiro, as camadas mais vulneráveis da população.

Os Bancos Centrais dos países desenvolvidos persistem em uma política monetária expansionista que desequilibra as taxas de câmbio. Com isso, os países emergentes perdem mercado devido à valorização artificial de suas moedas, o que agrava ainda mais o quadro recessivo global.

Não podemos aceitar que iniciativas legítimas de defesa comercial por parte dos países em desenvolvimento sejam injustamente classificadas como protecionismo. Devemos lembrar que a legítima defesa comercial está amparada pelas normas da Organização Mundial do Comércio. O protecionismo e todas as formas de manipulação do comércio devem ser combatidos, pois conferem maior competitividade de maneira espúria e fraudulenta. (ROUSSEFF, 2012, p.1)

E ainda:

Fomos impactados pela crise, como todos os países. Mas, apesar da redução conjuntural de nosso crescimento, estamos mantendo o nível de emprego em patamares extremamente elevados. Continuamos reduzindo a desigualdade social e aumentando significativamente a renda dos trabalhadores. Superamos a visão incorreta que contrapõe, de um lado as medidas de incentivo ao crescimento, e de outro, os planos de austeridade. Esse é um falso dilema. A responsabilidade fiscal é tão necessária quanto são imprescindíveis medidas de estímulo ao crescimento, pois a consolidação fiscal só é sustentável em um contexto de recuperação da atividade econômica. (ROUSSEFF, 2012, p. 2)

É perceptível que marcadores ideológicos considerados como lastro teórico deste trabalho ganham espaço nas falas de Dilma na ONU, em especial no referente a controle fiscal (austeridade) e revisão do protecionismo. Contudo, há de se destacar que se tratam de ocorrências de tipo similar ao visto também nas falas de Lula, quando explanou acerca da iniciativa de um país menos desenvolvido economicamente na exigência de ações que, comumente, costumam ser demandados por nações mais ricas. Desta forma, a despeito de em Dilma se denotar um encaminhamento discursivo em direção a mais evidentes marcadores ideológicos do neoliberalismo, estas três últimas falas marcam um passo atrás, sob a consideração de que desenvolvimentos sociais se efetivavam, ainda que entrelaçadas a medidas de austeridade.

No caso destes últimos trechos de fala de Dilma, portanto, denota-se a presença de elementos de discurso do neoliberalismo questionados por parte do Brasil na exigência de que países ricos se atentem a um equilíbrio fiscal em suas casas. Ademais, pede-se que estas nações ricas revejam políticas protecionistas que permitam uma maior participação de países emergentes no mercado global. O questionamento ao sistema, portanto, não está em qualquer tipo de arrefecimento do consumismo global, mas tão somente em se integrar ao que existe de uma maneira menos desigual para países com economias menos desenvolvidas.

Em relação a pautas ambientais, os destaques se deram nas ações do Brasil (e seu apelo ao mundo) pela redução do aquecimento global mediante a menor emissão de gases de efeito estufa. De maneira geral, portanto, destacou-se atenção a medidas ambientais que permitissem a produção de maneiras menos danosas ao ambiente e, portanto, sustentáveis.

No discurso de 2013, a despeito das colocações costumeiras em apelo ao multilateralismo para resolução de divergências internacionais, dois pontos chamaram atenção na análise de conteúdo: o caso de espionagem estadunidense e a menção às manifestações de junho.

Numa recente revelação àquele momento de discurso na tribuna em 2013, Dilma destacou considerável espaço de sua fala para denunciar o vazamento de que ações secretas do governo dos Estados Unidos teriam grampeado comunicações da própria presidenta brasileira e de seu *staff*. Tal fato, certamente gerou indisposição com aquele país, o que deu ensejo a exortações pela liberdade de imprensa e respeito à democracia como motes para o restante da fala naquele evento.

Aliás, no escopo de liberdades e apreço pela democracia, coube outra questão que – em conjunto com a denúncia da *arapongagem* estadunidense – serviu de ensejo para rememorar o ocorrido de poucos meses, sobre as manifestações de junho daquele ano. Ao citar o posicionamento da presidência sobre o ocorrido que se alastrou por diversas regiões do país, Dilma proferiu fala que, quase que exatamente, seria replicada no ano seguinte em Davos:

As manifestações de junho, em meu país, são parte indissociável do nosso processo de construção da democracia e de mudança social.
O meu governo não as reprimiu, pelo contrário, ouviu e compreendeu a voz das ruas. Ouvimos e compreendemos porque nós viemos das ruas.
Nós nos formamos no cotidiano das grandes lutas do Brasil. A rua é o nosso chão, a nossa base.
Os manifestantes não pediram a volta ao passado. Os manifestantes pediram sim o avanço para um futuro de mais direitos, mais participação e mais conquistas sociais.

No Brasil, foi nessa década, que houve a maior redução de desigualdade dos últimos 50 anos. Foi esta década que criamos um sistema de proteção social que nos permitiu agora praticamente superar a extrema pobreza. (ROUSSEFF, 2013, p.3)

As palavras ensejaram uma tentativa de capitanear o evento num escopo de compreensão e normalização de um grande questionamento nacional a divergências de investimentos entre serviços públicos e aqueles destinados a grandes eventos (Copa do Mundo e Olimpíadas). A despeito de reconhecimento às manifestações, a presidenta destacou que se devia considerar este evento no contexto de uma última década (toda incluída na gestão PT) com avanços significativos em justiça social, mas que fossem relevadas as divergências, afinal (como seria dito em Davos no ano seguinte), *sabemos que democracia gera desejo de mais democracia* (ROUSSEFF, 2014, p.2).

E para atender a demandas sociais por um incremento na qualidade de vida sem atentar princípios democráticos e sociais, novamente, é citada a questão econômica. Mais especificamente e novamente é lançado mão do cuidado com equilíbrio fiscal, ferramenta para combater um antigo inimigo, a inflação: *Temos compromisso com a estabilidade, com o controle da inflação, com a melhoria da qualidade do gasto público e a manutenção de um bom desempenho fiscal* (ROUSSEFF, 2013, p.4). Novamente, marcadores neoliberais de discurso, em especial na relação com um dos tópicos – que se realça entre outros (reformas, flexibilização de direitos, etc.) – presentes no capítulo teórico deste trabalho e fala sobre controle fiscal.

Nas análises dos discursos seguintes (os últimos na ONU, em 2014 e 2015), denotou-se a volta de uma linha argumentativa similar entre si e com os discursos de 2012 e 2013. Assim, passados eventos mais emblemáticos no ano de 2013, nos dois anos posteriores as análises demonstraram a volta pelos grandes espaços destinados ao cuidado em dirimir conflitos regionais pelo planeta através do dia logo e não prevalência da força. Ademais, ganharam novamente vez o discurso por pautas ambientais, mais exatamente pela atenção por medidas sustentáveis que não impedissem a produção e nem questionassem a iniciativa privada, porém, com estas prosseguindo de forma menos danosa ao meio ambiente: *Mostramos que é possível crescer, incluir, conservar e proteger. Uma conquista como essa resulta do empenho - firme e contínuo – do governo, da sociedade e de agentes públicos e agentes privados* (ROUSSEFF, 2014b, p.5).

Ao discorrer acerca da verdadeira insustentabilidade intrínseca ao capitalismo, o autor Luiz Marques destaca que o sistema capitalista, em verdade, promove um verdadeiro

colapso ambiental dada sua base de contínua produção visando o acúmulo de capital. Neste processo, inevitavelmente altera a paisagem e os recursos naturais do planeta para garantir a produção e comercialização de bens. Contudo, sob demandas de um novo tempo a respeito de um maior cuidado com o meio ambiente, o capitalismo faria um *lobby* inverídico de sua essência, como se fosse passível de prosseguir (ou mesmo aumentar) suas ações sobre a natureza sem essencialmente buscar mercantilizá-la e degradá-la: *A força do capitalismo reside no fato de projetar nas consciências uma imagem invertida de si, de modo que a desordem que produz surge como ordem natural das coisas* (MARQUES, 2015, p.52). E numa análise que faz sobre o tema e das relações deste com agremiações de direita e esquerda:

Esse consenso de que o crescimento econômico contínuo é uma condição de possibilidade de uma sociedade segura e próspera é obviamente funcional às corporações e a seu espectro político “clássico”. Mas tem sido subscrito também pela maioria esmagadora das agremiações de esquerda, ou que assim se denominam. Parte delas, hoje no poder (dos Partidos Social-Democratas, Socialistas e ex-Comunistas na Europa ao Partido dos Trabalhadores no Brasil), não apenas integra esse consenso, mas reivindica maior competência que a dos governos supostamente situados à sua direita para garantir taxas mais robustas de crescimento econômico. (MARQUES, 2015, p.19)

É de se perceber, que a sustentabilidade no capitalismo – em total desconsideração de seus efeitos verdadeiramente danosos na natureza – foi a linha compreendida pela gestão petista no poder.

E ainda sob o escopo de incongruências realçadas nos próprios discursos, vale destacar a tônica de desenvolvimento social como algo necessariamente (e tão somente material):

No Brasil, o processo de inclusão social não foi interrompido. Esperamos, que o controle da inflação, a retomada do crescimento e do crédito contribuirão para uma maior expansão do consumo das famílias. Essas são as bases para este novo ciclo de crescimento e desenvolvimento, baseado no aumento da produtividade e na geração de mais oportunidades de investimento para empresas e de empregos para os cidadãos. (ROUSSEFF, 2015, p. 4)

Na análise em comparação a Lula, por exemplo, se percebe que nas falas mais próximas do fim de sua gestão se encontraram maiores ocorrências de crítica ao capital financeiro. Já em Dilma, a despeito das eventuais exortações ao desenvolvimento social e melhora das condições materiais dos mais pobres, mitigaram críticas estruturais ao sistema. E

assim, é suscitado que a relação com o capital é imprescindível⁶² e vista como um fim em si, desta forma podendo a ordem vigente ser tão somente *amenizada*. Isto ocorrendo no intuito de promover ascensão social que, por puro atendimento ao consumismo e desacompanhada de crítica social, não passava de fetichização da mercadoria.

Ademais, no analisado nos dois últimos discurso de Dilma na ONU, denotou-se a pauta da corrupção como elemento a ser identificado e combatido. Tal tema, destaque-se, ganhou razão de ser mediante casos de escândalos que tomaram conta do governo e, portanto, demandaram uma ação da presidência quanto à questão. Desta forma, neste ano percebeu-se um ápice na popularidade abalada de Dilma oriunda de um processo que, desde seu primeiro mandato, acumulava diversas trocas de ministros, desaceleração da economia, tensão na relação com o Congresso e grandes manifestações de rua.

Com objetivo de coibir ocorrências de corrupção foram implementadas medidas de maior poder de investigação a autoridades.

Outro valor fundamental é o respeito à coisa pública e o combate sem tréguas à corrupção.

A história mostra que só existe uma maneira correta e eficiente de combater a corrupção: o fim da impunidade com o fortalecimento das instituições que fiscalizam, investigam e punem atos de corrupção, lavagem de dinheiro e outros crimes financeiros.

Essa é uma responsabilidade de cada governo. Responsabilidade que assumimos, ao fortalecer nossas instituições.

Construímos o Portal Governamental da Transparência que assegura, ao cidadão, acessar os gastos governamentais em 24 horas.

Aprovamos a Lei de Acesso à Informação que permite ao cidadão, o acesso a qualquer informação do governo, exceto aquelas relativas à soberania do país.

Fortalecemos e demos autonomia aos órgãos que investigam e também ao que faz o controle interno do governo.

Criamos leis que punem tanto o corrupto, como o corruptor. O fortalecimento de tais instituições é essencial para o aprimoramento de uma governança aberta e democrática. (ROUSSEFF, 2014b, p.6)

E das falas de 2015 citou:

O governo e a sociedade brasileiros não toleram e não tolerarão a corrupção.

A democracia brasileira se fortalece quando a autoridade assume o limite da lei como o seu próprio limite.

Nós, os brasileiros, queremos um país em que a lei seja o limite. Muitos de nós lutamos por isso justamente quando as leis e os direitos foram vilipendiados durante a ditadura.

Queremos um país em que os governantes se comportem rigorosamente segundo suas atribuições, sem ceder a excessos. Em que os juízes julguem com liberdade e imparcialidade, sem pressões de qualquer natureza e desligados de paixões político-partidárias, jamais transigindo com a presunção da inocência de quaisquer cidadãos. (ROUSSEFF, 2015, p.4)

⁶² Sem nem mesmo qualquer consideração quanto a algum tipo de esquerda *etapista*, como uma conciliação inicial com vistas a um aprofundamento futuro de medidas populares e rompimento contra o capital.

É de se pontuar que as instituições fomentadas a envidar esforços no combate à corrupção, foram as mesmas que acabaram por colaborar na conhecida operação Lava-Jato que objetivava investigar casos de desvios de recursos da Petrobrás entre 2002 a 2012. Quer dizer, ao investigar supostas ilicitudes no governo PT, os resultados gerados acabaram por corroer a imagem deste mesmo partido ainda no poder quando da midialização de suas diversas operações.

Tendo dado o ensejo para as manifestações do *Fora Dilma*, iniciadas em 2015, as várias fases da Lava-Jato tiveram relevante aceitação na sociedade como empreendimento nunca visto de combate à corrupção na alta cúpula governamental. Destes tempos até mais recentes, sua atuação foi passando a ser vista de maneira, no mínimo, polêmica, sobretudo após a consideração pelo Supremo Tribunal Federal de que foi parcial o julgamento por parte do então juiz federal Sérgio Moro na condenação deste contra o ex-presidente Lula⁶³.

Ao fim, para Dilma e o PT, a Lava-Jato e as novas manifestações de rua acabaram por se mostrar como fortes instrumentos para ensejar uma articulação entre judiciário e parlamento. O reflexo, em 2016, se deu com o segundo impedimento presidencial do Brasil pós-ditadura e no primeiro da primeira mulher a alcançar a chefia do executivo federal.

4.2.3 Palavras finais

Em um total de 8 documentos que tiveram seus conteúdos analisados sobre discursos da presidenta Dilma (abrangendo os discursos de posse, Davos e ONU em um período de 2011 a 2015)⁶⁴ foi confeccionada a seguinte nuvem de palavras:

⁶³ Mais especificamente em 3 casos que tratavam de recebimento ilícito (em forma de propina) sobre 3 imóveis: um triplex, um sítio e a compra de um terreno para a sede do Instituto Lula, todos em São Paulo.

⁶⁴ Davos (2014) e ONU (continuamente entre 2011 e 2015).

A presença de termos como *reforma*, denota intentos da presidenta que, a despeito de um histórico combativo e revolucionário de esquerda, para a gestão presidencial propôs mudanças menos estruturais, portanto, dentro do mesmo sistema vigente. Era, portanto, a iniciativa de *amenizar* sem abalar a sistemicamente o capital. E não por acaso, tal termo teve particular destaque quando proferido numa fala rememorando as manifestações antigoverno de 2013, quando Dilma falou: *Sei que a palavra mais repetida nessa minha campanha, vocês participaram, foi mudança e o tema mais invocado foi reforma* (ROUSSEFF, 2015, p.1-2). E a considerar que se dava em um ano de grande ingovernabilidade para Dilma, qualquer possibilidade de melhorar relações, sobretudo com o congresso nacional, não poderiam ser comprometidas por medidas de maior indisposição com forças do capital.

E outras palavras merecem análise como, por exemplo, *responsabilidade e economia* bem relacionadas em fala de Dilma quando afirmou que a *responsabilidade fiscal, por sua vez, é um princípio basilar da nossa visão de desenvolvimento econômico e social* (ROUSSEFF, 2014, p. 2-3). Presentes em discurso de final do primeiro mandato, já em um período de dificuldades na condução do país e em meio à crise econômica, a presidenta (sobretudo por ser economista) reconhecia o nível de sensibilidade que representava para sua sustentação o trato com as contas públicas. Assim, a fixação de um teto de gastos (limitador de investimentos para áreas sociais como educação, saúde e segurança) sempre foi tema de críticas, em especial por parte de esquerdas, mas foi reiteradamente pontuada como necessidade por Dilma. Uma busca, portanto, de proximidade com o espectro político contrário a suas origens militantes.

Desta forma, termos como os supracitados, bem como por tudo mais de evidenciado pela pesquisa nos discursos analisados e ferramenta utilizada (nuvem de palavras) trazem, em comparação com Lula, maiores evidências de marcadores ideológicos de neoliberalismo. E ainda que isto não rotule propriamente o governo Dilma, marcadores neoliberais se demonstram cada vez mais presentes mediante o processo de ingovernabilidade que foi se instaurando entre 2011 e 2016.

Dilma, no intento de seguir linha do lulismo e sua política de conciliação de classes, acabou por realizá-lo de maneira mais aquém comparado a seu antecessor. A configuração da presidência, com um vice que fosse a representatividade típica burguesa na cúpula; reajustes previdenciário e fiscal sob o argumento de necessidade para financiamento social⁶⁵; críticas a

⁶⁵ Destaque para reforma da previdência, que em Dilma estabeleceu a regra do somatório de idade e tempo de contribuição para obter aposentadoria integral (tema espinhoso que, com Lula, já havia sido igualmente

ações de países ricos e propostas de multilateralidade e sustentabilidade que, em essência, não afetassem a estrutura de concentração do capital internacional, mas tão somente promovessem sua reforma. Estes seriam alguns exemplos, demonstrados pelas análises de conteúdo e revisão histórica de um governo que tinha sua peculiaridade no contexto da gestão do PT e em relação a Lula. E apresenta uma presidenta que, como qualquer chefe de Estado, iniciou seu mandato com todas as odes ao reconhecimento identitário de mulheres e de classe em relação aos trabalhadores, bem como *salves* aos direitos sociais adquiridos e a toda forma de manifestação.

Ao se deixar claro que Dilma teria uma gestão que seguiria os passos do iniciado em 2003, ali portanto já se tinha a ideia da permanência do social-liberalismo lulista. Este, no comparativo com os categóricos governos neoliberais de Collor e FHC, apresentou inquestionável variedade de programas sociais que refletiram em índices de melhoria social sob diferentes aspectos da sociedade (educacional, habitacional, científico, de ascensão social). Contudo, houve nos bastidores ações questionáveis que alimentaram uma oposição que se avolumou – atingindo o ápice entre 2013 e 2016 (respectivamente com as manifestações de junho e as novas manifestações de rua juntamente com articulações plutocráticas pelo *impeachment*). Ia ficando mais patente a insustentabilidade da amortização na luta entre classes em um processo que, sob a ótica do aqui proposto (análise de conteúdo dos discursos) demonstrou uma gradual proximidade com tendências mais à direita de um programa social-democrata.

Esta análise final de nuvem de palavras – coadunadas com todo o estudo até aqui sobre o Brasil das últimas três décadas em geral e da gestão PT de 2011 a 2016 em especial – retratam uma Dilma que ressalta marcadores ideológicos do neoliberalismo. Tal fato se percebe por pontos de falas e da história que realçaram um declinar a interesses do capital para a continuidade do projeto de governo em questão.

Importante destacar que as análises sobre Dilma e seus discursos não devem ser considerados tão somente como uma extensão de Lula ou mesmo como algo necessariamente em comparação a seu antecessor. Sendo do mesmo partido que presidiu o país por pouco mais de 13 anos, naturalmente, se torna plausível ver as gestões destes presidentes em relação. No entanto, é importante salientar que ainda que não haja impeditivos por análises

polêmico quando do fim do salário integral dos servidores aposentados no comparativo com os da ativa). E algo a se lembrar, foi a suscitada volta da CPMF por Dilma: *Uma das formas de resolver o problema que está no país inteiro é aprovar a CPMF e destinar a metade da CPMF para os estados e municípios.* (CASTILHO e MATOSO, 2016)

comparativistas, cada qual teve sua peculiaridade e contextos próprios com os quais lidaram cada um à sua forma. Desta forma, a despeito das diferenças entre estes personagens, não se deixa de perceber que como um todo, o PT no poder é passível de ser estudado como um processo que, de 2002 a 2016, se mostrou muito mais comprometido com sua versão do Anhembi que a do Sion.

5 CONCLUSÃO

No intuito, primeiramente, de revisitar a trajetória do liberalismo desde seus fundamentos no século XVII até sua forma mais recente (neoliberalismo), este trabalho se assentou em estabelecer fundações teóricas políticas e históricas da ideologia liberal. Com isto, foi criado um lastro conceitual acerca de marcadores ideológicos do neoliberalismo que embasaram a análises de discursos oficiais entre presidentes eleitos entre o início dos anos 90 e a primeira metade dos anos 10 do novo século.

Com o que se compreendeu e demarcou como elementos de uma sinalização acerca da presença, em alguma medida, da teoria neoliberal nas falas dos políticos analisados vieram os questionamentos que orientaram este trabalho: haveria presença destes marcadores de discurso em todos ou parte das fontes analisadas? Como se apresentariam? Em que medida isto falaria categoricamente se um dado governo seria ou não neoliberal?

As fontes verificadas, importante lembrar, foram divididas em dois grandes grupos para cada gestão presidencial considerada. Assim, houve a preocupação em analisar o que chamamos de discursos a um público interno (discursos de posse) e a um público externo (discursos no Fórum Econômico Mundial e na ONU). E ainda que uma gama muito maior de discursos estivesse a disposição para análises, um tempo sem tamanho seria demandado para analisar tudo que haveria para estudar das falas presidenciais. Diante disto, os documentos citados foram os escolhidos por se mostrarem representativos das ideias que se queriam analisar: como se davam as falas ao público brasileiro no comparativo a representações internacionais? E qual era a visão de Brasil apresentada (sobre si e na relação com o mundo) e como isto, porventura, de descolava ou não da realidade?

Nesta retomada da ideia inicial que serviu de guia e após toda a exposição nos capítulos precedentes do que e como foi verificado entre discursos oficiais de Fernando Collor a Dilma Rousseff, denota-se que as expectativas foram em parte as imaginadas e em outras curiosas pela maneira que se mostraram. Para além de marcadores de discurso neoliberal dentro do óbvio que se imaginava (entre as presidências de Collor e FHC), houve interessantes achados de alguns destes marcadores em momentos nos quais se esperava, ao contrário, um afastamento mais evidente de ações (destaque para gestão Dilma).

Nas duas primeiras presidências analisadas, se mostraram claramente presentes os marcadores ideológicos de discurso que embasaram a análise das fontes. Desta forma, questões como integração ao comércio global do país mediante a abertura do mercado interno

para receber produtos e investimentos internacionais, arrocho de direitos sociais, venda de estatais demarcaram bem o perfil neoliberal de discurso e prática daqueles governantes.

Sob a promessa de sacrifícios necessários em termos de direitos para salvar a economia e gerar caixa para um futuro próspero, o ônus para a população se fez presente, mas o bônus gerado não ultrapassou sua forma inicial, tão simplesmente retórica. Com Collor, denotou-se um *endireitamento* histriônico em suas falas. Logo envolto em casos de corrupção, chegou ao ponto de apelar na televisão que não o deixassem só...curto e caricato, seu governo não vingou para além de 1992.

Com FHC (menos carismático e mais técnico na escolha pelas urnas), a presidência se viu frente à inflação galopante não vencida pelo antecessor. Com menos empáfia e mais comedimento no trato com as palavras, não escapou a polêmicas em dizeres de momentos não protocolares, mas nem por isso menos registráveis para a história. Com sentenças como *vida de rico é muito chata* ou o adjetivo de *vagabundos*⁶⁶, se referindo a trabalhadores que desejavam se aposentar por tempo de serviço, suscitava uma aporofobia que corroborava os marcadores ideológicos do neoliberalismo encontrados em suas falas. Assim, se reelegeu para mais um mandato que, no entanto, não garantiu uma continuidade de sua escolha ao fim de 2002.

Em conformidade com a lente teórica que guiou este trabalho (busca por marcadores ideológicos do neoliberalismo em discursos), no capítulo sobre Collor e FHC, portanto, não foi intento demarcar o que se já se tem por notório pela história e pela literatura acadêmica. Desta forma, ao buscar elementos neoliberais em falas presidenciais, não foi tanto para confirmar um *se*, mas um *como*, na medida em que se analisou como as falas apresentariam esta citada ideologia.

Os resultados das análises das fontes (corroborado pelo uso da ferramenta da nuvem de palavras) demonstram, em Collor, termos evidenciados como *países*, *desenvolvimento*, *internacional* e *economia*. Em FHC, igualmente, estes termos são encontrados, incluído outro que também chamou atenção: *globalização*. Tudo isto, em conjunto com uma revisão histórica sobre o período dos anos 90, corrobora as similitudes daquelas gestões empenhadas num projeto de desenvolvimento pautado pela internacionalização da nossa economia.

⁶⁶ *A mania do pobre de "ter casa própria" casa-se perfeitamente com a declaração, feita perante favelados do Rio de Janeiro, de que "vida de rico é muito chata", ou a qualificação de vagabundos, dada aos trabalhadores que querem se aposentar por tempo de serviço. É difícil entender que o mesmo homem, responsável por esses reiterados desvios de apreciação ou de linguagem, possa afirmar que a pobreza é a nódoa atual de nossa sociedade. (COMPARATO, 1998)*

Eram gestões com vistas à grande abertura ao investimento estrangeiro deixando a economia brasileira mais à mercê de volatilidades do sistema financeiro internacional. As melhorias sociais, assim, viriam a reboque da prometida prosperidade neoliberal, nunca cumpridas. As falas daqueles homens, portanto, se pontuavam verdades patentes sobre sérios problemas a resolver (fome, desemprego, inflação, desigualdade) apresentaram esperança em forma de apologia a um Estado mínimo. Era, assim, a promoção de que seriam geradas benesses por parte de iniciativas particulares que, sendo como são, teriam seus empreendimentos menos impelidos pelo bem coletivo e social gerado, do que pelo lucro a ser auferido.

Para a gestão PT, destacou-se a essência do que se passou a conhecer como lulismo. O conjunto de ideias pelas quais se marcou a presidência da república entre 2003 e 2016 é oriunda da prática conciliatória interclassista capital/trabalho efetuada por Lula. Assim, desde a publicação da *Carta ao povo brasileiro* e da configuração da presidência (conjunta com um vice representante do empresariado paulista) foi demarcado este intento de aliar fortes divergências ideológicas.

No referente às falas analisadas, os marcadores ideológicos de discurso do neoliberalismo, em Lula, se mostraram menos presentes que nas presidências da década de 90, mas nem por isso inexistentes. Assim, a retórica remetia a práticas reformistas de um sistema que, em essência, não se pretendia afetar estruturalmente. Quer dizer, ao demarcar em suas falas e práticas os mesmos pressupostos liberais de questionamento a protecionismos, fomento de investimentos privados e reformas (com destaque para a impopular reforma previdenciária, que afetou servidores públicos), aquele presidente apresentou o aceno ao capital (nacional e estrangeiro) para que este financiasse os programas sociais que, por sua vez, lhe garantissem o endosso do *lado esquerdo da balança*.

E a despeito desta inicial ênfase na conciliação e temperança na tensão entre classes, o discurso de Lula se *esquerdiza*. No passar do tempo, os discursos demonstram uma crescente crítica ao capital financeiro, à especulação internacional. Assim, sobretudo demarcado em análises de conteúdo das falas a públicos estrangeiros (Davos e ONU), a presença de Lula em eventos internacionais em apelo à multilateralidade e ao arrefecimento do lucro irrestrito, lhe gerou lastro político doméstico para superar turbulências.

Desde 2003 envolto com um primeiro grande escândalo de corrupção (*mensalão*) a força da conciliação de classes garantiu a Lula um segundo mandato e a continuidade do PT com a candidata escolhida pelo partido. A ideia de sustentabilidade daquele projeto de

governo ganhava plausibilidade entre petistas e aliados, a despeito de eventuais críticas de esquerda ou direita mais radical. Assim, com Dilma, o lulismo procurava se manter.

Em um tom menos melífluo, a gestão Dilma seguiu o esforço iniciado em 2003 no implemento de programas sociais e melhoras da condição de vida da população brasileira, em especial dos mais pobres. Tais ações, no entanto, não anularam o fato de acenos para o capital terem sido constatados. Isto (tal qual para Lula) não representou um governo taxativamente neoliberal – ainda que marcadores de discurso desta ideologia tenham sido mais evidentes em Dilma do que em seu antecessor. Sobretudo comparado aos governos dos anos 90, é de se compreender a literatura existente que rotula a gestão PT como integrante da *onda rosa*, progressista, social-democrata, desenvolvimentista, enfim, mas – com pertinência – não a enquadra meramente como uma continuidade de um neoliberalismo *noventista*.

Os marcadores neoliberais de discurso mais evidentes em Dilma se perceberam em passagens como uma nova reforma previdenciária, intento de (re) criação de impostos, rotineiros apelos por ajustes fiscais e mesmo criação de lei que afetava movimentos sociais. Desta forma, de um intento inicial que tinha por referência a continuidade dos pressupostos do lulismo e sua conciliação nacional com o Estado como promotor do bem-estar social, o passar do tempo se mostrou um processo avesso ao de Lula, com guinadas à direita. E novamente coube aos discursos internacionais mostrarem recorrências de marcadores neoliberais de discurso. Assim, se já havia tensão na gestão petista durante a subida ao palanque presidencial no ano de 2011, a segunda gestão Dilma foi categoricamente de ingovernabilidade e marcada por tentativas de proximidade ao capital com vistas a uma pacificação que não veio.

Tendo em vista a lente analítica desta pesquisa, para o período da presidência de representantes do PT foi percebida uma relação inversamente proporcional entre Lula e Dilma, tendo como referência marcadores neoliberais de discurso. Assim, ainda que seja incorreto atribuir rotulação de neoliberal às gestões entre 2003 e início de 2016, eventualmente elementos de fala que em alguma medida remetiam a pressupostos neoliberais foram encontrados. Em verdade, muito mais foi evidenciado em Dilma do que em Lula.

Nas análises das fontes foram realçados termos como *desenvolvimento* e *social* em ambos os presidentes dos 13 anos em comento. Em Lula, termo como *fome* ganha realce pela frequência relevante em suas falas e que, na rotina de sua aplicação serve de base que integra um processo discursivo que apresenta um crescente tom crítico ao sistema financeiro. E tal indisposição se denota, sobretudo, nas falas internacionais (com destaques nas proferidas na ONU). Tais críticas, em essência, não se demarcavam como um abrandamento do projeto de

conciliação, mas tão simplesmente demonstravam que era importante haver uma multilateralidade (mesmo em forma de convergência com valores liberais) sob o escopo de um liberalismo moderno, uma ótica social-democrata. Nada que fosse uma ruptura propriamente com o capital, porém incorreto dizer que se tratava de algo próximo do neoliberalismo em uma análise ampla.

Com Dilma, ganharam algum espaço termos que no seu antecessor não se destacaram como *reforma, responsabilidade e economia*. E ainda que se trate de expressões que certamente são presentes em alguma medida por todo governante (e não foi diferente com Lula), para efeito do que aqui se encontrou, em Dilma foram constatadas evidências destas palavras num contexto de crescente ingovernabilidade da presidenta. Já sob questionamentos oriundos de suspeitas de corrupção herdadas da presidência anterior, o governo iniciado em 2011, não demonstrando notável performance da conciliação de outrora, cede a pautas mais à direita e isto se refletiu nas falas oficiais.

Desta forma, marcadores neoliberais de discursos se mostram mais claros em Dilma perante um processo de desgaste no sustento parlamentar e as tentativas da então presidenta em buscar com divergentes um entendimento que não mais se encontrava. Assim, se viu um progressismo que tomou o Brasil em 2003 e procurou se sustentar por um quarto governo consecutivo. Contudo, já no primeiro ano desta quarta rodada, ferozes demonstrações oposicionistas davam o tom de uma instabilidade, não apenas governamental, mas da própria democracia.

A despeito de uma apresentação em dois capítulos (cada qual com duas presidências analisadas), tal configuração teve proposta puramente didática, no intuito de demarcar duas décadas com contornos políticos bem peculiares. Desta forma, não se propõe que cada gestão seja vista de maneira estanque. Ao contrário, a despeito de suas características próprias (seja proporcionado pelo perfil de cada chefe do executivo, seja pelas circunstâncias ocorridas) nada impede de perceber rupturas e permanências. Desta forma, por exemplo, se no período estudado não foi visto semelhante personalidade caricata e jactante para além de Collor, se viu que seu *grande inimigo* (a inflação) foi um espectro que em diferentes medidas rondou a todos. Outra ilustração, em Dilma, ganhou nota o ar de reminiscência, na medida em que ao tentar reverter a ingovernabilidade, acenou ao capital (assumindo pautas de controle fiscal e até regulação de manifestações) evidenciando marcadores neoliberais. Assim, lembrou em parte Collor, não tanto por um neoliberalismo acentuado, mas pelo desespero na iminência da

queda e na frustração de ver que as manifestações de rua ao invés de apoio, se avolumaram muito mais em oposição.

Se o que se viu a partir de meados de 2016 até o tenebroso pleito de 2018 foi necessário reflexo de erros e desvios da gestão precedente não é proposta deste trabalho aprofundar. No entanto, é notório o fato de que uma necropolítica, fundada quase que tão somente pelo ódio, surgiu decorrente de instabilidades políticas e econômicas que atingiram seu ápice a partir dos anos 10 deste novo século (inflamada por notícias falsas e ultranacionalismo que, não à toa, associaram seus disseminadores a neofascistas tupiniquins). Assim, se percebeu uma maioria de votos válidos para o eleito de 2018 muito mais baseada em aversão acéfala pelo que não se queria de volta, do que pela análise crítica do que estaria por vir. Com isto, um alto preço se paga por um *staff* executivo não apenas despreparado, mas comprometido com ideais medonhos que se imaginavam enterrados desde meados dos anos 80. A democracia e o bom senso têm padecido enormemente desde então.

É, portanto, em última consideração, que este trabalho tenha levado o leitor a uma revisão histórica e política de um processo iniciado com a redemocratização, mas que não terminou com 2016. Afinal, longe de ser definitivo sob qualquer aspecto, o propósito desta pesquisa é bem mais comedido, na relevância de ser tão apenas uma contribuição e ensejo para outras produções. De maneira mais subjetiva, corroborar o pensamento crítico, alma da verdadeira história, política, bem como de toda e qualquer área que se preze ser do conhecimento.

Na iminência de um novo pleito presidencial no ano em que estas palavras são escritas (2022), sempre é de bom tom dar crédito a uma boa investigação de propostas, trajetórias e alianças. Na verdade, um exercício contínuo, para muito além de eleições, dado que anos eleitorais são pontuais, ao passo que anos políticos são constantes. Desta forma, entre o que nos empolga fortemente ou nos decepcione com tristes realidades, que não cesse a busca por um Brasil verdadeiramente popular. Que *a la Suassuna* não sejamos iludidos tais quais tolos otimistas ou chatos pessimistas, mas em essência, nos tornemos realistas esperançosos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Los fines de la historia**. Barcelona: Anagrama, 1996.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Ricardo Antunes: “O PT acreditou no mito da conciliação de classes”**. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Ricardo-Antunes-O-PT-acreditou-no-mito-da-conciliacao-de-classes>>. Acesso em: 1 jul 2021.

BAND JORNALISMO. **Debate na Band: Presidencial 1989 – 2º turno – Lula X Collor - Parte 5 (14/12/89)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5ypqzPNBMsI>>. Acesso em: 28 jun 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Lima. **Triste Fim De Policarpo Quaresma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BARROS, Isabela. **Política industrial brasileira não é suficiente para garantir bom desempenho do setor**. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/noticias/politica-industrial-brasileira-nao-e-suficiente-para-garantir-bom-desempenho-do-setor-aponta-estudo-da-fiesp/>>. Acesso em: 12 jan 2022.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Biblioteca da Presidência da República**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>>. Acesso em: 8 ago 2021.

BORGES, Elisa de Campos. **O projeto da via chilena ao socialismo do partido comunista chileno: “nem revisionismo, nem evolucionismo, nem reformismo, nem cópias mecânicas”**. 2005. 239 f. Pontifícia Universidade Católica, 2005.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CAMPOS, Roberto. **Na virada do milênio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso de posse no Congresso Nacional**. Biblioteca da presidência da república, 1995. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique->

cardoso/discursos/1o-mandato/1995-1/01-discurso-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-distrito-federal-01-01-95/view>. Acesso em: 23 set 2021.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Exposição sob o título “Brazil: the making of a continental giant”, na Sessão Plenária do World Economic fórum**. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1998-1o-semester/30-de-janeiro-de-1998-exposicao-sob-o-titulo-brazil-the-making-of-a-continental-giant-na-sessao-plenaria-do-world-economic->](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1998-1o-semester/30-de-janeiro-de-1998-exposicao-sob-o-titulo-brazil-the-making-of-a-continental-giant-na-sessao-plenaria-do-world-economic-). Acesso em: 14 nov 2021.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O improvável presidente do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Pronunciamento do Presidente da República - Posse no Congresso Nacional**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/2o-mandato/1999-1/01.pdf/view>>. Acesso em: 24 set 2021.

CARVALHO, Rodrigo De. **A Era Collor: da eleição ao impeachment**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois: Anita Garibaldi, 2012.

CARVALHO, Rodrigo Badaró De. **FHC: do sociólogo ao presidente: a implementação de um projeto neoliberal no Brasil**. Belo Horizonte: Conhecimento Editora, 2021.

CASTILHO, Roniara e MATOSO, Filipe. **Dilma diz que país terá que “encarar” uma reforma da Previdência Social**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/01/dilma-diz-que-governo-vai-em-busca-de-reequilibrio-fiscal-e-crescimento.html>>. Acesso em: 22 jan 2022.

COGGIOLA, Osvaldo. **De FHC a Bolsonaro: Elementos para uma História Econômico-política do Brasil (1979 - 2019)**. São Paulo: LiberArs, 2019.

COMPARATO, Fábio Konder. **Três olhares sobre FHC**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs10109820.htm>>. Acesso em: 25 jan 2022.

CORREIA, Luis Felipe de Seixas. **O Brasil nas Nações Unidas: 1946 - 2011**. 3. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

CORREIO BRAZILIENSE. **“Eu às vezes lamento de não ter sido mais incisivo com a Dilma”, diz Lula**. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/05/11/interna_politica,754413/as-vezes-lamento-de-nao-ter-sido-mais-incisivo-com-a-dilma-diz-lula.shtml>. Acesso em: 10 jan 2022.

CREMONESE, Dejalma. **A crise política no Brasil e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016**. Revista Campos Neutrais, v. 1, n. 3, p. 70–87, 26 Abr 2019. Disponível em: <<https://www.periodicos.furg.br/cn/article/view/9677>>. Acesso em: 10 jan 2022.

DATHEIN, Ricardo. **De Bretton Woods à globalização financeira: evolução, crise e perspectivas do sistema monetário internacional**. Encontro Nacional de Economia Política, 2002. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2017/02/TD05_2003_dathein.pdf>. Acesso em: 18 nov 2021.

DIAS, Marcia Ribeiro. **Sob o signo da vontade popular: o Orçamento Participativo e o dilema da Câmara Municipal de Porto Alegre**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora UFMG - IUPERJ, 2002.

DÓRIA, Palmério. **O príncipe da privataria**. 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

FERNANDES, Florestan. **O PT em movimento: Contribuições ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: [s.n.], 1991.

FOLHA DE SÃO PAULO. **A mudança não é feita por um só, diz ex-presidente**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0712200730.htm>>. Acesso em: 21 nov 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Base do governo Lula na Câmara infla em 2003**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56811.shtml>>. Acesso em: 21 jul 2021.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

FRIEDMAN, Milton. **Livre para escolher**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Lisboa: Gradiva, 1992.

FUSER, Igor. **Conquistas e fracassos dos governos progressistas: elementos para o balanço de um ciclo político que se recusa a morrer**. Revista de la Red Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea - Segunda Época, v. 0, n. 8, p. 67–76, 2018.

- G1. **Rio de Janeiro vive quinta-feira de terror com 18 mortos**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,AA1402535-5606,00.html>>. Acesso em: 19 dez 2021.
- GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GIELOW, Igor. **Economia cria “inempregáveis”, diz FHC**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc080427.htm>>. Acesso em: 10 nov 2021.
- GUANDALINI, Giuliano. **PT lança campanha “Xô Corrupção”, criada por Duda Mendonça**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u19699.shtml>>. Acesso em: 29 jan 2022.
- GUIMARÃES, Juarez. **O PSDB virou um partido golpista?** Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-PSDB-virou-um-partido-golpista-/4/32392>>. Acesso em: 15 jan 2022.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HAYEK, Friedrich A. **O Caminho da servidão**. 6. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.
- HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo**. São Paulo: Ática, 2010.
- HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: o que é o iluminismo?** Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/kant/1784/mes/resposta.htm>>. Acesso em: 6 jun 2021.
- LAFER, Celso. **FHC: O intelectual como político**. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 83, p. 39–63, 2009.
- LAMOUNIER, Bolívar. **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Idesp/Editora Sumaré, 1990.
- LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi Di. **O Leopardo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

- LAVAL, Christian e DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2010.
- LESBAUPIN, Ivo. **O desmonte da nação: balanço do Governo FHC**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Idéasi e Letras, 2005.
- LOSURDO, Domenico. **Democracia ou bonapartismo**. São Paulo: Editora UFRJ / Editora Unesp, 2004.
- MACHADO, Eliel. **Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais**. Lutas sociais, n. 21/22, p. 23–34, 2009. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/2_eliel.pdf>. Acesso em: 14 dez 2021.
- MARINGONI, Gilberto e MEDEIROS, Juliano. **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **O Capital - Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MELLO, Fernando Collor De. **Mensagem Presidencial Enviada ao Congresso Nacional, em 15 de Fevereiro de 1991**. Biblioteca da presidência da república, 1991. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1991/16.pdf/view>>. Acesso em: 29 set 2021.
- MELLO, Fernando Collor De. **O projeto de reconstrução nacional: discurso de posse no Congresso Nacional**. Biblioteca da presidência da república, 1990. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1990/01.pdf/view>>. Acesso em: 23 set 2021.
- MELO, Carlos. **Collor: o ator e suas circunstâncias**. 2007. ed. São Paulo: Editora Novo Conceito, 2007.

MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade e A sujeição das mulheres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MISES, Ludwig Von. **Liberalismo: segundo a tradição clássica**. 2. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

MUNHOZ, Dercio Garcia. **Inflação brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30**. Revista de Economia Contemporânea, v. 1, n. 1, p. 59–87, 1997.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NUNES, Wellington. **Uma estratégia nacional de desenvolvimento no Brasil dos anos 1990**. Revista de Sociologia e Política, v. 24, n. 59, p. 67–89, 1 Set 2016.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **A Democracia que queremos e a reforma política**. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-resolucoes-xii-encontro.pdf>>. Acesso em: 30 nov 2021.

PETTY, William e QUESNAY, François. **Os economistas: Petty - Quesnay**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney**. São Paulo: Hucitec, 1989.

POLESE, Pablo. **Machismo, racismo, capitalismo identitário: as estratégias das empresas para as questões de gênero, raça e sexualidade**. São Paulo: Hedra, 2020.

QUIGGIN, John. **John Locke contra a liberdade**. Jacobin Brasil, p. 7, Set 2020. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2020/09/john-locke-contra-a-liberdade/>>. Acesso em: 11 jun 2021.

RICHMOND, Oliver P. **Para além da paz liberal? respostas ao “retrocesso”**. Contexto Internacional, v. 32, n. 2, p. 297–332, Dez 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/cint/a/ny8RXVTwJhjt563ttDFZnqm/?lang=pt>>. Acesso em: 2 nov 2021.

ROUSSEF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura da 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas**. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff/)

rousseff-na-abertura-da-67a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>. Acesso em: 24 set 2021.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Abertura da 70ª Assembleia-Geral das Nações Unidas - Nova Iorque/EUA**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-abertura-da-70a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas>>.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Sessão Plenária do Fórum Econômico Mundial 2014 - Davos-Suíça**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-sessao-plenaria-do-forum-economico-mundial-2014>>. Acesso em: 17 jan 2022a.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate de Alto Nível da 69ª Assembleia Geral Das Nações Unidas (ONU)**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-de-alto-nivel-da-69a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-onu>>.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na Abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia Geral Das Nações Unidas**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>>.

ROUSSEFF, Dilma. **Pronunciamento à nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, no Parlatório do Palácio do Planalto**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-parlatorio>>. Acesso em: 24 set 2021.

ROUSSEFF, Dilma. **Pronunciamento à nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, no Parlatório do Palácio do Planalto**. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-parlatorio-1>>. Acesso em: 24 set 2021b.

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SADER, Emir. **E agora PT: caráter e identidade**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SADER, Emir e GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SALLUM JUNIOR, Brasílio. **O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise**. São Paulo: Editora 34, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O problema do passado é não passar**. *Jornal de letras, artes e ideias*, n. 1209, p. 3, 2017.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa Dos. **Além do PT**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2020.

SENADO FEDERAL. **Anais do Senado**. Disponível em:

<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Editado.asp?Periodo=2&Ano=1990&Livro=3&Tipo=9&Pagina=942>. Acesso em: 8 nov 2021.

SILVA, Luís Inácio Lula Da. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão plenária “Diálogo com o Presidente do Brasil” no XXXIII Fórum Econômico Mundial**. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/26-01-disc-do-pres-da-rep-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-dialogo-no-forum-economico-mundial.pdf/view>>. Acesso em: 27 dez 2021a.

SILVA, Luís Inácio Lula Da. **Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em sessão plenária do Fórum de Davos sobre novas estratégias para a erradicação da fome**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/26-01-2007-palavras-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-sessao-plenaria-do-forum-de-davos-sobre-novas-estrategias-p>>. Acesso em: 28 dez 2021a.

SILVA, Luís Inácio Lula Da. **Participação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão especial “Financiando a Guerra Contra a Fome”, do Fórum**

Econômico Mundial. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/29-01-2005-partipacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-especial-201cfinanciando-a-guerra-contra-a-fome201>>. Acesso em: 28 dez 2021.

SILVA, Luís Inácio Lula Da. **Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse.** Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/01-01-2007-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-posse/view>>. Acesso em: 24 set 2021b.

SILVA, Luís Inácio Lula Da. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional.** Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/01-01-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-a-cerimonia-de-posse.pdf/view>>. Acesso em: 24 set 2021b.

SILVA, Luiz Inácio Lula Da. **Carta ao povo brasileiro.** Disponível em:

<<https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2021a.

SILVA, Luiz Inácio Lula Da. **Carta ao povo brasileiro.** Disponível em:

<<https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>>. Acesso em: 30 nov 2021b.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016).** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André e LOUREIRO, Isabel. **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo 1964 - 1985.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SLOBODIAN, Quinn. **Globalists : the end of empire and the birth of neoliberalism.** Cambridge: Harvard University Press, 2018.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2017.

THOMÉ, Débora. **O Bolsa Família e a social-democracia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições anteriores**. Disponível em:
<<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores>>. Acesso em: 19 dez 2021.

VALOR ECONÔMICO. **“Dilma é muito mais de esquerda do que eu”, afirma Lula | Política | Valor Econômico**. Disponível em:
<<https://valor.globo.com/politica/noticia/2016/01/20/dilma-e-muito-mais-de-esquerda-do-que-eu-afirma-lula.ghtml>>. Acesso em: 3 ago 2021.

VELOSO, Fernando A. e VILLELA, André e GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do “milagre” econômico Brasileiro (1968-1973): uma análise empírica**. Revista Brasileira de Economia, v. 62, n. 2, p. 221–246, 2008.